

IBGE  
- BIBLIOTECA CENTRAL  
N.º de Inv. 218  
Data 08-10-79

## Sumário dêste número

**EDITORIAL:** Aperfeiçoamento de Professores de Geografia — CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 815).

**COMENTARIO:** Compêndios e Ilustrações — Prof. DELGADO DE CARVALHO (pág. 817).

**TRANSCRIÇÕES:** Contribuições para a História do Povoamento em São-Paulo até Fins do Século XVIII — RUBENS BORBA DE MORAIS (pág. 821). — O Paraíba, Estudo de Rio no Brasil — PIERRE DEFFONTAINES (pág. 830).

**RESENHA E OPINIÕES:** Levantamento cartográfico de um mundo em guerra (pág. 836). — A guisa de programa para a Oceanografia (pág. 838). — Ratzel (pág. 840). — O Nordeste do Brasil (pág. 842). — Normas de pressão de mapas topográficos (pág. 844). — Impressões de Santa-Catarina (pág. 845). — O mestiço brasileiro (pág. 847).

**CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Súmula da Evolução Geológica do Brasil — JOSUÉ CAMARGO MENDES (pág. 849).

**SEMINARIOS DE ESTUDOS GEOGRAFICOS:** Ata da 1.ª Reunião, realizada em 24 de julho de 1945 (pág. 857).

**NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 863). — Ministério da Agricultura (pág. 873). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES: Associação Brasileira de Imprensa (pág. 873). — Fundação Brasil Central (pág. 874). — Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (pág. 874). — Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro (pág. 874). — CERTAMES — II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria (pág. 875). UNIDADES FEDERADAS — Paraná (pág. 877). — Rio-Grande-do-Sul (pág. 877). — São-Paulo (pág. 879). — MUNICÍPIOS — Araraquara (pág. 880). — Brusque (pág. 880). — Goiânia (pág. 880). — Mariana (pág. 880). — Niterói (pág. 881). — Pôrto-Velho (pág. 881). — Recife (pág. 881). — EXTERIOR — Estados-Unidos-da-América (pág. 881).

**RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E DE CIÊNCIAS AFINS:** Alagoas (pág. 882). — Amazonas (pág. 884).

**BIBLIOGRAFIA:** REGISTOS E COMENTARIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 887). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Chile — Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia (pág. 889). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRAFICO — Revista Brasileira de Geografia — Índice dos trabalhos publicados nos números correspondentes aos anos I a V (pág. 893).

**LEIS E RESOLUÇÕES — LEGISLAÇÃO FEDERAL —** Ementário dos decretos-leis publicados no mês de agosto de 1945 (pág. 895). — Integra da legislação de interesse geográfico (pág. 901). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 908). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Integra das Resoluções 191 e 192 (pág. 909).

# Boletim Geográfico

Ano III

SETEMBRO DE 1945

N.º 30

## Editorial

### Aperfeiçoamento de Professôres de Geografia

*Realizou-se de 21 a 30 de junho último, nesta capital, um Curso de Aperfeiçoamento destinado aos professôres de Geografia do ensino secundário.*

*O Curso resultou do esforço cooperativo de três instituições: da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro que o promoveu; do Conselho Nacional de Geografia, que lhe deu patrocínio, e da Divisão do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde que o oficializou.*

*Foi, portanto, o Curso lídima vitória da cooperação, revestido de pleno êxito conforme se deu.*

*Ao assumir a presidência da benemérita Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, o eminente brasileiro embaixador José Carlos de Macedo Soares, com o descortino e a eficiência que caracterizam as suas administrações, inaugurou um programa fecundo de realizações oportunas e úteis, que vêm granjeando àquela douta Sociedade as melhores simpatias e aplausos do meio cultural brasileiro.*

*Dentre aquelas oportunas iniciativas ressalta a realização de Cursos de Aperfeiçoamento, a serem proporcionados aos estudiosos da Geografia, dos quais foram beneficiados em primeira mão, isso com mui justificadas razões, os professôres que difundem a ciência geográfica pela enorme massa da juventude brasileira que frequenta as escolas do ensino secundário.*

*Iniciativa de tal magnitude e significado mereceu, como é natural, o mais decidido apoio das instituições oficiais interessadas na difusão da boa Geografia: de um lado, o Ministério da Educação, preocupado no aperfeiçoamento da didática; de outro lado, o Conselho Nacional de Geografia empenhado na veracidade dos conhecimentos.*

*Foi também o Curso autêntica vitória cultural pelo professorado emérito que congregou, pela matéria selecionada que harmoniosamente reuniu, pela seriedade com que se desenvolveu, pela conduta devotada e fina do seletor corpo discente.*

*Curso intensivo, compreendeu visitas a instituições, excursões, projeções cinematográficas e 32 aulas, de acôrdo com a seguinte distribuição:*

- Embaixador José Carlos de Macedo Soares — “Abertura do Curso”;  
 Almirante Jorge Dodsworth Martins — “A Oceanografia”;  
 Prof. Fernando Antônio Raja Gabaglia — “Encerramento”;  
 Prof. Christovam Leite de Castro — “A Geografia no Brasil”;  
 Prof. Carlos Delgado de Carvalho — “Geografia Humana”; “A Didática da Geografia”; “O Ensino das Unidades”; “Seminário sobre a Didática da Geografia”;  
 Prof. Everardo Backheuser — “As Fontes da Geografia”; “Seminário de Geografia Humana e Problemas de seu Ensino”;  
 Prof. Giorgio Mortara — “A população Brasileira”;  
 Prof. Alirio de Matos — “Cartografia” (3 aulas);  
 Prof. Francis Ruellan — “A Geografia Física”; “Seminário em Geografia Física e Problemas de seu Ensino”; “Geomorfologia” (3 aulas); “O Japão”;  
 Prof. José Carlos Junqueira Schmidt — “Climatologia” (3 aulas);  
 Prof. João Capistrano Raja Gabaglia — “O Material Didático no Ensino da Geografia”; “As Excursões e Visitas no Ensino da Geografia”;  
 Prof. Jorge Zarur — “Métodos de Geografia Econômica”; “A Geografia Regional”; “Geografia Regional dos Estados- Unidos”; “Geopolítica”; “O Rio São-Francisco”.

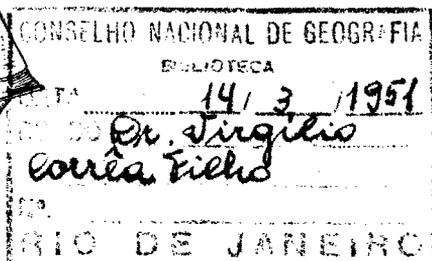
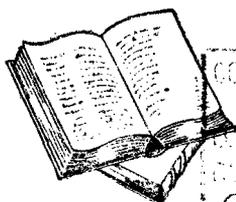
Quanto ao corpo discente, os seguintes números esclarecem suficientemente o assunto: 103 pessoas se inscreveram no Curso, quer como alunos regulares, quer como ouvintes para determinadas preleções; 57 alunos regulares cumpriram o mínimo de 75 % de frequência, exigido para a entrada em exame; 47 fizeram as provas de habilitação, dos quais 36 foram habilitados.

Um fato muito expressivo revela, em toda a profundidade, o acerto da iniciativa da realização do Curso: os seus alunos apresentaram um memorial para que se realizem nas grandes férias análogos Cursos Anuais de Informações, através dos quais os professores de Geografia tenham oportunidade de conhecer as atividades geográficas que se desenvolvem no País, os seus resultados e, bem assim, os progressos da didática do ensino da Geografia.

Que o memorial dos professores-alunos tenha atendimento, tão fecundos e promissores hão-de ser os resultados dos futuros Cursos de Informações.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO

Secretário-Geral  
do Conselho Nacional de Geografia



## Compêndios e Ilustrações\*

Prof. DELGADO DE CARVALHO

Membro do Diretório Central do Conselho  
Nacional de Geografia

Uma crítica que julgo merecida foi feita à minha última palestra. Encarregado de falar de geografia no programa secundário, eu teria saído de meu setor e passeado em jardins alheios, estragando canteiros, colhendo flores e bulindo com passarinhos... De fato, confesso que andei pelos domínios da sociologia educacional e das técnicas de ensino. É verdade que procurei aplicações e exemplos na geografia, mas demorei nos princípios de educação.

Estou, bem se vê, tratando de me justificar, visto que meu plano é de recommençar hoje, encarando problemas que envolvem a geografia tanto quanto a história ou outra ciência social. Julgo que devo aqui falar dos assuntos que, como professor de geografia, eu desejaria ouvir discutidos. Ora, a maior parte das vezes, estes tópicos não pertencem exclusivamente à geografia; bem entendido é sempre a geografia que eu tenho presente no espírito porque, a este respeito eu sou um pouco como o poeta cuja imaginação tem lances sublimes, como, por exemplo, o de imaginar que todo o mundo vai se interessar pelos seus versos... É o meu caso com a geografia.

Tenho hoje por objetivo principal falar dos compêndios e das ilustrações de geografia, aconselháveis no curso secundário.

Antes de tudo seja-me permitido afirmar que a inteligência média de nossos alunos me parece altamente satisfatória. Talvez seja isso devido a ser o grau secundário, entre nós, ainda um peneiramento de seleção. Entretanto, uma falha eu creio ter notado, em várias gerações que tive ocasião de observar: *os nossos alunos não sabem estudar*, isto é, quando abandonados a si próprios para executar um trabalho em casa, para aprender lições, fazer resumos, redigir notas ou preparar algum ponto, a deficiência que manifestam, a meu ver, mal corresponde ao nível intelectual que traduzem as suas atitudes e reações na sala de aula. Eu seria levado a acreditar que o que necessita o aluno, entre nós, é a sala de estudo, com duas ou mais horas de estudos, sob as vistas do próprio professor. Os nossos alunos precisam, em regra, *aprender a aprender*. Os métodos de estudo que eles empregam são deficientíssimos; na realidade, não são métodos, são processos, são antes expedientes. Os compêndios não são usados como deveriam ser. De sua leitura é muitas vezes retido exatamente o que há de menos importante.

Aliás, *leitura* é uma cousa e *estudo* é outra. Da leitura o estudante tira um proveito pessoal, variável segundo o interesse do momento; do estudo, o proveito além de pessoal é social, ou digamos mais geral, isto é, envolve a idéia de uma reconstrução da experiência, de uma revisão dos valores, de uma reclassificação dos conhecimentos segundo uma hierarquia e em vista de uma ulterior comunicação ou retransmissão da lição. Não se trata pois apenas de um interesse do momento, mas de um interesse permanente. A manutenção deste interesse representa, em última análise, o verdadeiro esforço que necessita o estudo. Repito bem, isso não é exclusivamente o caso da geografia.

É pois essencial, em ciências sociais, que tudo quanto é confiado ao aluno pelo compêndio valha a pena ser lembrado com um correspondente coeficiente

de importância. Hoje em dia, em literatura, o que não vale a pena ser dito, em geral, é cantado... O mesmo infelizmente não podemos fazer com a geografia, embora eu conheça muitas geografias que mereceriam ser cantadas.

O nosso aluno, dizia eu, não sabe estudar. Não é que lhe faltem inteligência, boa vontade, aplicação, esforço e sinceridade no trabalho — não sabe estudar. Talvez seja porque não aprendeu a estudar. Ah, “aprender a estudar!” que belo tema eu seria tentado a desenvolver aqui diante de meus prezados colegas. Mais uma vez sairia um pouco do domínio exclusivo da geografia... mas que meditações úteis seríamos levados a fazer. Deixarei isto para uma das próximas palestras. Voltemos, agora, ao aproveitamento dos compêndios e das práticas de geografia.

Mais uma vez tenho de me referir à experiência pessoal. Preciso o que eram os compêndios de geografia, no Brasil, há trinta anos atrás.

Não pensem os meus ouvintes que pouco ou nada de aproveitável existia então. O Império tinha legado à República nada menos de quatro livros notáveis sobre o Brasil.

1.º — O *Wappoeus* — traduzido e anotado por especialistas brasileiros como Saldanha da Gama, o barão Homem de Melo, Pimenta Bueno, Ramiz Galvão, Orville Derby, Rodrigues Peixoto e outros.

2.º — O *Sellin* — geografia geral do Brasil traduzida e anotada por Capistrano de Abreu. Um pequeno trabalho notável de um diretor de colônia rio-grandense que tinha passado doze anos no Brasil.

3.º — O *Sant’Ana Néri* — Brasil em 1889 — em que tinham escrito Morize, Gorceix, André Rebouças, Eduardo Prado, Ladislau Neto e o barão do Rio-Branco.

4.º — O *Levasseur* — Le Brésil — uma bela publicação em francês, com colaboração de brasileiros ilustres e destinada à Grande Enciclopédia.

Eu seria tentado a acrescentar ao legado imperial uma quinta obra, estrangeira aliás, o *Brasil* de Elisée Reclus que só foi traduzida em 1899-1900 por Ramiz Galvão. Era a descrição do Brasil no fim do Império.

Perguntarão, talvez, porque foi possível, com semelhantes elementos à disposição da primeira geração republicana, ser tão pouco esclarecida a preparação geográfica de trinta a quarenta anos atrás.

Bem sei que algumas vezes se levantaram contra a rotina que persistia, apesar dos ensinamentos dos mestres. Entre outros farei referência a dois nomes que, no momento, me ocorrem: Temistocles Sávio e meu eminente amigo e colega Prof. Said Ali. Este último publicava em 1905 um pequeno *Compêndio de Geografia Elementar*, influenciado pelos trabalhos de Supan desejava que estava de implantar entre nós uma geografia que não fôsse pura nomenclatura de nomes. Reproduzia em seu livro uma meia dúzia de clichês a traço que representavam ambientes geográficos diversos. Era uma grande inovação entre compêndios de geografia que, em regra, não traziam mais gravuras ou mapas do que um tratado de filosofia.

Os escritores de compêndio perceberam logo o futuro que se abria diante deles: a geografia moderna era sinônimo da geografia ilustrada. O adiantamento do espírito, o verdadeiro progresso se achava na ilustração, sem dúvida. Abriu-se uma fase de geografias ilustradas: edifícios públicos, delegacias fiscais, quartéis de polícia e outras reproduções de igual valor geográfico eram incluídas nos compêndios em clichês borrados sobre papel ordinário e amarelado. O texto continuava a ser a desoladora nomenclatura sem descrição e muito menos explicação. Mas era geografia moderna, por causa da documentação fotográfica... de uma inexorável abundância, deixada aliás à discreção do editor.

Examinemos rapidamente os porquês de tal situação:

Em primeiro lugar, a geografia era tida pelos professores da época como uma disciplina de pura memorização, uma ornamentação do espírito, destinado a confiar à memória das vítimas nomes esquisitos que saberiam localizar. Era a tradição antiga do tempo em que o Imperador, assistindo a exames, ouvia um aluno se referir à ilha do Sul da Nova-Zelândia e à ilha do Norte pelos nomes de Teika e Maui e Tewaki Punanuí. O velho imperante felicitou o aluno, sorrindo,

em vez de demitir o professor, por incompetência pedagógica evidente. Uma geografia puramente administrativa preparou assim toda uma geração para empregados do Correio.

Em segundo lugar, os professores mais esclarecidos que liam geografia física do Brasil em Hartt, conheciam Reclus, possuíam Wappoeus tinham sobre os seus alunos os conceitos mais curiosos. Julgavam que toda esta geografia era ótima para europeus, mas que para o uso do Brasil estava inadequada. Só faltavam confessar que os seus alunos eram débeis mentais.

Em terceiro lugar, a geografia, no ensino brasileiro, tinha um inimigo n.º 1: programa. Tudo tinha que ficar subordinado à lista dos vinte Estados que, por serem iguais diante da Constituição, deviam forçosamente ser iguais diante da geografia. Rezava o programa: "Limites, superfície, orografia, clima, litoral, hidrografia, populações, cidades, recursos materiais e comércio do Estado do Pará". Os pontos seguintes eram "idem, idem do Maranhão", idem, idem do Piauí", "idem, idem do Ceará". e assim por diante até o Amazonas que fechava o programa triunfalmente. Apenas era tolerada a omissão do idem "litoral" em Minas-Gerais, em Goiás, Mato-Grosso e Amazonas.

Foi um belo tempo este do programa *idem, idem*, uma destas elocubrações cerebrais que deve ter esgotado o seu autor.

Diante destes *idem, idem* que podiam fazer as observações climatológicas de Morize, as pesquisas geológicas de Derby, as informações econômicas das repartições federais? Pois todos os Estados possuíam tudo: ouro e pedras preciosas, todas as fibras, davam todas as culturas, tinham tudo e todos os climas eram bons, saudáveis e estimulantes. Todos os rios tinham um afluente: rio Preto; todos os Estados um lugar chamado São-José ou Santo-Antônio. Temerário teria sido o autor que tivesse então produzido um compêndio que enumerasse, no Amazonas, menos de trinta lagos ou lagoas. Não se fazia questão de conhecer as origens e processos de formação destas águas represadas, apenas o nome que tinham merecido. As serras eram todas permutáveis entre si: entre a Mantiqueira e a Ibiapaba não havia distinções, eram ambas serras, os nomes é que importavam.

Bem, este período passou; hoje em dia deixou saudades a alguns dos que o conheceram porque ainda lhes resta provavelmente a obsessão dos nomes decorados. Outros, talvez, dificilmente se deixam convencer de que a geografia não é mais esta encantadora lista que dispensava o uso da inteligência, da razão, do juízo ou do simples bom senso.

Até agora, meus prezados colegas vejo que, longe de fazer obra construtora, no campo de atividade que nos interessa, limitei-me a fazer obra de crítica, isto é de destruição, o que pouco vale em regra.

Eu precisava, entretanto, dizer isso porque só assim poderei justificar a necessidade do complemento indispensável da geografia moderna: o mapa, o gráfico, a gravura ou a fotografia, o corte técnico, o diagrama, o cartograma.

Não é somente a geografia descrição e explicação que constitui a geografia moderna, é também a sua expressão gráfica, a sua representação prática, por meio de sinais convencionais, de desenhos e de documentos reproduzidos.

Em suma, os exercícios e práticas de geografia são, a meu ver, a própria interpretação do texto. Irei mais longe, acredito mesmo que é *mais fácil aprender geografia sem texto do que sem documentação gráfica*. Tanto isso é minha convicção que, antes mesmo de tentar escrever compêndios de geografia para as diferentes séries do ensino secundário — cousa que nunca fiz, mas vou fazer — não hesitei em aceitar um trabalho de geografia aplicada, redigindo um caderno de exercícios e práticas, a pedido de um amigo, representante, entre nós, do Instituto Agostini. Como tenho noticia que o referido Instituto enviou a grande número de meus colegas nos Estados, exemplares do referido trabalho, não tenho hesitação em fazer a este algumas referências.

Isso me leva a uma discussão que já é tarde para iniciar agora: a necessidade que há de um compêndio trazer ilustração adequada ao assunto que trata. Os primeiros compêndios ilustrados aos quais me referi, há pouco, em tons alarimados, pareciam desconhecer esta indispensável ligação. As fotografias, aliás

quase sempre em péssimas reproduções, nada tinham com o texto: a relação era tôda indireta como se num tratado de arte culinária viessem clichês referentes à arte dentária exclusivamente.

Na minha opinião, as ilustrações fazem parte integrante do compêndio, representam material de estudo. É exatamente sôbre êste ponto que eu desejaria demorar um pouco na próxima palestra. Obrigado a tomar exemplos, farei então referências às práticas e exercícios que organizei para servir de complementos a qualquer compêndio que, por ventura, tenha poucas ilustrações.

Meus pacientes ouvintes, com certeza, me acharam hoje bem pessimista. Entretanto, com tôda franqueza creio que não quis sê-lo. Afinal, o que é um pessimista? É uma pessoa que, entre dois males, se acha hesitante e acaba escolhendo ambos. Ora, eu não escolhi nada. Limitei-me a falar em compêndios do tempo do Onça, ou mesmo daqueles que foram redigidos pelos companheiros de Cabral ao deparar com estas brasileiras praias.

Hoje em dia, a cousa é outra. A informação é muito mais vulgarizada, as publicações são numerosas e quem vai redigir um compêndio, (caso tenha uma idéia clara do que nêle tem cabimento) não terá dificuldade em reunir o material. É antes, de prudência, de discreção, de moderação no ministrar os conhecimentos e na escolha da documentação ilustrativa, que necessita o autor. Mas que estou eu a dizer aqui? Pois não acabo de confessar que estou redigindo compêndios seriados? Desculpem um mágico falando de suas mágicas antes da representação.

# Contribuições para a História do Povoamento em São-Paulo até Fins do Século XVIII

Revista "Geografia", ano I, n.º 1, 1935 —  
São-Paulo

RUBENS BORBA DE MORAIS.

Existe, entre os paulistas em geral, uma certa tendência para considerar a expedição de Martim Afonso de Sousa, como uma descoberta do território paulista. A fundação de São-Vicente pela armada afonsina é estudada por muitos historiadores no mesmo plano que a descoberta do Brasil por Alvares Cabral. É erro a nosso ver. É erro grave não se considerar com bastante atenção tudo quanto existia antes de Martim Afonso.

É verdade que pouca coisa se sabe sobre a história pré-afonsina de São-Paulo. Mas os poucos documentos à nossa disposição nos contam fatos de suma importância.

Esse passado obscuro é de tal maneira importante que um estudo do povoamento do território paulista precisa principiari pelo histórico da situação "antes de Martim Afonso". Façamos, pois, desde o início uma divisão nessa pré-história: 1.º os índios, 2.º os habitantes europeus chegados antes da armada de 1532.

## Os índios

Os índios que habitavam o território paulista não eram tão nômades quanto a muitos parece. Sabe-se que não viviam exclusivamente de caça e pesca. Possuíam já uma agricultura que os fixava a um determinado território. Tinham uma noção muito viva dos limites do seu "país" e guerreavam sem dó aquêles que tendessem ultrapassar suas fronteiras. Viviam em aldeias fortificadas. Em certas épocas do ano, no momento da abundância de certas frutas do mato, na estação propícia à pesca de certos peixes partiam em grandes expedições à procura desses alimentos para voltarem mais tarde às suas aldeias. Seguiam caminhos certos e sempre os mesmos. Caminhos esses que existem até hoje trilhados pelas nossas estradas de ferro e nossos automóveis.

A influência indígena em São-Paulo foi tão considerável que ela se faz sentir em quase tôdas as manifestações de nossa civilização. Não só, por exemplo, na maneira de construir a casa de pau-a-pique, como também, cremos, até nessa nossa fala descansada que confunde "r" e "l" característico do nosso bom sotaque paulista.

Vejamos pois, muito esquemáticamente, qual era a situação do povoamento indígena no território hoje ocupado por São-Paulo.

No planalto, tendo como centro Piratininga, imperava o Guaianá. Suas fronteiras não iam, ao norte, além do divisor Tietê-Paraíba. No litoral, de Cananéia até as proximidades de Ubatuba. Do outro lado dessas fronteiras, ao sul, reinavam os Carijós. Ao norte, esparramados pelo vale do Paraíba e, atravessando a serra até Ubatuba, viviam os Tamoios.

Fronteiras muito delimitadas de um lado, imprecisas de outro. O pesquisador se vê desorientado pela falta de documentos, pelo dificuldade de se reconhecerem as raças diferentes, as tribos amigas e inimigas chamadas ora por um nome ora por outro.

Os índios do planalto usavam para se comunicarem com o litoral de três grandes caminhos: o primeiro, de Piratininga ao Cubatão, trilhado pelos Guaianás; o segundo, de Taubaté a Ubatuba usado pelos Tamoios e o terceiro, ao sul percorrido pelos Carijós.

É dentro desse território pequenino, desse país dos Guaianás, que se vai desenvolver o mameluco paulista num esforço contínuo para alargar suas fronteiras até levá-las aos seus limites naturais de grandes rios e serras e viver dentro dele tão estranhamente isolado durante os primeiros séculos.

Mas não era somente, povoado esse território, de índios, antes de aqui aportar Martim Afonso de Sousa.

### Os primeiros povoadores europeus

Náufragos, aventureiros de toda sorte já estavam, nas primeiras décadas do século XVI, estabelecidos no litoral e até serra acima. Formavam três núcleos: São-Vicente, Cananéia e Santo-André. Desses três núcleos o mais importante foi São-Vicente. Servia já naquele tempo de porto de refresco obrigatório para as armadas em demanda do rio da Prata. Possuía recursos consideráveis, tendo em conta a época e o lugar. Alonzo de Santa Cruz não hesita em chamá-lo de "pueblo de San Vicente". Descreve seu aspecto parecido com o de uma aldeia portuguesa do século XVI com torre de defesa de pedra. Possuía um estaleiro rudimentar para consertos de navios e até fabricação de bergantins. Seus habitantes europeus cultivavam, para seu sustento e para vender aos navios de passagem, não só os mantimentos da terra como verduras européias. Criavam galinhas e porcos. São-Vicente já era enfim uma verdadeira aldeia, um núcleo de povoamento europeu, o primeiro em toda a costa da América Portuguesa.

Quanto aos dois outros, é possível terem tido uma importância bem menor. Celebrizaram-se sobretudo pelos nomes de seus principais habitantes, o misterioso bacharel de Cananéia e João-Ramalho.

A missão de Martim Afonso não foi portanto de fundar um núcleo de povoamento, mas mui habilmente de se aproveitar do que já existia, de se servir da base, de lhe dar uma vida oficial e localizar dentro desses núcleos os povoadores importados. Não é fundador, é colonizador. E o espírito prático, conhecedor das realidades, que sabe se aproveitar da oportunidade única de apoiar sua colonização em homens adaptados ao país e que vão em grande parte, garantir-lhe o sucesso. Martim Afonso oficializa a existência de São-Vicente e com notável visão compreende a importância da aldeia de João-Ramalho em pleno sertão, a única em toda a costa atlântica da América. Cria os cargos de governo, dá existência oficial distribui terras aos imigrantes.

São-Vicente, pela sua situação de porto de mar, prospera rapidamente. É dele que vai partir a onda povoadora. Já em 1545 Brás Cubas funda a cidade de Santos em lugar bem escolhido. Mais tarde, em tempos já de Tomé de Sousa, Santo André, à boca do sertão, atrás de seus muros de pau-a-pique e taipa, constantemente atacado pelos índios, torna-se um verdadeiro castelo forte de fronteira.

Em torno desses núcleos já se abrem as roças, já se fundam os engenhos de açúcar, já se cria um povoamento rural. O colono lavra a terra e defende sua fazenda de armas na mão contra o índio.

Mas em meados do século XVI aparece um novo fator do povoamento com um verdadeiro método de colonizador: o jesuíta. Nóbrega com sua alta visão de político, Anchieta com a energia de um santo jesuíta, resolveram fundar serra acima, entre as tribos guaianás, um colégio para catequizar os selvícolas. A situação geográfica de São-Paulo, sua localização estratégica sábia e escolhida pelo instinto guerreiro dos índios, em pouco tempo transformou esse novo castelo forte num núcleo de povoamento de primeira ordem. A política jesuíta de aldeamento dos índios em pouco tempo esparramou pelos territórios do planalto, em torno de São-Paulo, uma quantidade de aldeias. Entre essas aldeias espalharam-se as fazendas. O sertão começou a recuar.

Por outro lado já em fins do século XVI começam a aparecer serra acima as primeiras povoações de fundação particular. Parnaíba fundada por volta de

1580 por André Fernandes, Moji-das-Cruzes, Juqueri. No litoral fundam-se os núcleos de Itanhaém, Xiririca, Iguape, de tal maneira que, ao alvorecer do século XVII, a situação do povoamento de São-Paulo era a seguinte:

O litoral sul já era bastante povoado, com as vilas de Cananéia (vila em 1578) Xiririca, Iguape, Itanhaém (vila em 1561) Cubatão, São-Vicente e Santos. O litoral norte, entretanto, era muito menos povoado, não possuindo nenhuma vila. Algumas sesmarias tinham sido concedidas em São-Sebastião, mas nenhuma aldeia, nenhum povoamento urbano existia. É que os terríveis Tamoiós de seu quartel general em Ubatuba assolavam a costa norte toda até o forte construído em Bertioaga, como sentinela avançada da civilização paulista. O litoral sul, ao contrário, era já antes do povoamento oficial de 1532, todo ele habitado pelos Guaianás aliados dos vicentinos.

No planalto, o núcleo principal era São-Paulo. Em torno da futura capital as inúmeras aldeias de índios fundadas pelos jesuítas: M' Boi, Santo-Amaro, Pinheiros, Guarulhos, Carapicuíba, Itaquaquecetuba, São-Miguel, etc., e mais as primeiras vilas de fundação particular já citadas.

É essa esquematicamente, a situação dos núcleos de povoamento urbano de São-Paulo em fins do século XVI.

### Séculos XVII e XVIII

Fora desse território é o sertão. Não é, porém, um sertão tão ignoto assim. Era palmilhado pelos índios em constantes correrias. A eles freqüentemente se juntavam brancos aventureiros. Guiados por eles bandeirantes anônimos começavam a exploração. Vindos do rio da Prata por terra, aqui chegavam aventureiros. Portugueses e mamelucos audazes iam abrir fazendas a léguas e léguas de qualquer povoação. Entre as vilas, toda a terra já tem dono, e é mais ou menos cultivada. É dessas fazendas, dessas roças, que vai surgir o grande problema do século XVII paulista: a falta de braços. Problema tão angustioso que não respeita a lei contra a escravização dos índios, não respeita a autoridade dos jesuítas. As fazendas, estabelecidas em terras ruins em torno de São-Paulo, não produzem o bastante para a importação de mão de obra escrava da África. O imigrante espanhol ou português, por sua vez, não vinha para ser assalariado, mas para se tornar imediatamente proprietário. Não havia possibilidade de se obter um proletariado rural suficiente para se lavar tanta terra. Só um remédio restava, de acordo com a mentalidade daqueles tempos: escravizar os índios. Foi o que se fez. Mas desde logo a população indígena dos lugares povoados foi se tornando insuficiente. Ora, os jesuítas do Paraguai haviam estabelecido, ao sul de São-Paulo, formidáveis reservas de mão de obra em suas famosas reduções. Surgem, então, as "bandeiras de caça ao índio". O paulista ataca as reduções e volta a São-Paulo com os índios escravizados. A bandeira de caça ao índio pouca importância tem para o povoamento. O bandeirante dessa época não funda cidades, não é um povoador, suas expedições são de caça, guerreiras, de abastecimento de mão de obra. O bandeirante do primeiro período, parte sertão a dentro, passa anos fora, mas volta à terra natal. Volta sempre, quer tenha ido caçar índios no Paraguai, quer ele tenha ido até o Peru em busca de ouro e aventuras. Só mais tarde quando os indícios de ouro são certos, é que o paulista organiza suas bandeiras, não mais guerreiras, mas exploradoras.

As bandeiras do segundo período são mais organizadas no sentido de uma grande exploração. O bandeirante não vai mais fazer uma guerra, uma *razzia*, mas explorar um território. Saem depois de conhecer uma parte do caminho, nele estabelecem pousos. Nesses pousos plantam roças, abrem fazendas para servir de ponto de reabastecimento e descanso. Dessas escalas é que mais tarde nascem as cidades.

Mas, abrangendo esse longo período de dois séculos, estudando o mapa das zonas do Brasil povoadas pelos bandeirantes paulistas, a conclusão é que as bandeiras tiveram uma importância mínima no povoamento de São-Paulo. A bandeira foi um elemento despovoador de São-Paulo. O bandeirante despovoou São-Paulo. Povoou o Brasil. E quando se calcula a população paulista dos séculos XVI e XVII e se compara o vasto território por eles povoado, e se estuda a imigração quase nula para São-Paulo, onde não havia ouro nem diamantes, é que

se compreende melhor a terrível crise, a verdadeira decadência de Piratininga na segunda metade do século XVIII devido à falta de gente. Se se considera por outro lado a sangria tremenda feita na população paulista pelas guerras do Sul, pelos alistamentos obrigatórios para se fundarem colônias militares em terras da fronteira do Brasil, é que se explica melhor como um agente tão aguerrido não tenha em fins do século XVIII povoado e explorado todos os seus limites naturais.

De fato, em começo do século XIX é extremamente pequeno o número de cidades no território paulista. Apenas estão povoados os caminhos para as minas. Para se ir às mais importantes, às Minas-Gerais, seguia-se o vale do Paraíba. Não sendo o rio praticamente navegável, ia-se por terra. As cidades iam surgindo. A principio muito distantes uma das outras. Novas escalas intermediárias iam-se fundando à medida que o comércio se ia desenvolvendo. E enquanto não se canalizava o ouro para o Rio-de-Janeiro com a construção de uma estrada, surgem cidades no alto da serra do Mar como pousos do comércio mineiro. Esse comércio se fazia sobretudo pelos dois caminhos dos índios: Parati-Cunha e São-Luís-do-Paraitinga-Ubatuba.

É essa zona do vale do Paraíba a mais povoada de cidades, a mais próspera, conquistada pelos primeiros mamelucos aos Tamoios, aos "contrários" de quem fala João Ramalho. Essa gente do vale do Paraíba, oriunda de uma mescla com índios de outras tribos que a dos campos de Piratininga, vivendo durante séculos mais ligada à gente mineira e fluminense, cedo vai se diferenciar da gente do vale do Tietê e conservar um caráter especial até nossos dias.

Para se ir a Goiás, seguia-se mais ou menos o traçado da atual Mojiana por Moji-Mirim, pouso de bandeirantes fundada em meados do século XVII.

Para se ir às minas de Mato-Grosso seguia-se por terra até Pôrto-Feliz. Daí em diante o rio é navegável e o bandeirante não tem a mesma necessidade de cidades e vilas. E Pôrto-Feliz, fica sendo a bôca do sertão, do sertão por onde se vai de canoa, varando cachoeiras.

Para se ir para o Sul, para os campos de Curitiba e as Missões, seguia-se o mesmo caminho que hoje, por Sorocaba, Itapetininga, Faxina.

Mas, com a decadência das minas, ganha a agricultura. O paulista emigra menos. Procura em seu próprio território as terras melhores para cultivar. Começa então o verdadeiro povoamento pela emigração dos proprietários de terras cansadas para as terras de mais rendimento, "atraídos pela fertilidade da terra". Essa emigração de paulistas em procura de terras roxas mais tarde, já em pleno século XIX, é que se desenvolve graças ao grande povoador, o grande colonizador, o verdadeiro civilizador do paulista: o café.

Até então, até a época que o nosso modesto estudo abrange, as cidades paulistas não iam além da zona já delimitada.

Fora dessa zona é a frase impressa nos mapas de nossa infância "território desconhecido, habitado por índios selvagens".

Estabelecidas as três grandes etapas do povoamento de São-Paulo, verificamos que apesar de abrangerem um enorme período da história paulista, apesar das inúmeras cidades fundadas por motivos diversos, podemos estabelecer uma certa classificação entre essas cidades, ou melhor, classificar os diferentes métodos usados nesses termos para se fundar uma cidade.

A classificação que proporíamos seria a seguinte:

- I — Povoador anônimo
- II — Aldeia de índios
- III — Sesmarias e fazendas
- IV — Capela:
  - a) fundação particular
  - b) fundação coletiva
  - c) fundação de romaria

## V — Pousos:

- a) de bandeira
- b) de tropa

## VI — Fundação deliberada:

- a) colônia militar
- b) patrimônio

Essa classificação seria válida para o período estudado. De fato como notamos, durante o século XIX, o desenvolvimento rápido de São-Paulo em torno da cultura do café, transformou de tal maneira a nossa civilização que seria necessário um estudo especial para essa época e abrir, pensamos, duas novas categorias que chamaríamos de "Patrimônio industrial" e "Estação de estrada de ferro".

## Povoador anônimo

Antes da expedição de Martim Afonso de Sousa, o povoador anônimo é o aventureiro, o naufrago. É o misterioso bacharel de Cananéia, é João Ramalho, Gonçalo da Costa, Antônio Rodrigues. São todos aqueles que viviam perdidos nesta costa vivendo com uma gente... "que comen carne humana y es muy buena gente", como diz Diego Garcia.

Localizavam-se nas aldeias de índios, viviam mais ou menos com eles. O índio para eles significava recursos quando amigo. A importância desses primeiros povoadores anônimos é por demais evidente para ser necessário fazê-la ressaltar. Foram o chamariz para os primeiros imigrantes europeus, os verdadeiros fundadores dos primeiros núcleos de povoamento já estudados.

Mais tarde, e mesmo até hoje, o povoador anônimo é o caboclo que entra pelo sertão e que se estabelece em terras alheias ou devolutas. É o "intruso" com posse feita, lavrando uma terra que não lhe pertence. É o "sem terra". Sem recursos para comprá-la, sem proteção para obtê-la, sem habilidade para se apossar. É também, às vezes, o inadaptado à civilização, tipo primitivo que não pode viver ao lado do progresso e que muda de lugar assim que a civilização se aproxima. São tipos de todos os tempos. Encontramo-los em qualquer século. Sejam os "moradores" anônimos de Araraquara, já na primeira metade do século XVIII, sejam os cultivadores estabelecidos na região das terras-massapé de Campinas em fim do século XVIII, sejam os caboclos intrusos das terras do Noroeste de hoje.

Nessa classe é preciso também incluir os "fugidos da justiça". Gente criminosa que para fugir da ação da polícia entra pela sertão a dentro, abre roça e fica à espera que o tempo passe e com ele o esquecimento de seus crimes. É também o desordeiro de todos os tempos que a polícia manda soltar no sertão. Assim, já no século XVIII procediam os capitães-mores de Pôrto-Feliz e Itu mandando deportar para a confluência do rio Tietê com o Piracicaba quem praticava crimes em suas cidades. Mais tarde, quando a civilização se aproxima, é junto dos povoadores anônimos que ela vai localizar, no lugar já "aberto", e muitas e muitas vezes é ali que se vai fundar a cidade. Assim tiveram origem muitas das nossas cidades e assim continuam a nascer no sertão até nossos dias.

## Aldeia de índios

O jesuíta do século XVI foi o único pregador da fé que tinha um método e uma disciplina própria quanto à catequese de índios. O jesuíta não se contentava em catequizar o gentio, procurava transformá-lo em, "soldado de Cristo". Reunia os índios em aldeias submetia-os a uma disciplina, a um método de vida coletiva. Obrigava-os a trabalhar a horas certas, e reunirem o produto do trabalho em comum para ser aproveitado por todos da comunidade. Esse método deu no Paraguai os resultados mais favoráveis. Verdadeiras cidades foram assim fundadas.

Em São-Paulo, porém, bem menor foi o resultado. Seguindo o método jesuíta os Anchietas fundaram em tôrno de Piratininga, onde a população indígena era bastante densa, diversas aldeias. Ora reuniam os índios esparsos pelo interior em um determinado lugar, ora estabeleciam a redução numa aldeia já existente. Mas a vizinhança do homem branco, a pobreza da terra a ser cultivada e a índole dos nossos indígenas pouco se ajeitou à disciplina de vida imposta pelos santos jesuítas, a falta de braços para a lavoura e a proibição da escravidão dos índios, provocaram a crise da expulsão dos jesuítas e a decadência rápida das aldeias. Já em fins do século XVIII as poucas que ainda existiam viviam a mais miserável das existências. Sòmente hoje em dia com o desenvolvimento da capital é que êsses lugarejos retornam à vida como subúrbios.

### Sesmarias e fazendas

A sesmaria foi um dos processos mais comuns de povoamento de São-Paulo. Requeria-se uma sesmaria, alegando alguém não ter terras suficientes para manter a família, pretender ir povoar determinado lugar, etc. Assim Diogo de Unhatte em princípios do século XVII alegava, entre outras coisas, para obter sesmaria em São-Sebastião, ter cinco filhas para casar. Francisco Rodrigues requer em 1601 que se lhe dê uma sesmaria perto de Sorocaba por estar a caminho dêsse tôrmo "a povoar e lavrar mantimentos".

Uma vez concedida a terra mudava-se para ela o dono com sua família. É preciso considerar que quando se diz família nos primeiros séculos de nossa história, entende-se a "gens" tôda, composta de tôda a parentela e dos administradores. Era a tribo tôda que se mudava e quando um paulista alegava que queria ir povoar com a família, povoava de fato.

Estabelecia-se o povoador no lugar mais apropriado e começava a cultivar. Dessa fazenda é que vai nascer mais tarde o núcleo do povoamento.

É preciso observar entretanto, que nem sempre os povoadores se instalavam em terras cujas sesmarias já tinham obtido. Muitas vêzes instalavam-se primeiro e, depois, de posse da terra, é que requeriam a sesmaria alegando serem "moradores antigos do lugar". Outras vêzes o proprietário dava parte de suas terras. É o caso de André Fernandes, proprietário de uma sesmaria que compreendia os atuais municípios de Paranaíba, São-Roque, Itu e Sorocaba. André Fernandes dava terras "de amor em graça". Brás Cubas obteve em 1560 uma enorme sesmaria que começava em baixo da serra e ia até Moji-das-Cruzes. Dentro dela fundou uma fazenda. Mais tarde para essa sesmaria se mudou Brás Cardoso e sua "gens". O núcleo primitivo foi se desenvolvendo e em 1611 era a vila de Moji-das-Cruzes.

A sesmaria entretanto tem o valor maior para o povoamento rural, esparso, que para o povoamento concentrado em forma de cidade. A sesmaria produziu a fazenda, a fazenda a capela ou o patrimônio, e êsses, as cidades.

### Capela

A capela foi o fator mais freqüente da fundação de cidades em São-Paulo até fins do século XVIII.

Vejamos como se estabelecia êsse núcleo de povoamento. Desde já podemos estabelecer três categorias de fundações de capela como ficou dito:

- a) a fundação particular
- b) a fundação coletiva
- c) a fundação de romaria

No primeiro caso, o habitante de um determinado lugar, estabelecido em suas terras, longe de todo o socorro espiritual, resolve, à sua custa, construir uma capela. Feita a construção sob a invocação de algum santo de sua particular devoção, o fundador por ato público ou testamento dota a capela. Êsse dote é

geralmente constituído de uma determinada área de terras em torno do templo. Alguns devotos ricos dotam suas capelas em testamento com a terça dos seus bens e donativos especiais como prédios em cidades próximas, dinheiro, alfaias, etc. Lourenço Franco da Rocha dota a sua capela de Campo-Largo-de-Atibaia com "moradores de casas" em Atibaia. Geralmente o fundador da capela designa um parente para administrar o legado. A esse administrador é que cabe dar ou vender as terras em torno do templo às pessoas que ali desejam se estabelecer e que mais tarde vão formar os primeiros habitantes da vila.

No segundo caso, a capela não é fundada por uma só pessoa mas sim pela cooperação dos habitantes esparsos que desejam ter perto de si os socorros espirituais. Nesse caso a capela é edificada em lugar escolhido de acordo, dentro das terras de um dos fundadores ou nas divisas de diversos.

A distinção é importante. Pois no primeiro caso a capela se estabelece em lugar menos povoado que no segundo. No primeiro, a capela pressupõe uma família de habitantes, no segundo vai a capela servir a uma região já mais povoada. Jundiá pertence ao primeiro caso: pois foi pelos anos de 1615 que Rafael de Oliveira e a viúva Petronilha Rodrigues Antunes para, fugirem à ação da justiça, entraram para o sertão com suas famílias e ali se estabeleceram "edificando logo depois" uma capela sob a invocação significativa de Nossa-Senhora-do-Destêro.

Araçariguama pertence ao segundo caso. Ali possuíam importantes fazendas Francisco Rodrigues Penteadado, Guilherme Pompeu de Almeida e seu filho, o famoso ricoço e banqueiro dos bandeirantes. Reunidos é que edificaram a capela para socorrer ao espiritual os habitantes esparsos do lugar.

Ora, no primeiro caso, é provável que a região de Jundiá fôsse nesse tempo pouco povoada. No segundo, ao contrário, sabemos que a capela vinha atender aos desejos dos fazendeiros do lugar em território já bastante povoado.

Quanto ao terceiro caso, a fundação de capelas de romaria; é pouco frequente em São-Paulo nos séculos estudados. Existem apenas duas dessa forma de fundação: Aparecida e Pirapora. Por volta de 1719 o pescador João Alves pesca no Paraíba uma imagem de Nossa-Senhora. Em 1743 o bispo dá licença para se construir uma capela para a santa. Os milagres se repetem e em torno da capela se forma a vila graças aos romeiros. Em Pirapora, o caso é um pouco diferente. Depois de ganhar uma capela construída e dotada por José de Almeida Neves, em 1730, é que o Bom-Jesus se torna milagroso e que as romarias se repetem dando nascimento a uma cidade.

Em todos os casos, porém, a capela serve de fixação de uma população mais ou menos esparsa. É em torno da capela que se cria a vila. Para ela converge a vida da região. Em torno dela se estabelece o comércio, o centro consumidor, a cidade.

### Pouso

#### a) Pouso de bandeira:

É engano pensar-se que as bandeiras eram compostas de aventureiros andando ao acaso pelo sertão em busca de índios ou de metais preciosos. Ao contrário, a bandeira obedecia a uma organização rigorosa quer na sua composição quer no seu itinerário. Antes de partir a bandeira, hierarquicamente organizada, mandava o chefe estabelecer ao longo do caminho que pretendia seguir, pontos de reabastecimento e de descanso. Nesses lugares estabeleciam-se roças.

Nessas roças, mais tarde, é que se ia fixar diretamente, o núcleo de povoamento urbano. A sorte desse núcleo estava intimamente ligada à sorte das bandeiras. Assim é que a riqueza das Minas-Gerais e Goiás deram um desenvolvimento rápido a Moji-Mirim e Moji-Guaçu, roças primitivas em pouco tempo transformadas em vilas. O mesmo aconteceu a Pôrto-Feliz, ponto de embarque dos paulistas que iam explorar as minas de Cuiabá. Por sua vez a decadência da mineração deu um golpe terrível nessas vilas. A construção da estrada ligando diretamente Minas-Gerais e Rio-de-Janeiro, canalizando todo o comércio mineiro para fora de São-Paulo, foi o começo da decadência das cidades do vale do Paraíba, decadência da qual só o café em pleno século XIX as iria salvar.

Mas, enquanto as minas estiveram em plena prosperidade foi enorme o movimento de vai e vem da "caravana humana". Surge então um novo processo de fixação da população:

b) Pousos de tropas:

A tropa, a tropa de burro, não tem grande importância até o século XVIII, pois até então o verdadeiro "burro de carga" é o índio. Mas a tropa humana como a de burro, também estabelece pousos ao longo do caminho comercial. É interessante notar, mais uma vez, que os caminhos seguidos pelo comércio são sempre as velhas estradas há séculos percorridas pelos índios. Assim, é que os trilhos dos índios Tamoios entre o vale do Paraíba e Ubatuba e Parati se transformam em verdadeiras estradas comerciais com pousos em Cunha e São-Luís-do-Paraitinga. Por essas estradas se faz grande parte do comércio das minas. E mais tarde, com o aparecimento da agricultura intensiva, multiplicam-se os pousos e surgem as cidades.

### Fundação deliberada

a) Colônia militar:

A política exterior portuguesa do século XVIII, seguida pelos governadores de São-Paulo, foi quase exclusivamente a de recuar o mais possível, pela ocupação de fato, as fronteiras do Sul do Brasil em detrimento de Espanha. Ocupar e defender a posse com tratados. Para realizar essa posse efetiva, os governadores gerais usavam o sistema bárbaro das colônias militares povoadas a força. Toda essa política foi feita quase que exclusivamente com gente de São-Paulo. Assim se fundaram Lajes, Castro, Sacramento, Iguatemi. O fracasso terrível da maioria dessas povoações instaladas em lugares inadequados foi um dos fatores mais importantes do despovoamento de São-Paulo.

A colônia militar, isto é, a cidade mandada fundar pelo governo, no século XVIII, não age, para São-Paulo como fator de povoamento mas de despovoamento. Aliás o governo colonial em nada contribuiu para o povoamento de São-Paulo.

b) Patrimônio:

Chamamos de patrimônio a terra destinada pelo seu proprietário a ser nela construída uma cidade. É preciso entretanto distinguir duas classes de patrimônio: 1.º, patrimônio oriundo de um dos tipos já classificados (sesmarias, fazendas, capelas, etc.) e o patrimônio direto, isto é, a terra destinada a ser repartida em lotes urbanos.

O proprietário, longe de uma cidade, com o intuito quer de valorizar sua terra criando na proximidade um centro consumidor e distribuidor, quer com a intenção de fixar perto de sua fazenda uma reserva de mão de obra, escolhe uma área que divide em lotes que vende ou dá a quem queira aí fixar residência.

Esse tipo de povoamento urbano existiu desde as primeiras eras. Santos não passa de um patrimônio fundado por Brás Cubas. Mas é sobretudo com o progresso da agricultura no século XIX que o patrimônio se desenvolve de tal maneira que chega quase a absorver todos os outros tipos de povoamento urbano.

Terminado esse esquema de classificação é necessário frisar que ele não deve ser tomado como uma coisa rígida, uma classificação completa e definitiva.

Nem tôdas as cidades fundadas até fins do século XVIII se encaixam perfeitamente dentro deste ensaio de classificação. Não abrimos um parágrafo para as cidades fundadas em torno de minas em São-Paulo. A pobreza do nosso sub-solo em minerais preciosos não podia facilitar a fundação de cidades.

Não se pode tão pouco estabelecer épocas dentro das quais se fundaram cidades de um determinado tipo. O povoador anônimo gênero bacharel de Cananéia, ainda existe, e se não se fundam hoje em dia tantas vilas em torno de

capelas com patrimônio é que nossa época é de indiferença religiosa. Mas fundam-se ainda patrimônios diretos. As colônias militares dos governadores gerais do século XVIII têm sua sósia nos núcleos coloniais do século XIX.

Muitas vezes as cidades devem sua origem a fatores diversos e são difíceis de se encaixar em um dos tipos descritos. Vejamos um exemplo: em 1560 D. Francisco de Sousa resolve fundar uma povoação perto das minas de Araçoiaba. Morrendo em 1611, não foi adiante a povoação. Em 1645 Baltasar Fernandes e seus genros emigram de Paraíba para essa região onde tinham obtido sesmarias e fundam uma capela com patrimônio. Nasce a cidade de Nossa-Senhora-da-Ponte-de-Sorocaba. Sorocaba é oriunda de sesmaria? De capela? De patrimônio? Faria parte das poucas cidades fundadas em torno de minas?

Mas toda gramática tem regras e exceções, e embora a maior parte da gente consiga se exprimir perfeitamente sem conhecer gramática, não quer dizer isso que ela seja inútil. É um método de estudo como outro qualquer.

# O Paraíba, Estudo de Rio no Brasil

Transcrito do "Bulletin de la Association de Geographes Français", Juin, 1939

PIERRE DEFFONTAINES  
Da Universidade de São-Paulo

O rio Paraíba que percorre os Estados de São-Paulo e Rio-de-Janeiro, no Brasil, é para o sul o último rio importante que se vai lançar diretamente no Atlântico pelo caminho de leste. Os rios atlânticos mais meridionais não são senão rios costeiros de muito menor importância. Nessas regiões a rede hidrográfica principal está na direção do continente. Ao contrário, para o norte, os grandes rios, o Doce, o São-Francisco, drenam grandes bacias diretamente abertas para o Atlântico. O Paraíba se intercala, portanto, entre os dois tipos de redes hidrográficas, a do norte escoando para o leste, a do sul voltada para a grande calha ocidental do Paraná—Paraguai.

O Paraíba não desce exatamente para leste, mas para o nordeste, seguindo a direção mesma do litoral atlântico. O curso se desenvolve paralelamente à costa; em nenhuma parte se afasta a mais de cem quilômetros do mar e ele tem sua nascente a menos de 20 quilômetros da costa, graças à rede das falhas. Ele se insinuou curiosamente entre o litoral e o grande platô do interior com inclinação para oeste.

Esta zona de fraturas que, no norte, para o Espírito Santo, se afasta do Atlântico e cede lugar a uma planície litorânea bastante grande, aqui se aproxima da costa e, um pouco a oeste do Rio-de-Janeiro, suprime totalmente a existência das planícies litorâneas. Ela constitui este conjunto confuso de maciços montanhosos que estão reunidos sob o nome de serra do Mar. Esta serra apresenta aqui uma certa largura, às vezes perto de cem quilômetros, por causa da situação das fraturas que cortaram o antigo planalto primitivo em *horsts* e fossas grosseiramente retangulares e paralelas ao litoral ou antes ligeiramente oblíquas por causa de uma disposição reticulada.

Para o sudoeste, no Estado de São-Paulo e mais ainda nos Estados do Paraná e do Rio-Grande, a zona das fraturas se retrai e se simplifica para acabar transformando-se num simples rebordo de planalto caindo abruptamente sobre o mar. A serra do Mar não é então mais uma serra mas um simples *paredão*.

O curso do rio desliza nesta zona literalmente fragmentada e apresenta um curioso geometrismo; cotovelos e ângulos retos separam secções retas. O alto curso acaba mesmo fazendo meia volta, correndo na direção sudoeste enquanto que o resto do curso se dirige para o nordeste. O comprimento do curso de 865 quilômetros, engana pela sua forma, porque em linha reta, da sua nascente à sua foz, há menos de 400 quilômetros. Encaixado na zona fraturada, ele se aproxima com ela na sua parte ocidental da costa atlântica, de maneira que a zona das suas nascentes se acha mais próxima do litoral.

Aí também a zona das fraturas se retrai e o rio se recurva sobre si próprio; é aí que a bacia tem o seu mínimo de largura.

Uma tal bacia apresenta assim uma série de anomalias. A sua superfície, de 56 500 quilômetros quadrados, reúne partes absolutamente diferentes.

É fácil distinguir-se uma secção do norte e uma secção do sudoeste, separadas uma da outra por um singular estrangulamento em torno de Salto e Resende, onde a largura da bacia quase não ultrapassa 30 quilômetros. A leste deste estreito, para a embocadura, a bacia atinge a sua maior extensão, mais de 300 quilômetros; este alargamento se estende para o norte, graças ao desenvolvimento de uma ramagem de afluentes, o Muriaé, o Pomba, o Prêto, dispostos em leque.

Tôda essa rede se desenvolve ao norte da barreira da serra do Mar que o rio cortou por gargantas sucessivas; o próprio rio nesta zona não se destaca absolutamente da serra; ele corre numa ranhura, retilínea de sudoeste para nor-

deste, paralela às fraturas da serra; êle segue mesmo longos bancos de diabásio, que se infiltraram por essas fraturas e que cobrem o leito com as suas arestas dirigidas no sentido do curso.

Esses afluentes setentrionais desembocaram além da serra e aí destacaram planaltos em degraus retalhados pela drenagem atlântica em detrimento de drenagem ocidental e setentrional representada pelo rio Grande, o rio Verde, o rio Aiuruoca, o rio das Velhas. Estes rios, que se vão reunir à longínqua calha central do Paraná—Paraguai, estão situados sobre uma velha penepalanície de 1 000 a 1 100 metros de altura não rejuvenescida em consequência do afastamento dos níveis de base e da resistência à erosão que representam as espessas barragens de diabásio da região de Franca, ao norte do Estado de São-Paulo.

A drenagem atlântica pôde avançar as suas nascentes de rios mais facilmente nos terrenos relativamente tenros da série de Minas, onde dominam os chistos e itacolomitos.

Tôda esta parte setentrional da bacia do Paraíba faz lembrar em menor escala a bacia do rio Doce e mesmo a do São-Francisco. Ela é constituída por um grande planalto disposto em leque e varrida pela erosão regressiva atlântica que também comandou, para montante, a travessia da serra do Mar, que teve de ser feita em gargantas, no estreito de Resplendor do rio Doce, na gigantesca cachoeira de Paulo-Afonso, no São-Francisco, na garganta a montante de São-Fidélis, no Paraíba. O Muriaé, seu afluente, tem também a sua garganta particular, porque êle só se reúne ao Paraíba a jusante da serra do Mar que êle corta pelos rápidos de Santo-Antônio da Cachoeira.

Em todos estes rios, as zonas das mais altas montanhas não se acham nos limites mais avançados da bacia para o planalto interior, mas para as embocaduras, não longe do mar: serra dos Órgãos (2 400 metros) para o Paraíba, serra de Caparaó (2 884 metros) para o rio Doce.

Além disso, esta linha de grandes alturas litorâneas separa dois domínios fluviais; a jusante das gargantas, até o litoral, situa-se uma planície deltaica, mas um delta com inclinação bastante acentuada, 17 metros de desnível para 50 quilômetros, antes um cone de dejeção do que um delta onde o curso d'água, em via de levantamento rápido, corre no alto de um abaulamento, donde êle divaga freqüentemente em pata de ganso. A lagoa Feia, ao sul do Paraíba, está sobre o local de um dos seus braços laterais; o rio continua a derramar-se nela durante as inundações.

Os afluentes que se reúnem ao rio nesta secção, levantando-se menos rapidamente, têm muita dificuldade em escoar as suas águas. Muitas vezes são as águas do rio principal que os invadem, construindo pequenos deltas laterais avançando nos afluentes. Tais condições multiplicam os lagos de confluência debruando o rio. O mais típico é o grande lago Juparanã, no rio Doce, mas os lagos de Campelo e o de Cunha, no Paraíba, são do mesmo tipo.

Na própria beira do litoral, o transporte dos aluviões arenosos acarreta a construção de um vasto delta submarino depositado pelas correntes, mas pouco profundo e perigoso para a navegação. É o caso do cabo de São-Tomé, ao largo do Paraíba, cabo com flechas arenosas instáveis onde houve muita dificuldade para se levantar um farol; a própria inclinação do cone de dejeção impede, qualquer penetração das águas marinhas, daí o nome de rio Doce, dado a um desses rios pelos descobridores da sua embocadura.

A terceira parte da bacia do Paraíba apresenta características inteiramente diferentes; é a que está mais envolvida nas zonas das falhas e *horsts*. A oeste do estrangulamento de Resende, Salto começa o domínio do geometrismo e do quadriculado. Já, mais a jusante, a rede hidrográfica que drena as montanhas da serra do Mar, em tôrno de Petrópolis e Nova-Friburgo, os rios Piabanha, Paquequer, apresentam um aspecto quadriculado muito nitido. Mas, a montante de Resende, é toda a bacia do Paraíba que está submetida a esta disposição. Altos maciços, com paredes abruptas para o sul e com descida lenta para o norte, constituem *horsts* basculados, como a Mantiqueira, a Bocaina, a Pedra Selada. Entre estes *horsts* estão encaixadas fossas tectônicas múltiplas dirigidas no mesmo sentido que os maciços: sudoeste-nordeste. Estas fossas são drenadas dificilmente e foram o sítio de lagos, durante a época terciária. O mais importante desses lagos, com 100 quilômetros de comprimento, ia de Jacarei e mesmo de Santa-

Isabel a Salto, é o lago de Lorena, que deixou um terraço bastante plano de 600 metros de altitude, no qual o Paraíba destacou um grande vale submersível, com declive fraco, que está a 566 metros, tendo Guararema a montante e com 509 metros com Cachoeira a jusante.

Um outro lago existia mais a jusante, muito menor, entre Resende e Quatis.

Existem outros terraços, sem dúvida também de origem lacustre, ao longo do alto Paraíba, em tórno de São-Luís de Paraitinga, terraços de 850 metros.

A parte sudoeste da bacia do Paraíba é inteiramente diferente da parte norte; não é mais uma bacia clássica de conquistas de erosão, mas uma bacia lembrando uma série de fossas tectônicas dispostas paralelamente. As bacias do alto Paraíba, foram ligadas à bacia de Lorena por uma captura, cuja garganta de ligação é visível a montante de Guararema.

A reunião da bacia de Lorena à bacia de Resende foi complicada pela presença de um enorme cone de dejeção, na embocadura das torrentes de Campo-Belo e de Salto descendo do alto maciço de Itatiaia, de 2 800 metros, cone de dejeção absolutamente anormal com grandes seixos e que poderia ser de origem glaciária.

Quanto à reunião entre os dois Paraibas, o de sudoeste e o do norte, ela se faz por uma série de gargantas que o rio cava através das barras de diabásio com a direção classica, sudoeste-nordeste. Esta zona de costura entre as duas partes da bacia corresponde ao estrangulamento máximo de 30 quilômetros de lado que já assinalamos e corresponde igualmente ao lugar em que a linha do divisor de águas é menos elevada; de 450 metros na garganta de Rodeio, entre Barra-do-Pirai e a baixada do Rio-de-Janeiro. É a passagem mais baixa através de tôda a serra do Mar litorânea, a que segue a principal via férrea do Rio-de-Janeiro para o interior, a única linha subindo do Atlântico que não é obrigada a recorrer à cremalheira.

Este ensilhamento é tal que não é impossível que um antigo derrame do Paraíba das bacias lacustres do sudoeste se tenha produzido por aí, se bem que não se possa dar nenhuma prova disso.

Esta divisão do Paraíba em três partes se torna a encontrar no perfil longitudinal; o declive através da bacia de Lorena entre Jacarei e Cachoeira, é de 0,30 por quilômetro. De Cachoeira até Salto e Resende, a concordância entre as duas bacias é mais íngreme, 1,92 metros por quilômetro (rápido do Inferno e de Suruí). A inclinação se mantém muito forte em tôda a ranhura, ao norte da serra dos Órgãos, de Barra-do-Pirai até Entre-Rios: 1,15 metros. Mas o máximo é atingido na travessia da serra do Mar, a montante de São-Fidélis e de Pôrto-Novo, 2 metros por quilômetro. Sobre o cone de dejeção deltaico, a declividade se atenua consideravelmente, mas fica ainda de 0,40 por quilômetro.

O perfil do Muriaé, que se reúne ao Paraíba já na zona deltaica, é mais baixo que o do rio principal; este afluente deve ter sido outrora um rio independente lançando-se no antigo golfo de Campos, hoje sedimentado pelo delta. Isto explica porque as altas águas do Paraíba se despejam no vale baixo do Muriaé, onde o complemento é muito menos ativo.

Esta decomposição do Paraíba em trechos diferenciados não se parece re-encontrar no regime hidrográfico. Por tôda parte as chuvas caem no verão, de novembro a março. As grandes inundações são de janeiro e fevereiro, e tôdas as partes da bacia inundam quase simultaneamente, daí o perigo da planície de Campos.

As chuvas chegam em geral, não do mar pelo vento do sul, mas pelo sudoeste e mesmo do oeste; assim as altas águas começam pela alta bacia e se propagam para baixo.

Em março de 1923, as inundações se espalharam do alto Paraíba até a bacia de Lorena, de 10 a 15 de março; elas se amortecem quando as águas correm no grande vale submersível de Guaratinguetá a Cachoeira. As inundações recomeçam a se fazer sentir a jusante, a partir de Barra-do-Pirai, mas referidas de 20 a 22 de março; a mesma observação em fevereiro e março de 1929. Em Campos, nota-se que a subida das águas do Paraíba chega antes da do Muriaé.

Durante as inundações de dezembro de 1926, caíram trombas d'água sobre a Mantiqueira, que parece além disso a zona mais úmida de toda a bacia como o indica o seu nome (Mantiqueira derivaria de uma palavra tupi que significaria abundância de águas); as inundações foram particularmente graves em Resende; a Bocaina tinha enchido também e a planície de Lorena tinha sido muito atingida; em compensação, não houve enchente no Muriaé, em Itaperuna, e somente no Pomba, em Santo-Antônio-de-Pádua; a mesma indicação em dezembro de 1929: inundações muito fortes até Jacarei, depois diminuindo e desaparecendo no baixo curso.

Por outro lado, em março de 1926, não houve enchente sensível no alto Paraíba, mas muito forte a partir de Pôrto-Novo e no Muriaé, em Itaperuna; o mesmo em março de 1925.

Parece que dezembro é mais favorável às inundações da zona sudoeste e março mais favorável às inundações da zona norte.

Para os ribeirinhos do Paraíba há 3 domínios de inundações perigosas. No grande vale submersível da bacia de Lorena, as águas se acumulam nas cercanias de Tremembé — Pindamonhangaba. Desde uns 20 anos, estas planícies inundáveis foram transformadas em arrozais.

Nas planícies de Campos inteiramente dedicadas às plantações de cana de açúcar, uma das raras regiões do Brasil de campos contínuos, sendo a inundação aí muito temida porque ela acarreta muitas vezes divagações; braços laterais se abrem sobre o cone de dejeção e arrastam a argila fértil. Hoje se está acabando um dique na margem direita do rio, de São-Fidélis a Campos, para impedir a descida das águas para o sul, a zona mais rica e mais cultivada, infelizmente também a mais baixa e a mais exposta. Está-se tentando jogar as enchentes sobre a margem norte que está ainda apenas explorada.

A última zona de inundações perigosas é o baixo vale do Muriaé, não tanto por causa das águas deste rio, mas em consequência da invasão das águas do Paraíba que correm sobre um leito em via de levantamento rápido. Apesar da exploração recente de toda esta baixa região fértil, nada ainda foi iniciado para assegurar a sua proteção.

Do ponto de vista humano, por causa da direção do rio paralelo ao litoral, o Paraíba não pôde servir de via de penetração para o interior. Ele constituiu como que um segundo litoral, não mais marítimo, porém fluvial, ao longo do qual se instalavam postos de partida para as expedições para o sertão. Os portos fluviais tinham uma função análoga à dos portos atlânticos; eles constituíam uma linha de roçada mais avançada, de onde se lançavam as tropas para o norte. Entre esses portos fluviais havia uma circulação de cabotagem como entre os portos marinhos, e desenvolveu-se ao longo deste eixo de circulação interior, que duplicava a circulação periférica pelo mar, uma espécie de civilização particular, feita ao mesmo tempo pelo comércio com o interior cujos portos eram cabeças de linha e por uma exploração agrícola das planícies do vale.

Esta civilização do Paraíba só existiu por muito tempo na zona do sudoeste, a zona do geometrismo, a única que possuía grandes planícies. A pequena planície de Resende e a comprida bacia de Lorena viram elaborar-se esses ciclos agrícolas sucessivos que são uma das características da exploração brasileira; primeiro o ciclo da cana de açúcar, depois o ciclo do café, que começou em Resende em 1785 e se propagou em seguida ao longo do rio para o Estado de São-Paulo.

Na segunda metade do século XIX, esta antiga economia de plantação entrou em decadência; a libertação dos escravos e o esgotamento do solo pela monocultura arruinaram todas as fazendas. Quando se vêem essas belas propriedades construídas em estilo colonial e semi-abandonadas, pensar-se-ia estar em algum velho país da Europa em via de despovoamento.

Hoje, assiste-se à restauração de uma nova economia baseada na criação de gado bovino, uns encarregados de fornecer o leite às duas grandes aglomerações que se acham nas extremidades desta zona, Rio-de-Janeiro e São-Paulo; outros, vindos do longínquo sertão, e que antes de serem conduzidos ao matadouro, restauram e engordam em uma espécie de prados de engorda tropicais, as *invernadas*.



Novas culturas aparecem também adaptadas ao solo esgotado pelo café: laranja, algodão, arroz, abacaxi, dando à região um regime de policultura mais estável.

Quanto às cidades, excepcionalmente numerosas, viviam sobretudo do comércio: umas controlavam o escoamento das vias que vinham do norte, do sertão, como Salto, Pindamonhangaba, São-José-dos-Campos ou Barra-Mansa; outras serviam de partida a caminhos que desciam para os pequenos portos da costa, Ubatuba, Parati, Angra-dos-Reis. Por exemplo, era de Taubaté, sobre o Paraíba que partia uma estrada muito seguida outrora, conduzindo ao porto de Ubatuba.

Ao lado desta circulação transversal em que o rio servia de intermediário entre o sertão e a costa, havia uma circulação longitudinal; o Paraíba era navegável mais ou menos sobre todo o comprimento da bacia de Lorena, de Quiririm a Salto. As comunicações de São-Paulo com o Rio utilizavam esta via; mas elas deixavam a via fluvial antes dos rápidos de Resende; em Cachoeira, elas tomavam o caminho terrestre por Areias, São-José-do-Barreiro e Bananal, e isto explica a curiosa ponta que desenha a fronteira do Estado de São-Paulo para leste.

Infelizmente toda esta via de circulação está muito diminuída. A via férrea de São-Paulo ao Rio-de-Janeiro suprimiu quase totalmente a navegação fluvial; ela deu um golpe de morte também em todos os pequenos portos do litoral em proveito de dois grandes portos, Santos e Rio. As cidades do rio perderam a sua razão de ser: não obstante, elas sofreram muito menos do que as fazendas dos campos. Elas viram a sua população aumentar com todo o refluxo dos escravos libertados que, abandonando o seu dono e sem propriedade, só encontravam refúgio nos subúrbios urbanos. Esta mão de obra desempregada e barata favoreceu a instalação das indústrias, e hoje as cidades do Paraíba conservaram uma atividade graças à adição de funções industriais variadas: tecelagem, indústrias de cartão e de farinhas, e até mesmo metalurgia (altos fornos de Barra-Mansa).

Assim, a zona do sudoeste do Paraíba, embora a mais afastada da sua embocadura, a mais engastada nos altos maciços, a mais apertada quanto à extensão da bacia fluvial, foi muito mais fácil de utilizar pelos homens.

Ao contrário, a zona norte só teve a sua colonização iniciada muito mais recentemente. Os rios correm em vales de erosão estreitos, encavados e com forte inclinação, constantemente cortados de rápidos. Não há mais fossas de afundamento dando grandes planícies de entulhamento com solo arenoso mais seco e menos favorável à floresta. Aqui, os planaltos constantemente ondulados em domos (mar de morros) são recobertos de terra de decomposição úmida, e não velhos solos cinzentos pouco férteis, somente bons para a estepe, como no alto peneplano do rio Grande, com mais de 1 000 metros de altitude, porém solos vermelhos, coloidais, de evolução jovem, eminentemente favorável à árvore. No Brasil, como noutras partes, verifica-se esta regra que as velhas superfícies dão velhos solos pobres.

É a Zona da Mata, a grande floresta ainda apenas atravessada no princípio do século XIX por algumas pistas indo para as cidades mineiras do Estado de Minas-Gerais, habitadas por índios temidos, os Coroados. A navegação se cingia à da flutuação da madeira, assegurada por esses selvagens que eram extraordinários balseiros nos rios com rápidos. Foi somente depois de 1850 que a Zona da Mata se abriu à colonização pelas fazendas de café; ela permaneceu por muito tempo muito próspera, mas aí, como alhures, um pouco menos rapidamente por causa da riqueza de húmus florestal; a monocultura cafeeira triunfou da fertilidade dos solos e hoje a região, em princípio de decadência, retorna também a uma economia semi-pastoril. Mas a parte do Paraíba em toda esta história econômica foi muito fraca.

Ao contrário, no Paraíba deltaico o rio participou ativamente na transformação da região. Esta foi primeiro, por causa das areias do cone de dejeção, uma zona de ervas, de campos, como o indica o nome da cidade capital. Mas desde o século XVIII começou o ciclo da cana de açúcar. Esta exploração foi auxiliada pelo rio. O leito muito largo, a abundância de ventos nesta zona vizinha do mar onde termina o regime dos aliseos, perto de Cabo-Frio (que só é o cabo frio porque é o cabo dos ventos), permitem a navegação a vela. No cone de dejeção cavaram-se numerosos canais; o transporte da cana para as usinas e a exportação do

açúcar foram facilitados; o Paraíba permitiu a transformação da planície de Campos numa colmeia humana, (perto de cem habitantes por quilômetros quadrado), ao mesmo tempo muito agrícola e também muito industrial.

Hoje, a circulação sobre o rio é muito menos ativa. A barra da foz, em Atafona, foi levantada e a saída tornou-se quase impossível; as pequenas usinas de outrora, instaladas ao longo do rio ou dos canais, deram lugar a grandes usinas capitalistas que arruinaram as antigas fazendas, os velhos solares. Estas novas usinas substituíram os transportes fluviais por rédes cerradas de pequenas vias férreas Decauville que lhes permitiam controlar toda a produção.

Aqui, como na zona do sudoeste, o Paraíba que estava no auge da prosperidade está quase sem uso hoje em dia; só se pensa em defender-se dele e não em servir-se dele.

Em compensação, na zona do norte, em que os rios outrora não trouxeram ao homem nenhum auxílio e cujos vales foram obstáculos difíceis de franquear, uma nova utilização aparece. As barragens se multiplicam, apoiando-se facilmente nas arestas de diabásio que fecham o leito, transformando os rápidos em quedas d'água produtoras de força. A mais importante é a da ilha dos Pombos, no Paraíba, entre Pôrto-Novo e Entre-Rios, que fornece eletricidade ao Rio-de-Janeiro; numerosas usinas hidroelétricas foram instaladas nos outros rios: sobre o Piabanha (Cascatinha) sobre o rio Pomba, o Paquequer, etc. Foram mesmo eletrificadas certas estradas de ferro, como a de Barra-Mansa e Passa-Vinte.

Em resumo, o Paraíba não foi um rio de grande utilidade para o homem; a sua embocadura não tem portos, as suas cidades estão sem irradiação, ele não é aproveitado para irrigação e perdeu quase todo o uso da navegação. O único rio atlântico de dois importantes Estados brasileiros (São-Paulo e Rio-de-Janeiro) parece estar quase como que sem uso.

## Resenha e Opiniões

### **Levantamento cartográfico de um mundo em guerra**

Em sua secção "Súmulas e Recortes", a revista *Engenharia*, número de março de 1945, transcreveu um artigo do Sr. William H. Nicholas, publicado no *The National Geographic Magazine*, sobre os trabalhos realizados ultimamente pelo Serviço Geodésico e de Levantamento Cartográfico da Costa, dos Estados Unidos.

Dentre as funções principais desse Serviço, podem-se citar o levantamento cartográfico das águas costeiras dos Estados Unidos, elemento indispensável para as Marinhas Mercante e de Guerra, a compilação e a impressão de cartas aeronáuticas, de que se utilizam os pilotos norte-americanos em tôdas as partes do mundo, o levantamento de todos os mares próximos a zonas de operação bélica, o estudo sobre o magnetismo terrestre, para fins militares e náuticos, e a orientação dos levantamentos terrestres de grande precisão, para o estabelecimento de sistemas de contrôle, do fogo de artilharia e do trabalho dos caça-minas.

O Serviço faz parte do Departamento do Comércio dos Estados Unidos, ocupando no seu imenso edifício em Washington, nada menos de quatro andares, para os quais convergem os variados e numerosos dados compilados pelos seus funcionários, que se encontram espalhados pelo mundo inteiro, e até mesmo junto às forças armadas. A princípio, em 1926, o Serviço de Levantamento compilou cartas aeronáuticas para o país inteiro, de que a aviação comercial se tem utilizado em grande escala. Acumulou dessa maneira muita experiência, na aplicação da ciência pura às necessidades práticas da navegação marítima e aérea, de tal forma que os elementos que possui, tornaram-se agora indispensáveis à Marinha e ao Exército, para o planejamento e a execução de suas operações anfíbias e aéreas.

O principal trabalho do Serviço, em tempo de guerra é a produção de cartas marítimas e mapas aeronáuticos. Para esse fim recebe, constantemente, informações novas, que dão tra-

balho a numeroso corpo de funcionários cuja função primordial, por estranho que pareça, é a correção de cartas geográficas já existentes. Realmente, em 1943, foram feitas nada menos que cinco milhões de correções, a mão, nas cartas existentes no Serviço: 85 em 100 da produção de mapas cartográficos, são para substituir outros que se tornaram obsoletos, ante as novas informações obtidas. Durante aquêle mesmo ano, o Serviço imprimiu, pelo processo litográfico, o total de dois milhões de cartas marítimas, e dezesseis milhões de cartas aeronáuticas.

O levantamento cartográfico aéreo dos Estados Unidos foi terminado há longo tempo, tendo o país sido dividido em cento e vinte e seis mapas seccionais, de que se utilizam principalmente os aviadores, que dispõem ainda de mapas pormenorizados de cerca de trezentos e cinquenta aeródromos. O mesmo trabalho de levantamento, em escala ainda maior, está sendo realizado agora, com tôda rapidez possível, para atender ao pedido feito pelo Exército para o levantamento cartográfico de determinadas regiões do mundo. Felizmente, certas inovações permitem diminuir de maneira considerável o tempo necessário à compilação de um mapa, sem diminuir a sua qualidade cartográfica. Uma única máquina, que é um sistema mecânico perfeito para a projeção de traços de latitude e longitude, permite fazer, ao mesmo tempo, trezentas projeções.

Os trabalhos do Serviço estão entregues a quatro Divisões principais, que se encarregam de obter informações técnicas para a elaboração desses mapas. São elas, as Divisões de Levantamentos Costeiros, de Marés e Correntes, de Geomagnetismo e Sismologia, e de Geodésia. Existe ainda uma Divisão de Instrumentos, indispensável também, e que se encarrega da obtenção e do melhoramento dos aparelhos e instrumentos sem os quais as outras Divisões não poderiam trabalhar.

O trabalho da Divisão de Levantamento da Costa começou em 1807 e, como é evidente, nunca poderá ser dado por completo. Atualmente, os encargos são muito pesados, pois que os Estados

Unidos com tôdas as suas possessões, têm aproximadamente cento e onze mil milhas de costa. Os navios especiais para esse serviço, fazem o levantamento das profundezas do oceano, até o limite extremo da massa continental que, muitas vêzes, é encontrada a mais de cento e cinqüenta quilômetros de distância da costa. O levantamento do solo oceânico é tão importante como o levantamento terrestre porque apresenta as mesmas elevações e vales que podem servir de ponto se referência a qualquer navegador, que disponha dos modernos elementos de determinação de profundidade. Novos métodos e aparelhos facilitam consideravelmente o serviço de campo. Para o levantamento topográfico da costa, o Serviço utiliza de lentes aeronáuticas especiais, desenvolvidas por seus próprios funcionários; grupos de técnicos em levantamentos topográficos completam as fotografias tiradas por esse aparelho, retificando alguns dados que por ventura sejam incompletos. E' uma grande máquina fotográfica que pode fixar mais de trezentas milhas quadradas em uma única exposição, de uma altitude de vinte mil pés. Antigamente, verificava-se a profundidade do mar por um método manual; hoje, existem aparelhos especiais muito mais sensíveis e exatos, que permitem a determinação da profundidade pela medição automática do tempo gasto pelo som para voltar do fundo. Está claro que para a utilização de aparelhos especiais como esses, são necessários homens experimentados, que compreendam as minuciosas variações que podem sofrer.

E' indispensável aos marinheiros e técnicos, conhecimento razoável sobre as marés, bem como sobre as correntes oceânicas do mundo inteiro. Em muitos portos, alguns canais podem ser suficientemente profundos para permitir a entrada de navios durante a maré alta: as docas e os ancoradouros precisam ser desenhados e construídos de acôrdo com a maré. Como todo mundo sabe, as marés são consequência da lei da gravidade, como bem o mostrou Sir Isaac Newton, quando a formulou. A combinação da atração da Lua cheia ou nova, com a do Sol, pode causar diferenças de maré maiores que as habituais. Como os cientistas podem determinar os movimentos futuros do Sol e da Lua, resta-lhes, portanto, apenas a

elaboração de dados locais para conhecer as marés, a qualquer hora do dia, mesmo para períodos longos. Nos Estados Unidos, em estações especiais, são compilados dados exatos sobre a maré alta e baixa, conservados gráficamente por meio de aparelhos automáticos. É interessante notar que a Terra também sofre a atração do Sol e da Lua que a atraem tanto quanto o oceano. Poder-se-ia dizer que a Terra tem suas marés alta e baixa. Existe apenas uma diferença -- as marés oceânicas têm influência direta sobre o comércio marítimo e outros fatores da nossa vida cotidiana, ao passo que as marés terrestres são pequenas e só podem ser observadas por cientistas especializados.

A Divisão de Marés e Correntes está também habilitada a determinar o que seja o "nível do mar". Todos nós utilizamos essa expressão nem sempre sabendo que o nível médio do mar é a superfície que teriam os oceanos, se não fossem alterados pelas marés, e pelos efeitos do vento e do tempo. Para determinar esse nível médio do mar, a Divisão tem estabelecido médias da altura do mar, em numerosos pontos da costa norte-americana. Parece um problema muito simples, mas na verdade, é um processo científico exato e monótono, que exige numerosos anos de observação. Os elementos colhidos também servem aos engenheiros, porque indicam se a costa é estável, ou se se tem elevado ou abaixado, fatores importantes quando se trata da construção de pontes ou de outras obras de arte ao longo da costa ou nas suas proximidades.

Outro departamento do Serviço de Levantamento se dedica ao estudo dos pólos magnéticos da Terra, elaborando dados indispensáveis a todos os navegadores, navais e aéreos, cabendo-lhe também prever manifestações magnéticas que possam ter influência considerável sobre os serviços de comunicação elétrica de que atualmente nos utilizamos. Ainda uma outra Divisão se encarrega do estudo de terremotos, e graças aos instrumentos especiais que possui, pode determinar tremores de terra em qualquer lugar do mundo.

O artigo do Sr. William H. Nicholas, é dos mais interessantes, porque permite ao leitor adquirir uma idéia mais completa sobre um Serviço pouco conhecido, cuja importância é indiscutivelmente das maiores.

### A guisa de programa para a Oceanografia

O boletim da Comissão Executiva da Pesca — *A Voz do Mar* —, publicou, em seu número de abril do corrente ano, um comentário do Sr. Alberto A. Gonçalves sobre os fundamentos da Oceanografia, o qual passamos a transcrever na íntegra:

"A Oceanografia, como ninguém ignora, tem por fim o estudo do Oceano sob todos os seus aspectos, sendo físico, o químico e o biológico os primordiais. É, conseqüentemente, o estudo que desvenda os segredos do Oceano.

É a mais completa das ciências; é definida por J. Thoulet como a "encruzilhada da ciência", porquanto põe em jôgo a Matemática na Astronomia, na Geodésia, na Navegação e na Topografia; a Geologia na constituição e história do globo terrestre, na Litologia, estendendo a sua ação aos bancos corallíferos. Aborda a Física e a Química, a Zoologia, a Botânica e, por fim, a Biologia em tôda a sua plenitude. Estende ainda a sua ação aos animais, desde os macros, como os cetáceos, até os micros, os zooplanctons. Estuda os vegetais, desde o mangue (*Rhizophora mangle*) até o fitoplancton.

Aplica a Física na Meteorologia e nos elementos do mar, constituindo a Oceanografia propriamente dita. Emprega a Química na análise do ar, da água, dos solos e bem assim nos estudos dos animais e plantas capturadas.

*A finalidade* — Tem a Oceanografia por objetivo o proveito imediato da navegação, problema essencial dos povos; os resultados práticos para a haliêutica, assunto primordial na alimentação do homem e, por fim, o desenvolvimento da ciência, ampliando o saber humano.

Analizando as águas aproveitam as várias indústrias extrativas, inclusive a do sal.

Examinando as plantas colhem-se dados para as indústrias do tanino, do iodo, do bromo, etc.

Investigando os hábitos dos animais aquáticos, quer da superfície, quer do fundo, contribui para o incremento da pesca, esclarecendo os pescadores, denunciando precisamente os bancos de pesca, incentivando os armadores à indústria da haliêutica, difundindo a industrialização do pescado, desdobrando assim o parque industrial do país.

E é sondando com precisão os nossos mares que se desvendam obstáculos à navegação, à superfície e, especialmente, à submarina, tão em voga atualmente.

Para a realização imediata das pesquisas oceanográficas em nossas águas urge, em primeiro lugar, adquirir o Instituto um navio em boas condições náuticas, com possibilidade de receber as instalações mecânicas indispensáveis à manobra dos aparelhos destinados às sondagens, à haliêutica e às investigações físicas e químicas do mar, um pequeno frigorífico; gabinetes para estudos e análises das águas e seus habitantes e por fim alojamento adequado aos cientistas que compuserem a missão.

Em segundo lugar tripular o navio com oficiais especialistas em hidrografia e dispostos a participar de todos os trabalhos meteorológicos, oceanográficos e haliêuticos. Embarcar os cientistas das especialidades de Meteorologia, Química, Física, Zoologia, Botânica, Biologia, tendo em vista o estudo geral e, particularmente, o do plancton.

Em terceiro lugar dotar o navio de aparelhos próprios para as pesquisas essenciais da Oceanografia, as referentes à pesca e, por fim, de um barco a motor, de convés corrido, para auxiliar os trabalhos das rédes e espinhéis no Oceano.

Em quarto lugar proporcionar gratificações ou bonificações especiais aos embarcados como um incentivo ao esforço e ao sacrifício dos que se afastam das comodidades do lar.

Longo é o litoral do país; 3 560 milhas, contadas em linhas retas, perfazem a extensão das nossas praias, mangais, costões, entre a foz do rio Oiapoque, no Pará, na lat. norte de 4°, 20' e 45" e a long. de 51°, 31' a W de Gr. e a embocadura do rio Chuí, no Rio-Grande-do-Sul, nas coordenadas de 33°, 44' e 38" sul e 53°, 24' e 12" de long. a W de Gr.

O país, pela sua conformação em relação ao Chuí, avança consideravelmente na extensão de 18°, 36' e 27" para o meridiano de 34°, 46' e 45" a W de Gr. no Estado da Paraíba, em cabo Branco, ponto considerado o extremo oriental do Brasil.

Se forem computados todos os rendilhados da costa, formados pelos cabos, penínsulas, enseadas e baías, ora avançando para o mar, ora recuando,

fica o litoral acrescido, sem favor, de 10% no total, completando a soma de 3 900 milhas marítimas de contorno.

O Instituto não poderá, entretanto, abordar de início toda essa vastidão e, sendo mister escolher, é curial começar os trabalhos onde a pescaria é mais intensa. Assim a faixa da costa entre Belmonte, no Estado da Bahia, e a ilha de Bom-Abrigo, em São-Paulo, é a indicada para a pesquisa principal e, conseqüentemente, de onde deve principiar o serviço. É uma ampla zona, tem 960 milhas de extensão e nela estão incluídos os bancos de Belmonte, os parciais de Abrolhos, os altos fundos do Espírito-Santo, todo o litoral do Estado do Rio, grande parte da costa este de São-Paulo.

*A banqueta litorânea* — Os primeiros estudos devem ter início no levantamento batimétrico da banqueta litorânea da zona acima referida e, em caso excepcional, estender os estudos à zona da merlusa e da abrótea ao sul do rio Chui, no Rio-Grande-do-Sul, na profundidade de 300 a 500 metros e descrita à pág. 296, dos *Anais do 1.º Congresso de Pesca*.

As pesquisas devem abranger os solos submarinos até a profundidade de 150 metros que, em várias zonas da costa descambam em rápido declive para 300 metros e, não raro para 1 200 a 2 500 metros.

O banco em frente a Santa-Cruz, na Bahia, avança a 70 milhas para este, na profundidade máxima de 64 metros, descambando ao norte e ao sul para 2 300 e 2 400 metros de fundo.

Caminhando para o sul, depara-se com o platô de 120 milhas na orientação norte-sul e com 210 milhas de avanço para o mar, com a profundidade máxima de 126 metros. Entretanto, continuando para o sul, o banco se aproxima do continente e, quando na altura do rio Doce, tem apenas 60 milhas de afastamento da costa.

Em frente ao porto de Vitória a banqueta avança apenas 25 milhas, descambando para o poço de 1 200 metros e de 1 600 metros a 40 milhas a este do farol do Escalvado. Ao longo do porto da capital do Estado acha-se o banco da Vitória, afastado de 130 milhas do litoral.

Este baixio tem 70 milhas de extensão no sentido este-oeste e 10 milhas no de norte-sul, apresentando em toda

a sua superfície fundos de 48 a 75 metros, descendo abruptamente no mínimo de 130 a 320 metros.

Esta zona deve ser um provável pesqueiro de peixes finos.

Continuando os estudos do litoral, verifica-se que a banqueta vai avançando para o Oceano até a altura do cabo de São-Tomé, onde a profundidade é de 71 metros, descendo rapidamente para 220 metros.

Para o sul a faixa pouco funda continua nesta mesma largura com declives variáveis entre 80 a 150 metros, descendo rapidamente para 300 a 400 metros, sendo que a ESE de Cabo-Frio a profundidade atinge a 2 000 metros em fundo de lama.

A 40 milhas ao sul de Cabo-Frio termina a banqueta, passando a 220 metros, e a 60 milhas se depara com o fundo de 1 300 metros.

A 50 milhas do sul do porto do Rio-de-Janeiro termina a banqueta aos 139 metros e a 70 milhas de distância da costa a profundidade é de 1 245 metros.

Entre a ilha Grande e o porto de Santos a banqueta avança 80 milhas para o Oceano e o poço é sondado com 1 200 a 1 400 metros.

Entre Santos e a ilha do Bom-Abrigo, o baixo fundo avança consideravelmente para o mar, em uma extensão de 2 graus.

Como os nossos pescadores do Sul não largam as suas linhas a mais de 100 metros de fundo e não arrastam os seus *trawls* em profundidades maiores de 45 a 150 metros, é bastante, no início do trabalho estudar apenas as zonas utilizadas pelos homens que empregam as suas atividades nas pescarias costeira e do largo.

*A prática da campanha* — Os trabalhos consistem em estudar não só a Física e a Química do mar, como a prática da pescaria e finalmente as pesquisas biológicas dos elementos colhidos pelos aparelhos de captura:

1.º) — Sondagens pelas sondas comum e sonora, esta aplicada a espaços determinados para o levantamento da carta batimétrica e aquela, a litológica da faixa de 100 metros que contorna o litoral, como ainda até a profundidade de 150 metros, limite dos fundos procurados pelos nossos pescadores. Quando possível, determinar os obstáculos por cruzamentos de pontos em terra.

2.º) — Determinação por instrumentos apropriados, da temperatura, densidade, salinidade, alcalinidade das águas da superfície e do fundo; visibilidade, eólia, notadamente dos aliseos, pesquisas especialmente feitas sobre os ventos dominantes no litoral e ao largo.

Estudo da brisa, de onde começa, a hora, a direção e a intensidade, com as variações do comêço ao final.

Estudo das correntes marítimas na superfície, no fundo, no litoral e ao largo, com distribuição de garrafas defendidas e barris, levando no interior as coordenadas do lançamento.

Estudos êsses sempre acompanhados das observações meteorológicas regionais.

3.º) — Dragagem nessas profundidades, a fim de colhêr exemplares habituais da zona, quer animais, quer vegetais ou minerais, porquanto todos os elementos que os aparelhos capturarem são passíveis de estudo no complexo da Oceanografia.

4.º) — Acompanhar as dragas de lambazes, a fim de colhêr os aquinodermes da região.

5.º) — Distribuição de rédes de tresmalhos ou olvitanas nas várias profundidades e nas superfícies, em zonas determinadas.

6.º) — Distribuição de nassas e covas em zonas pré-estabelecidas.

7.º) — Estender espinhéis com anzóis de várias dimensões, não só na costura, como ao largo e nos bancos, inclusive de Vitória.

8.º) — Pesca à superfície com várias sortes de rédes de emelhar e de saco, com malhas desde as milimétricas até as de largos vãos.

9.º) — Pesca à superfície e no fundo com rédes de malhas milimétricas para a captura dos pequenos sêres.

10.º) — Pesca nos fundos com as rédes de Hensen para a captura do plancton.

11.º) — Pesca nas maiores profundidades com as rédes batipelágicas do tipo Gesbrecht ou outro qualquer sistema.

12.º) — Pesca nas grandes profundidades com as rédes horizontais (tipo Jeréré) para a apreensão dos animais que se nutrem de plancton.

13.º) — Captura dos vegetais em todos os fundos, a fim de verificar as variedades e a que profundidade atingem plantas submarinas.

14.º) — Apreensão da água nos diversos fundos.

15.º) — Quando oportuno, estudo das vagas, no momento das tormentas, sua energia, sua elevação, o jazigo em relação à intensidade do vento, no comêço, no auge e no fim.

16.º) — Ainda, quando oportuno, descobrir o esconderijo da sardinha na ocasião da ocultação. Na Europa encontram-na em grande quantidade no canal da Mancha, nesse período.

É assim terão os pescadores, os armadores, os industriais e notadamente a ciência elementos exatos para o exercício de suas atividades."

★

### Ratzel \*

Friedrich Ratzel nasceu em Karlsruhe, aos 30 de agosto de 1844 e faleceu, dias antes de completar cinquenta anos, aos 9 de agosto de 1904, em Ammerland, às margens do lago Starnberg, na Baviera.

Ratzel foi primeiramente farmacêutico: entrou, já com alguma idade, nas universidades e frequentou as de Heidelberg, Iena e Berlim, iniciando a sua atividade pelas ciências, estudando a zoologia e a geologia. A sua dissertação de doutoramento foi sobre assunto de zoologia, matéria que o levou a Montpellier e o fez autor de dois volumes publicados de 1873 a 1874 sobre o Mediterrâneo.

Mas a imortalidade de Ratzel estaria nos estudos da geografia, por êle iniciados após viagens à Europa Meridional e aos Estados-Unidos, Cuba e México. Como o seu ilustre sucessor, Albrecht Penck, quiçá o príncipe dos geógrafos da Alemanha de hoje, foi vendo e observando paisagens, povos e costumes que pôde criar uma obra vasta, duradoura e profunda. Muito versou a geografia física: fiords, lapiez e neve.

Ferido na guerra de 1870, perto de Auxonne; jornalista político, como colaborador do "Kölnischer Zeitung", fazendo-se professor, enveredou logicamente nos estudos sociais e assim pôde erigir o monumento que é a *Antropogeografia*.

\* Conferência pronunciada pelo Prof. F. A. Raja Gabaglia, na Escola Politécnica, D.F., em 1930, sob o título "Ratzel e a Geografia Moderna", publ. in *Journal do Comércio* (14-setembro-1930) e in *Schoola*, órgão da Ass. Bras. de Educação (n.º de nov. de 1930).

A carreira de professor de Ratzel é resumida em algumas etapas. É "privat-docent" em 1876, logo depois professor de "Technische Hochschule" de München, donde sai em 1886 para Leipzig, em cuja cátedra de Geografia, outrora ocupada por Peschel, sucedeu a Richthofen.

A ascensão de Ratzel em Leipzig enceta era fecunda da geografia contemporânea. Extraordinária a atividade do grande professor que, com Kirchoff, o seu eminente colega de Halle, tem um papel preponderante no Comitê Central para o estudo da geografia da Alemanha, comitê que renovou toda a corografia ou a "Länderkunde", dando lugar de honra às pesquisas locais. Ratzel é o fundador da clássica "Biblioteca dos Manuais Geográficos", editados em Stuttgart e a que serviu de Atlas o célebre Berghaus; na coleção Hann escreve a climatologia; o primeiro volume da oceanografia é de Bogulawski e o segundo de Krümmel e Heim escreve sobre as geleiras, Fritsch sobre a geologia geral, Forel sobre a limnologia, Günther sobre a geografia matemática, Drüde sobre a botânica e Penck sobre a morfologia. O seu trabalho como coordenador de tantos espíritos de escol é, realmente incomparável.

Já, então, (1881) tinha o seu primeiro volume da *Antropogeografia*. Obra de vigorosa originalidade, abriu novos horizontes à ciência. Nela, Ratzel viu os homens como realidades ocupando a superfície terrestre e desta sendo um revestimento digno de maior estudo e observação, como os vegetais ou os animais e viu, ainda, os grupos humanos e as sociedades se desenvolvendo sempre nos limites de um certo quadro natural (Rahmen), tendo sempre um lugar preciso do Globo (Stelle) e a necessidade, para alimentar-se, subsistir e crescer, dum certo espaço (Raum).

A sua *Antropogeografia* é uma vista de conjunto da Terra (hologaische Erdansicht); e o homem é sobretudo terrestre (Der Mensch ist Landbewohner).

São interessantíssimos os aspectos do seu grande volume que tem o subtítulo de "Aplicação da Geografia à História" e é uma visão dinâmica da distribuição do homem e de sua obra na Terra.

O estudo do alto papel dos oceanos é dos mais sugestivos: a história universal é função dos oceanos que se

abrem à navegação do homem. Se Homero chamou o mar infecundo. Ratzel mostra o que de injusto há na asserção: com quantos bens não regala o mar a humanidade, quer dando os frutos do seu tesouro inestancável, quer, principalmente transportando sobre a sua superfície luzente os tesouros de toda a Terra, estragando o menos que se pode imaginar seu valor mercantil!

Outro capítulo de relêvo é o estudo da floresta, inimiga da expansão do homem, de que é uma prova, por exemplo, o "scrubb" da Austrália só vencido e dominado pelo fogo.

Realmente, os desertos, as florestas e os grandes charcos foram efetivamente e ainda são os maiores inimigos da expansão do homem. A derrubada das matas, a construção e o dessecação do solo os eliminam ou os atenuam.

A humanidade está, sem cessar, em estado de fermentação e movimento e a procura do ideal de civilização que é, pode-se dizer, conseguir o máximo de riquezas no menor espaço. Ratzel demonstra essa tese, não sem exagero, mas com erudição espantosa. A cultura intensiva substituindo a extensiva; as conquistas vegetais e animais; a utilização das forças naturais emprestaram a certas regiões de eleição uma população superabundante. Observa-se, o fenómeno onde a indústria é nula, como na China, mas esta superabundância (Überwölkerung) é sobretudo um fato nas regiões de grande indústria. Daí, a população aumentar com a civilização. No detalhe, há divergências; é o caso, por exemplo, já de povos primitivos que fenecem ao contacto da civilização, já de povos mui civilizados e que não aumentam a sua população e parecem resignados a um estado estacionário (a França).

Um dos capítulos mais fecundos, pelos estudos posteriores que dêle promanaram, é aquêle em que Ratzel analisa exaustivamente as habitações humanas. Já o disseram: Humboldt imaginou fotografar a Terra pela vegetação, Ratzel pela antropogeografia. Ratzel tem páginas soberbas sobre as ruínas (*Die Geographie der Ruinen*) e sobre a toponímia. E nestes assuntos, por vêzes, um precursor.

Ratzel revela um extraordinário mérito no seu livro: trouxe à etnografia e à geografia humana a contribuição constante da cartografia que desde então, por assim dizer, tornou-se inseparável a qualquer daquelas matérias.

Deve-se, assim, a Ratzel aquêle principio da geografia científica e que se pode denominar o *principio da extensão*, assim enunciado: "O método geográfico consiste em determinar a extensão dos fenômenos sôbre a superficie da Terra".

O 2.º volume da *Antropogeografia* (o nome é criado por Ratzel) e publicado nove anos após o 1.º tem o titulo bem expressivo *Die Geographische Verbreitung des Menschen*. Dêle se deduz a idéia fundamental da expansão territorial, isto é, a "sêde do espaço" como sendo a mola por excellência, de tôda a atividade politica.

Mas se a obra prima do grande geógrafo é constituída pelos dois volumes da *Antropogeografia*, não ficam em plano inferior os seus outros numerosos livros. O mais profundo é a *Geografia Política*, cuja 2.ª edição, impressa nos últimos meses da vida do autor, tem o subtítulo de "Geografia dos Estados, do Tráfego e da Guerra", (*Geographie der Staaten, des Verkehrs und Krieges*).

Foi assombrosa a atividade de Ratzel. A sua bibliografia causa pasmo e nela figuram desde extensos trabalhos como *As Raças Humanas*, traduzido em várias línguas, até pequenas monografias e ensaios. São mais de 24 volumes e 100 memórias e artigos!

Nas *Raças Humanas*, pôsto que se inspirando no ensino de Ritter, como o seu imortal contemporâneo Elisée Réclus, é um inovador. Ratzel opõe-se à escola de Bastian, que assenta a etnografia na psicologia, no "pensamento dos povos" (*Volkergedanke*) para levá-la à geografia e assim fundou a monografia, tão querida a seus criticos ou opositores franceses, como os da "Ciência Social" de Le Play, Edm. Démolins e Tourville e os da "Morfologia Social", de E. Durkheim. Aliás, para a "Année Sociologique" de 1898-99 escreveu um estudo sôbre o *Solo, a Sociedade, o Estado*, sintese notável.

Professor, Ratzel foi até ao ensino primário. Em 1889 escreveu para as moças uma pequena geografia e dez anos após, em 1898, um livro de corografia alemã. O seu ensino oral atraía e afirma Brunhes ter feito parte de auditórios de mais de 300 ouvintes!

A sua ação de geógrafo foi mesmo a vulgarização, de que é bellissimo exemplo a sua colossal obra *A Terra e a Vida* (*Die Erde und das Leben. Ein vergleichende Erdkunde*). E ainda foi

fundação de associações; deve-se-lhe a Sociedade de Geografia de Leipzig (*Verein für Erdkunde*).

Ratzel deixou um corpo numeroso de discípulos e a sua ciência, a rigor, a descrição dos *oekumenes* (isto é das regiões habitadas) e a sua representação no mapa — teve as mais amplas perspectivas nos seus continuadores.

E, sem embargo dos aspectos diversos, metodológicos e finalísticos, que caracterizam todos os grandes geógrafos contemporâneos e por vêzes o separam de Ratzel, o fato é que todos se vão encontrar nos principios capitais da imortal construção do pensador germânico, tal como num estuário imenso, afluem as águas vivas das vertentes...

★

### O Nordeste do Brasil

O Sr. Pimentel Gomes publicou recentemente um artigo sob êsse titulo, que passamos a transcrever:

Diminuem, em regra, as possibilidades económicas do Nordeste brasileiro. E chegam, não raro, a tratá-lo como incapaz de atingir a uma grande produção. Apegam-se, para isto, às sêcas periódicas de sua zona semi-árida. Esquecem as suas grandes vantagens. E essas vantagens existem.

Há, em primeiro lugar, a considerar, a sua excelente posição geográfica. Na América do Sul, o Nordeste não é um fim de linha como a Argentina onde vai quem tem negócios. É um lugar de trânsito obrigatório para várias carreiras marítimas e aéreas. E essa situação ficou bem acentuada na guerra atual. Além disso, o Nordeste está mais perto da Europa e da África do que qualquer outro recanto brasileiro. Isto, desde que o volume da produção aumente, como é perfeitamente possível, pode redundar em fretes mais baixos e em maiores facilidades para a exportação de produtos pesados, mas de pouco valor por unidade, e dos de fácil deterioração como ovos e frutas.

Sendo o Nordeste uma espécie de península, o seu litoral é maior por unidade de área do que o das outras regiões do País. Os portos numerosos dispõem-se uns a leste e outros ao norte, o que reduna em maiores facilidades de transporte e reduz, de um modo geral, as distâncias entre os pontos mais afastados e o mar.

A limpidez do céu durante grande parte do ano, a ausência de tufões, as cerrações não muito frequentes, tornam-no muito apreciado pelos aviadores que encontram aí bom tempo, as mais das vezes. Isso será um incentivo à aviação que, no fim da guerra, tenderá a tornar-se extremamente vulgarizada.

O Nordeste não é uma planície, um planalto ou u'a montanha. Nada de monotonia. Não é parco de chuvas, nem extremamente pluvioso. Não tem o clima quente, nem temperado. No Nordeste há de tudo. É a região das disparidades e dos contrastes gritantes. Possui planícies chatas que são pampas minúsculos. Planícies onduladas como as do Acre, por exemplo, e a elas muito semelhantes. Planaltos extensos de 500 a 800 metros de altitude. Montanhas íngremes, embora relativamente baixas. Zonas mais chuvosas do que o Rio de Janeiro ou o interior do Estado de São Paulo. Terras outras com pluviosidade média. Raros pontos com chuvas muito reduzidas. Esse mosaico de microclimas traz uma produção variadíssima. As plantas dos climas quentes e temperados, dos úmidos e dos secos, se confundem. Há ou houve trigais em Garanhuns, Teixeira, Esperança, Campina Grande e Meruoca. Os vinhedos, ainda que pequenos, se alastram por aqui e por ali. Os pessegueiros crescem nas montanhas. Os coqueirais põem uma fimbria verde e tatalante nas praias. Os carnaubais sobem aos aluviões de alguns rios. Os canaviais enchem, em alguns trechos, vales e montes. Os cafzais crescem na Borborema, na Ibiapaba, em Baturité e em outras serras. E o milho, o feijão, os algodoads são de quase todos os pontos. A pecuária encontra aí condições de desenvolvimento não comuns em toda parte.

Há minérios com extraordinária frequência. O ferro forma cerros em várias faixas do Ceará, não longe do oceano. Em Chaval, pórtio na foz do Timônia, a mina de ferro vai até quase às praias. Os babaçuais vizinhos fornecer-lhe-ão no futuro o coque de que necessita para a criação de mais uma região siderúrgica brasileira. E ainda pode fornecer minério ao Pará, onde o tratariam como carvão vegetal. Além de ferro, há ouro em exploração em Patos e Teixeira e se exporta mais berilo, tantalita, cassiterita, baritina, fluorita, cheelita, rutilo, espodumina e amblygonita. O litoral é um dos tre-

chos brasileiros com maiores possibilidades para a produção de petróleo.

O Nordeste talvez seja a região mais salubre do Brasil. Alguns de seus pontos são salubérrimos, verdadeiros sanatórios naturais — temperados, enxutos, lavados de sol, não sujeitos a mudanças bruscas de temperatura. Nos planaltos da Borborema a temperatura é simplesmente deliciosa. Apresenta a máxima de 24°C e a mínima de 12. Daí, o rápido aumento da população. Embora a vastíssima Amazônia seja uma conquista nordestina e nordestinos às dezenas de milhares estejam espalhados por todo o Brasil e já ocupem trechos de países vizinhos, a população do Ceará, por exemplo, entre 1900 e 1940 foi uma das que mais cresceu. Nos últimos 50 anos, a população cearense aumentava de 161%, enquanto a de Minas Gerais de 114% e a do Estado do Rio, de 112%. Ainda hoje, os municípios rurais de população mais densa se encontram em terras nordestinas.

O Nordeste, no Brasil, é o maior produtor de açúcar, sal e cera de carnaúba. É um dos maiores produtores de algodão, côco, milho, mamona, abacaxi e outras frutas tropicais, mandioca e gados. Essa produção tende constantemente a aumentar, malgrado as secas periódicas de suas regiões semi-áridas, e aumentará mais depressa à proporção que a técnica fôr corrigindo as falhas da natureza, pois a seca não é um mal sem remédio, como a própria experiência brasileira já fartamente demonstra.

A açudagem grande e pequena tomou depois de 1930 um aumento verdadeiramente notável. Já é um fator importante na fixação do homem ao solo e no aumento de produção. A sua influência tornou-se sensível às estatísticas.

As culturas das regiões semi-áridas, as *dry-land crops* — como as chamam os norte-americanos, podem tornar tão produtivas quanto as que agricolamente mais o sejam no País, vastas regiões que hoje pouco fornecem. Essas culturas valiosas, adaptadas ao meio e capazes de fornecer safras vultosas e de grande valor sem os artificios da irrigação, existem e já contribuem para uma riqueza importante. Resta, apenas, aproveitá-las melhor. Pode-se citar, como lembrete, a carnaubeira, o licurizeiro, a oiticica, o caroá, o algodoeiro mocó e várias outras.

E há esse grande São Francisco, cujo aproveitamento se inicia. Nêle fixam-se os olhos do Brasil inteiro. Espera-se ansioso que o plano estudado nos EE. UU. pelo ministro Apolônio Sales, seja pôsto em equação e realizado. Trará energia elétrica abundante e barata e a industrialização de vastíssimas regiões nordestinas, densamente povoadas e dispendo de outros importantes fatores de produção. Será a transformação do vale do grande rio num Egito mais povoado e fecundo do que o africano, porque às riquezas agrícolas acrescerão as indústrias que a energia hidráulica abundante e barata criará.

★

### Normas de precisão de mapas topográficos

Em artigo republicado no *Bulletin American Congress on Surveying and Mapping*, escreve o Sr. Robert H. Randall sôbre as normas de precisão de mapas topográficos:

O governo dos Estados Unidos produz cinco espécies de mapas e cartas: mapas topográficos, cartas náuticas, cartas aeronáuticas, mapas especiais e de classificação e plantas cadastrais. Com exceção das cadastrais, as distâncias, direções e altitudes se determinam, por meio de medidas sôbre os exemplares já publicados. As plantas cadastrais e mapas especiais de grandes escalas, mostram as distâncias e rumos, por meio de números.

Evidentemente, para o uso de qualquer mapa cuja interpretação e leitura dependam de medida de distâncias ou coordenadas no mapa, é necessária uma certa precisão nos exemplares impressos. Que se entende, porém, por "uma certa precisão?" É muito razoável que, como cada tipo de mapa se confecciona para determinados fins específicos e gerais, as pessoas que dêles fizerem uso devem especificar a precisão desejada. Ao fazer isto, portanto, êles devem ser necessariamente orientados pelas pessoas competentes na produção dos mapas em questão.

Para chegar a uma norma de precisão para a produção de mapas nacionais, o governo federal, por meio do Bureau of the Budget, Executive Office of the President, (Bureau do Orçamento, do Gabinete Executivo do Presidente), nos anos 1940 e 1941, auxiliou os principais departamentos e estabelecimentos fazendo uso de mapas e cartas.

Representantes desses departamentos foram nomeados e realizaram uma série de conferências onde combinaram especificações para os mapas planimétricos e topográficos. Com respeito à exatidão e à precisão, as recomendações adotadas nestas discussões foram apresentadas na informação que aparece abaixo, datada de 10 de junho de 1941. (Revista mais tarde em abril de 1943).

Com a aproximação da guerra, o Departamento da Guerra organizou um programa de mapas topográficos, cujas especificações foram publicadas no *Boletim* n.º 3, de dezembro de 1941. Estas especificações estão de acôrdo com as normas de precisão de 10 de junho de 1941. As agências que cooperam com o Departamento da Guerra na produção de mapas na realização dêste programa são as seguintes: o Coast and Geodetic Survey, o Forest Service, o Soil Conservation Service, o Geological Survey, e o Tennessee Valley Authority. Os mapas preparados por essas agências que preencham o requisito da precisão podem trazer em cada fôlha impressa a anotação: Este mapa obedece aos requisitos das normas nacionais de precisão.

### Normas de precisão para um programa nacional na produção de mapas

Do ponto de vista econômico e quanto à rapidez na produção de mapas que preencham os requisitos de suas necessidades principais, as normas de precisão assim se definem:

1) Precisão horizontal — Para mapas numa escala maior que 1:20 000, no máximo 10 por cento dos pontos provados teriam uma diferença mínima de 1/30 de polegada, medida na escala de publicação; para mapas em escalas de 1:20 000 e menores, a diferença não excederia 1/50 de polegada. Êstes limites de precisão se aplicaram sempre em casos de posições de pontos bem definidos. Pontos "bem definidos" são aqueles que são facilmente visíveis e reconhecíveis no solo como: monumentos ou marcos, marcas ou sinais de altura, sinais de limites; de intersecção de estradas e ferrovias etc.; esquinas de edificios de alta estrutura (os pontos centrais de pequenos edificios); etc. "O que está bem definido", em geral, será determinado pelo mensurável na escala do mapa a 1/100 de polegada. De modo que, enquanto a intersecção das

ditas linhas encontram-se num ângulo agudo, evidentemente não seria factível a 1/100 de polegada. Assim mesmo, os caracteres não identificados não devem ser considerados como pontos de prova dentro do limite de diferença mencionado. Dentro da classificação citada se incluem limites de vegetação silvestre, limites entre diferentes terrenos, etc. etc.

2) Precisão vertical — Os mapas de contornos de tôdas as escalas de publicação, devem ser de tal modo, que no máximo 10 por cento das elevações provadas tenham uma diferença de mais da metade do intervalo do contorno. Ao comprovar as elevações tomadas dos mapas, a diferença vertical aparente pode ser reduzida por meio do deslocamento horizontal, de acôrdo com a diferença horizontal permissível para um mapa dessa escala.

3) A precisão de qualquer mapa pode ser determinada comparando as posições de pontos, cujas coordenadas ou altitudes aparecem no mapa, com as posições correspondentes fixadas já por levantamentos de uma precisão mais exata. A prova deve ser executada pela agência produtora que deve também determinar que mapas devem ser examinados e o rigor desta prova.

4) Os mapas publicados que preenchem êstes requisitos de precisão devem ter a inscrição: "Este mapa está dentro das normas nacionais de precisão".

5) Os mapas cujas diferenças excedam ao que foi dito anteriormente, não devem apresentar tal inscrição.

6) No caso do mapa ser uma ampliação do mapa original ou o de um impresso, esta informação aparece na inscrição, da seguinte maneira: "Este mapa é uma ampliação do original na escala de 1:20 000" ou "Este mapa é uma ampliação de um mapa impresso na escala 1:24 000".

7) Para facilitar o intercâmbio e uso de informação básica na manufatura de mapas entre tôdas as agências federais, produtoras dos mesmos, os originais e os impressos sempre que seja possível e de acôrdo com os seus usos e fins, devem concordar com os limites de latitude e longitude, sendo 15 minutos de latitude e longitude, ou 7 1/2 minutos, ou 3 3/4 minutos, em tamanho.

## Impressões de Santa-Catarina

Conhecendo quase todo o norte do Brasil, ambicionava ardentemente conhecer também o sul para uma visão de conjunto da pátria. Nenhum brasileiro tem maior obrigação de viajar pelo país do que o filho de São Paulo. Vivendo em meio já muito influenciado pela Europa, dispondo de progresso e de meios técnicos ainda não comuns ao restante do Brasil, faz o paulista idéia duplamente errada se julgar todo o mais pelo seu prisma excepcional. Errará, primeiro, se pensar que os Estados brasileiros estão na mesma plana evolutiva que São Paulo. Errará, segundo, se afirmar dogmáticamente que só o seu Estado natal está adiantado. O adiantamento, quer técnico, quer cultural, da nossa terra não encontra similar fora de suas fronteiras. Mas nos demais Estados há muita coisa que São Paulo não tem. A mesma ânsia de progredir, que tem feito da nossa terra a primeira do Brasil, tirou-lhe um grande bem de que ainda gozam outras províncias; a calma do viver, o pitoresco da vida que aquela calma permite apreciar. No desespero dêste torvelinho paulista, tem o homem apenas tempo para ver o relógio e correr a fim de ganhar ainda mais. Tenho a impressão de que, em época futura, examinando-se os esqueletos brasileiros, saber-se-á imediatamente qual foi paulista pelo arqueamento da coluna vertebral; caminhamos depressa, de cabeça baixa, curvados para a frente, à procura do ouro que a ambição faz surgir da própria varredura das ruas. Não temos olhos para contemplar o céu, admirar as estrêlas, o luar, os amplos horizontes, as praias sem fim. Não nos preocupamos com a delícia de perder o tempo, à toa, esmando, arrebataados por um pensamento de arte ou por um minuto de alheamento da terra. Tudo é tempo perdido que, na estimativa de muitos, poderia produzir grande riqueza. Em Santa Catarina não é assim. A única pressa, que existe, é levada por nós. Nas suas cidades planas, limpas, bem edificadas, silenciosas, nem o trânsito perturba o sossêgo. As bicicletas, mais numerosas que a própria população, deslizam em surdina, quase aéreas, embora transportem bojudas senhoras e amplas bases masculinas, tipo chopp-duplo.

Para os olhos do paulista, Joinville, Blumenau, Itajaí apresentam o gracioso aspecto de cidades construídas antes

de habitadas, cuja população fôsse chamada depois a ocupar cada qual a sua morada, tanto terreno há ao redor, tanto terreno separa uma residência da outra. Daqui essa outra impressão de calma, de bem estar que os aglomerados terríveis de nossas cidades, com suas casas acavaladas, agarradas umas às outras, sem espaço algum, sem ar, não nos permitem fruir. Itajaí é de tôdas a que mais encanta com as suas praias, com o seu rio caudaloso, imitação de cidade beira-mar dentro da terra. A população sendo embora dia útil, passeia pelas ruas, calmamente. Enchem os moços os bares, as lojas, os cafés, o jardim e, em plena rua, como se ninguém os visse, convocados namoram e abraçam, quase escandalosamente louras bem bonitas e sadias. Na praça principal a herma de Lauro Müller com esta inscrição bastante injusta: "Ao maior dos catarinenses". Será mesmo? Talvez em altura física. Virgílio Várzea, Cruz e Sousa, Luis Delfino, qualquer dêles é muito superior a êsse sêco e hirto ex-ministro do Exterior. Nessa herma, Lauro Müller está olhando, de frente, a tôrre da matriz. Por que o colocaram, assim, contra a igreja quando o comum é postarem-se as estátuas em frente à mesma, porém, dando-lhe as costas? Um ilustre filho de Itajaí explicou-me: "Lauro Müller havia prometido um relógio para a tôrre; morreu e não cumpriu a promessa. Colocaram-no, assim, em face do templo para que êle veja que outros cumpriram o que êle apenas prometeu." A viagem fluvial, que se pode fazer de Itajaí a Blumenau, é um encanto muito próprio dos tempos românticos, dos gloriosos dias de Veneza, quando Byron ocultava a sua feiura física nalguma gôndola encantada. Tanto em Blumenau quanto em Joinville os jardins, as flores, as trepadeiras e as crianças claras nos enchem os olhos de graça e de felicidade. Tôda a viagem é um cinema colorido e sonoro: corre a estrada entre a montanha e o mar, e a paisagem timbra em variar, em renovar os aspectos de tal modo que se chega a esquecer o horror da "Viação Catarinense", com ônibus que estiveram nas estradas de Babilônia antes do dilúvio universal e agora mal podem arrastar-se, explodindo, abalando, desmanchando-se desfazendo-se aos poucos, peça por peça, tábuas por tábuas. Por isso mesmo, os *chauffeurs* catarinenses são os melhores do mundo, verdadeiros taumaturgos porque fazem tais carros andar sem peças e até... sem gasolina!

Se todo o trajeto de Curitiba a Florianópolis é um encantamento para a vista, mormente, quando se penetra no território catarinense, pois a topografia do Paraná é monótona e comum, a entrada em Florianópolis desperta recordações das Mil e Uma Noites porque se entra na cidade como quem penetra numa região de sonho, de terra encantada por algum mago oriental. O mar, que vinha largo e espumante, aperta-se entre a ilha de Santa Catarina e o continente, formando o célebre estreito. Do lado da terra firme, o casario modesto apinha-se nas bases da monumental e gigantesca ponte Hershilo Luz. Do lado da ilha a montanha já iluminada nessa hora crepuscular, pelas casas acesas, ergue-se imponente como a terra de uma cidade misteriosa, de um povo que enriqueceu na luta do mar. Que povo é êsse? Brasileiro? Não o parece nem pelo aspecto físico, nem peio sotaque da fala. Predomina o tipo robusto e sadio, a tez clara e cabelos, se não todo louros, pelo menos castanhos. Há rostos quase purpurinos de suecos fugitados pelo iodo do mar, há perfis de israelitas eslavos; há faces redondas e bochechudas de germânicos cervejeiros.

O moreno é exceção; o mulato, uma raridade; o prêto, um milagre. Ouça, porém, a fala: que espanto! Estão falando ou estão cantando? A frase é tão modulada que pode ser transcrita em pauta. No diálogo, quanto mais se entusiasma os interlocutores, mais agudo é o timbre claro e sonoro, chegando à voz de falsete. Nas mulheres isto é ainda mais notável. E mais curioso ainda: não se entende quase nada! Tudo isto concorre para a ilusão de que estamos numa terra encantada, surgida no meio do oceano, como aquelas cidades misteriosas que Zobeida ia descobrindo em suas viagens de mercadora opulenta. Para mim que venho percorrendo todo o Brasil, justamente, em estudos de dialetologia, observando e apreciando as modalidades da língua portuguesa em tamanha extensão territorial, Florianópolis é o ponto mais rico de achados lingüísticos, sobretudo fonéticos e prosódicos. Em lugar algum do país encontrei as peculiaridades da fala catarinense. A primeira impressão, pensei estar numa cidade profundamente portuguesa. O sotaque é lusitano, mas com leveza de sons, com claridades de timbres vocálicos, sem a aspereza das consoantes minhotas, sem os escuros dos ditongos portuenses. Quando o meu ouvido já estava mais afeito aos acentos florianopolitanos, pude verifi-

car como são bem pronunciadas as vibrantes quer sejam os *rr* fortes ou brandos, quer os *ll* linguo-dentais ou guturais. A nota mais viva é a palatização da sibilante em fim de sílaba: torna-se chiante, muito mais que entre os cariocas. Não se ouve o *r* inglês do paulista, nem o *r* *roulé* ou francês, dos nordestistas. Os ditongos são pronunciados exatamente, ouvindo-se com perfeição a subjuntiva que já desapareceu na fala de São Paulo. Não há perigo de ouvir-se lá: cadêra, carrêta, caixa, fêxe, ôro, rôbo — pronúncias correntes entre nós. Não: o ditongo é completo — cadeira, carreira, feixe, ouro, roubo. Não se escuta a passagem do *l* gutural a *u* como se percebe em todo o norte, a começar pela Bahia. Em Salvador, por exemplo, os vendedores de jornal apregoam: "Imparciaiu, Imparciaiu!" e até no Ceará é corrente dizer-se amáveu, sau — quando diríamos — Imparcial, amável, sal. Em Recife pude ouvir distintamente Brasiu. Nenhum dêste defeitos aparece na fala catarinense. Tudo lá é bem pronunciado. Mas, como é que não se entende muito, à primeira impressão? Foi o que me aconteceu. Indo visitar a catedral, pondo-me a conversar com o sacristão, um moço de 17 anos e já sonhador com as miragens de São Paulo, fui obrigado a pedir-lhe que falasse mais devagar, certo que estava da sua descendência estrangeira. Tinha legítimo nome português, brasileiro já de três gerações. O que perturba a compreensão é a musicalidade da frase, o tom cada vez mais agudo do diálogo e a rapidez com que se sucedem as palavras. Mas desde que o ouvido se afaça, as correções da frase, do vocabulário surgem imediatamente. Fiquei, certa tarde, numa das praias, a entreter-me com meninos pescadores, portanto, de escassa instrução. Todos conjugavam bem os verbos, concordavam os adjetivos e os substantivos, punham discretamente os pronomes em seus lugares devidos. Nada disto se pode encontrar, não já em São Paulo, mas no Norte, onde o homem da rua fala terrivelmente mal. Outra peculiaridade que logo me chamou a atenção: o vocabulário catarinense não apresenta as dificuldades do nordestino. Apenas uma expressão me passou desconhecida porque é caracteristicamente regional: bitrunca. Em qualquer bar, nas vendas, ouve-se isso: Ponha uma bitrunca ali. Você paga uma bitrunca? É o nosso "matabicho". Donde lhes veio tal palavra? Do alemão *betrunken*, bêbado. Ainda que Santa Catarina tenha

sido povoada por açorianos e se tenha a impressão de estar num meio inteiramente português pelo acento do dialeto, nota-se muita influência alemã, mormente no clero: ouvindo a um padre jovem, no sermão dominical, notava como substituiu o *j* por *x*, o *b* por *p* e o *v* por *f*. Penso que no interior do Estado, mormente em Joinville e Blumenau, o fenômeno é ainda mais profundo. Nesta última cidade, disseram-me, há vários pretos que mal falam português, expressando-se sempre em alemão. Serão açorianos? O govêrno, por meio das escolas e do Exército, começou grande campanha de nacionalização, cujos frutos já aparecem em tôda parte. Dentro de pouco tempo, tais fatos serão lendas que as avôzinhas contarão aos netos para fazê-los dormir. Sim, porque, a julgar pelo entranhado amor dos catarinenses à tradição da sua terra, amor que se concretiza nos inúmeros bustos e estátuas e lápides de seus jardins, ruas e praças, grande é o fundo de brasileiroismo dêste Estado, um dos mais lindos que tenho conhecido, belo em suas paisagens, sadio em suas felções, inteligente em seus homens ilustres, mas, sobretudo, hospitaleiro em seu povo amável. Das recordações que dêle trouxe, farei matéria de outros artigos, o que será para mim novo meio de viajar por essas terras, de rever tantos amigos que lá ficaram e, de certo modo, agradecer-lhes os favores recebidos.

Prof. Silveira Bueno.

★

### O mestiço brasileiro

O jornal *Fôlha da Manhã*, de Recife, publicou, em sua edição de 4 de abril do corrente um artigo do Sr. Orlando Paraim sôbre o mestiço brasileiro, o qual passamos a transcrever:

Se entendêssemos de aceitar *a priori* as teorias racistas defendidas ao modo de Gobineau, certo que teríamos de repudiá-las ao primeiro estudo objetivo e honesto sôbre o valor biológico e as possibilidades culturais dos diversos tipos antropológicos de mestiços brasileiros.

Em sã consciência científica, ninguém, hoje, há-de atribuir ao complexo caldeamento étnico da população nacional efeitos desabonadores capazes de nos trazer apreensão quanto aos destinos definitivos da brasilidade.

Ninguém ignora que tanto na espécie humana, como nas outras espécies animais ou nas plantas, os cruzamentos raciais determinam, muitas vezes, um notável revigoramento biológico do produto híbrido.

Por outro lado, sabemos que são, principalmente, as condições sociais (instrução deficiente, desconforto, falta de higiene, pauperismo) que respondem pela propalada predisposição de certos mestiços brasileiros a tuberculose ou pela decretada inferioridade intelectual dos mesmos. São, efetivamente, essas condições sociais adversas que determinam os maiores índices de mortalidade geral, os mais elevados coeficientes de mortalidade infantil, a grande frequência de analfabetos, entre os mulatos.

Do ponto de vista mental, a contribuição do mestiço à inteligência brasileira merece o mais considerável relevo. Não obstante as absurdas desigualdades sociais, as restrições e os desfavores que sofreram os mulatos, aos quais até se vedava ingresso no clero, essa gente de sangue misto de africano deu ao país figuras de proeminência nas letras, na ciência, no jornalismo, nas artes, na política.

Acham-se, modernamente, desprestigiadas pela ciência as teorias sôbre as desigualdades das raças humanas, bem como as profecias a respeito dos sombrios destinos das raças impuras.

O nosso mestiço é forte. Demonstram-no, cabalmente, um passado ilustre de feitos incomparáveis e o presente, onde reponta em tudo o que é o Brasil moderno o vigoroso esforço e a capacidade titânica da nossa gente. Ela oferece-nos, nas mais várias circunstâncias, demonstrações admiráveis de energia e robustez. Exemplos concretos não faltam. Ai estão os vaqueiros do Nordeste, que afrontam, impávidos e estóicos, os espinhos agressivos da caatinga e o tormento secular das sêcas. O caboclo amazonense, corajoso e ágil, se dá por vezes, a impressão de enervante marasmo, é porque sôbre êle pesam correntemente "fatores negativos e desfavoráveis" (Araújo Lima). O cearense devassou até os extremos nacio-

nais o coração da selva amazônica. Os jangadeiros das praias nordestinas, "verdadeiros dragões do mar", os remeiros do São Francisco, que realizam esforço muito mais árduo do que o dos decantados barqueiros do Volga (Geraldo Rocha; Orlando M. Carvalho), os garimpeiros que, nas áreas diamantíferas da Bahia, de Minas Gerais, Mato Grosso e Pará, trabalham, numa tenacidade assombrosa, dez a onze horas por dia, e quantos mais que aí se espalham pela imensidade deste Brasil, atestam a fortaleza e a virilidade da raça.

Se, como tem acontecido algumas vezes, certos observadores deparam em nosso homem, aqui ou acolá, aspectos de desvigor ou inércia e concluem, num repente de leviana generalização, que o brasileiro é indolente e incapaz, improdutivo ou degenerado, é porque não leva em conta que êsses exemplares amesquinham-se pela fome crônica, pela ignorância, pela miséria, pela insalubridade do meio onde habitam. Nesses tipos inferiorizados, vamos descobrir, melhor apuradas as coisas, como causa da aparente degradação biológica, graves deficiências nutritivas (falta de proteínas, cálcio, ferro e vitaminas), verminoses, sezões, sífilis, tuberculose, úlceras, doença de Chagas, alcoolismo, males evitáveis pela educação e pela higiene.

A sub-nutrição em nossa gente vem de longe. Vem minando sorateiramente o organismo do povo brasileiro, através de séculos. A influência da má alimentação faz-se sentir desde a fase de gestação, produzindo, não raro, a morte do feto por avitaminose. Ainda no berço, o novo ser já é vítima da alimentação errada que contribui para a espantosa cifra de mortalidade infantil em nosso país.

Apesar da fome oculta, das sêcas, das intempéries, das endemias, êsses mestiços, têm, com os seus músculos de aço e a sua vontade inquebrantável, construído, a riqueza e o engrandecimento nacional. O mestiço brasileiro representa material humano de boa têmpera. O que urge é reabilitá-lo adequadamente.

# Súmula da Evolução Geológica do Brasil

JOSUÉ CAMARGO MENDES

1.º Assistente do Curso de Geologia do Departamento de Geologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São-Paulo.

Torna-se desnecessário insistir em que a observação do mapa geológico do Brasil é imprescindível para o entendimento do assunto a ser esboçado. Não menos importante é a interpretação das secções geológicas. O mapa geológico mostra a distribuição das áreas ocupadas pelos vários terrenos e as secções e o seu arranjo vertical.

O mais recente mapa geológico do país foi publicado em 1942, pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, na escala de 1:5 000 000. Uma carta desse gênero representa a síntese de um elevado número de reconhecimentos no campo, muitas vezes de difícil execução. Florestas densas embaraçam as observações e o clima favorece, a miúdo, alterações profundas, ficando as rochas ocultas sob espessas capas de decomposição.

A observação atenta do referido mapa pode nos conduzir a deduções importantes.

Assim, podemos notar que os terrenos mais antigos do Brasil, conhecidos pelo nome de "Complexo Brasileiro" (nome proposto por Branner), distribuem-se em três áreas maiores: o escudo *Guiana*, ao norte do rio Amazonas; o escudo *Bóreo-Brasília*, ao sul do mesmo rio; e o escudo *Austro-Brasília*, ao longo do litoral oriental.

O que chamamos aqui *Bóreo-Brasília* (aliás denominação que não é nossa, mas que tem sido empregada por estrangeiros: K. Caster, por exemplo) corresponde a *Arqueo-Atlântida* no sentido usado por Morais Rêgo.

Temos ainda que considerar algumas áreas arqueanas menores: *Núcleo Goiano-Matogrossense*, em pleno coração do Brasil, entre Austro e Bóreo-Brasília e, praticamente, parte integrante deste segundo, do qual se acha atualmente isolado por faixas sedimentares, sobretudo, post-paleozóicas; *Núcleo Bolívio-Matogrossense*, que se estende pelo noroeste de Mato Grosso, constituindo, mais propriamente uma parte de *Bóreo-Brasília* isolada também por faixas sedimentares; *Núcleo Gurupi*, ao norte do Maranhão; *Escudo Riograndense*, no ângulo sudeste do Estado do Rio Grande do Sul; e várias outras manchas de menor importância (vêde fig. 1).

Representam esses escudos áreas relativamente estáveis que se mantiveram emersas através dos tempos. Correspondem, por assim dizer, à partes fundamentais da estrutura geológica do país ao seu arcabouço.

Durante o algonquiano inicial, as faixas existentes entre os três escudos maiores foram ocupadas por mares, nos quais se acumularam os sedimentos carregados das cadeias arcaicas. Podemos referir um mar *Amazônico*, entre Guiana e Bóreo-Brasília; um mar *Trans-Brasília*, entre, Bóreo-Brasília (nessa época unida aos núcleos Goiano-Matogrossense e Bolívio-Matogrossense) e Austro-Brasília; e, finalmente, um mar *Paranaense*, entre Bóreo-Brasília, Austro-Brasília e a *Região Pré-Andina*.

Os sedimentos acumulados nesses mares antigos, aí se acamaram sob um regime dito do tipo *geossinclinal*. Devo recordar que os geossinclinais correspondem a zonas marinhas instáveis, cujo nível de fundo se abaixa à medida que se acumulam os depósitos. Posteriormente, tais sedimentos podem ser sujeitos a esforços que os amarrota, passando a constituir cadeias de montanhas. Tudo indica que as próprias cadeias arcaicas se originaram desse modo.



lamente. Pôsto que só se tenha referido uma movimentação no sentido vertical.

Supondo-se, porém, que esforços tangenciais tenham agido após a deposição, dobrando as pilhas de sedimentos, não mais haveria paralelismo entre as seqüências sobrepostas. Se os referidos esforços atuarem somente a seqüência inferior, as suas camadas (inclinadas) farão um ângulo maior ou menor com as camadas horizontais da seqüência ulterior — teremos, assim, o que se denomina *discordância angular* (vêde fig. 3); se, entretanto, os esforços atuarem as duas seqüências, os estrados de ambas serão inclinados, mas só eventualmente apresentarão a mesma inclinação.

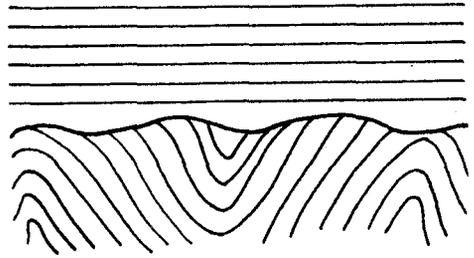


Fig. 3

No caso das informações algonquianas brasileiras, linhas de discordância separam series dobradas e metamorfizadas. A representação pode ser a seguinte:

		<i>Post-algonquiano</i>		
	}	Superior	<i>Série Lavras</i>	discordância
Arqueano		Médio	<i>Série Itacolomi</i>	discordância
		Inferior	<i>Série Minas</i>	discordância
Algonquiano		Complexo Brasileiro		discordância

A série Lavras possui fácies glacial e flúvio-glacial, demonstrando a existência duma remota glaciação.

Os nossos terrenos algonquianos são importantíssimos do ponto de vista econômico para o Brasil, pois encerram grandes jazidas de ferro e manganês, além de outras.

Após o fechamento do algonquiano, o nível das três zonas intermediárias passou a se comportar de modo muito instável. Quando baixava, permitia a ingresso dos mares e tinha sede a formação de sedimentos contendo conchas e outros indícios de ambiente marinho. Quando se elevava, os mares eram expulsos e a única sedimentação possível seria a do tipo continental. Rebuscando os fósseis eventualmente conservados nesses sedimentos continentais ou terrígenos, verificaremos que são constituídos de restos de animais terrestres ou de água doce e de plantas. Destarte, acompanhando a seqüência da sedimentação ao longo das bacias antigas, situadas entre os escudos arqueanos, até a época atual, chegaremos a entender o panorama geológico do Brasil. Mas o quadro só ficaria completo se considerássemos também uma zona de sedimentação estabelecida ao longo da região costeira (bordo atlântico).

Para ordenar idéias, adiantaremos que as bacias de sedimentação interiores referíveis no Brasil são, pelo menos, em número de 4: 1) uma bacia ou *Sinclinal Amazônico*, estabelecido entre Guiana e Bóreo-Brasília; 2) o *Sinclinal Franciscano*, situado entre o *Núcleo Goiano* e *Austro-Brasília*; 3) o *Sinclinal Paranaense*, entre Austro Brasília e a Região Pré-Andina; 4) a Bacia do *Meio Norte*, entre Austro Brasília e Bóreo Brasília, ao norte do Núcleo Goiano. Já foi referida, há pouco, a zona de sedimentação costeira.

Não há no Brasil formações geológicas atribuíveis, com segurança, ao Paleozóico inferior. Os primeiros terrenos de idade post-algonquiana paleontologicamente comprovada já pertencem ao siluriano. A ausência de sedimentos correspondentes a uma época ou a um ou mais períodos é expressa pela designação *hiato*. Quase sempre um hiato significa que durante um tempo maior ou menor permaneceu emersa uma determinada região, não tendo sido, por isso, coberta por nenhum sedimento.

Os sedimentos silurianos brasileiros são marinhos e depositaram-se ao longo do sinclinal Amazônico (série Trombetas) e no sinclinal Franciscano (série Bambuí), indicando isso que a faixa paranaense, o Meio Norte e a zona costeira estiveram exondadas durante esse mesmo tempo. Únicamente a sedimentação siluriana ao longo do sinclinal franciscano realizou-se sob o regime de geossinclinal. O *diastrofismo* que atuou os sedimentos aí acumulados foi aliás, ao que parece, o último havido no país. Depois, os mares não mais voltaram a cobrir a bacia Franciscana e os depósitos que aí se sucederam mostram caráter continental. Talvez seja desnecessário recordar que um *diastrofismo* corresponde a um conjunto de perturbações que acabam por erigir cadeias de montanhas, como por exemplo, a serra do Espinhaço, e outras. As camadas que não são atuadas por esforços tangenciais, mantêm-se horizontais ou pouco inclinadas. *Grosso modo* é o que acontece no Brasil com os sedimentos post-silurianos. No sinclinal amazônico, sobre sedimentos silurianos, acumularam-se, até o fim do Paleozóico, depósitos devonianos e carboníferos, ambos marinhos.

No Sinclinal Paranaense, houve deposição marinha a partir do devoniano inferior (série Paraná); no permo-carbonífero, sobre a anterior, depositou-se a série Itararé-Tubarão que inclui fácies marinhas com braquiópodes, escamas de peixe e lamelibrânquios. A mesma série inclui, também, fácies glaciais, comprovando a existência duma segunda e vasta glaciação meridional, em cujos interglaciais muito possivelmente geraram-se as camadas de carvão hoje explotadas em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No permiano, tornou o regime marinho com a formação Irati, caracterizada por restos de pequenos répteis aquáticos.

Na bacia do Meio Norte, ao que parece, a sedimentação teve início no carbonífero (Séries Poti e Serra Grande). Houve uma transgressão marinha precedida e sucedida por regime continental.

A história dessas bacias sedimentares até o fim do Paleozóico pode ser assim resumida:

#### *Sinclinal Amazônico*

Carbonífero	Série Itaituba (fácies marinha) Hiato
Devoniano	Grupos Maecuru, Curuá e Ereré (fácies marinha) Discordância
Siluriano	Série Trombetas (fácies marinha) Discordância
Criptozóico	Arqueano + Algonquiano

#### *Sinclinal Franciscano*

	Hiato
Siluriano (Ordoviciano?)	Série Bambuí (fácies marinha) Discordância
Criptozóico	Arqueano + Algonquiano

#### *Sinclinal Paranaense*

Permiano	Formação Irati (fácies lagunar) Discordância
Permo-Carbonífero	Série Itararé-Tubarão (fácies mista marinho-continental) Discordância
Devoniano inferior	Série Paraná (fácies marinha, mas parte basal continental) Discordância
Criptozóico	Arqueano + Algonquiano

*Bacia do Meio Norte*

Carb. sup. e permiano	Série Parnaíba-Piauí ( fácies continental e marinha) Discordância
Carbonífero	Séries Serra Grande e Poti ( fácies continental e marinha) Discordância
Criotozóico	Arqueano + Algonquiano

Durante o Mesozóico parece que, das quatro bacias, unicamente as Paranaense e do Meio Norte sofreram transgressões marinhas. As duas restantes mantiveram-se sob o regime continental, recebendo tão somente sedimentos terrígenos. Digo "parece", porque, há quase cem anos atrás, Chandless descobriu restos de répteis, dentre os quais Agassiz reconheceu o gênero *Mosassaurus*, ou seja, um réptil de *habitat* marinho. Isso, infelizmente, é quase tudo que se sabe a respeito e, se a determinação fôr comprovada, teríamos também uma transgressão marinha cretácea. Os sedimentos mesozóicos terrígenos acumulados no sinclinal amazônico são de idade cretácea (formação Parecis e Paituna), (vêde fig. 4). Houve, pois, longo hiato entre a deposição do carbonífero (série Itaituba) e a dêsses outros sedimentos.

## SECÇÃO ESQUEMÁTICA do SINCLINAL AMAZÔNICO

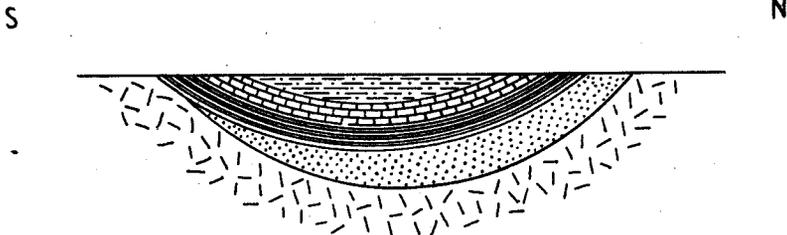
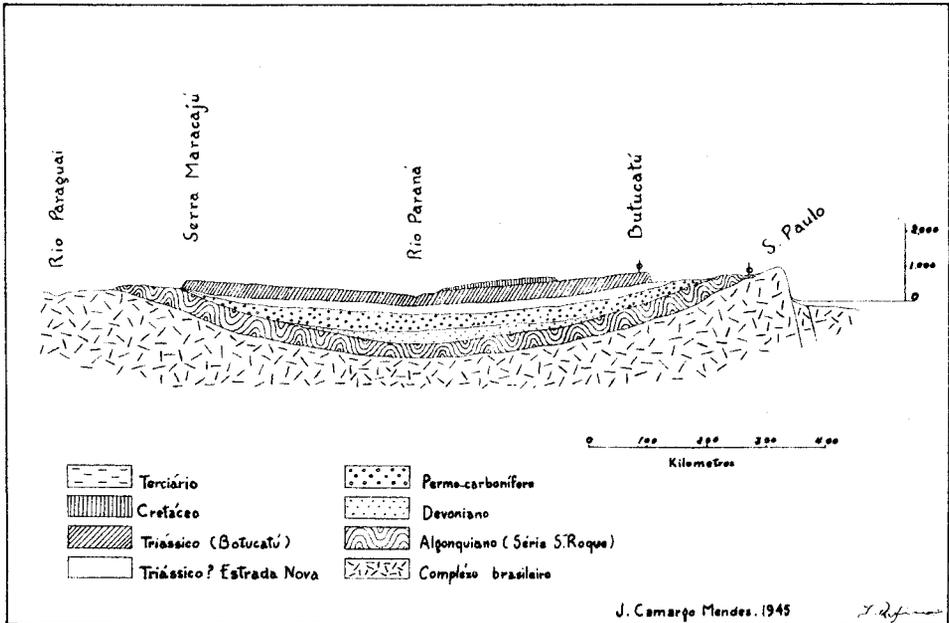


Fig. 4

Terrígeno	[Hachuras horizontais]	Cretacéo e Cenozóico
	[Hachuras verticais]	Carbonífero - Série Itaituba
Marinhos	[Hachuras diagonais]	Devoniano - Grupos Maecurú, Curuá e Ererê
	[Pontos]	Siluriano - Série Trombetas
	[Linha tracejada]	Embasamento (Criotozóico)

Dr. F. P. Gonçalves

No Sinclinal Paranaense, após um hiato não menos considerável, transgrediu o mar no triássico superior (?), iniciando-se a deposição da série Estrada Nova. Seguiu-se uma seqüência terrígena (formação Santa Maria, Rio Grande do Sul). O Sinclinal passou, depois, ao regime francamente continental. Começaram a se acumular camadas de arenitos avermelhadas cuja deposição foi entremeadada por intensas atividades vulcânicas. Podemos observar hoje vestígios dêsse vulcanismo nas montanhas de rochas nefelínicas (Itatiaia, Araçoiaba, etc.), bem como nos extensos derrames de eruptivas básicas que cobrem o sul do Brasil. No



cretáceo, foram depositadas camadas de arenito avermelhado de cimento calcáreo, contendo restos de répteis (série Bauru). Essas camadas apresentam atualmente uma extensão muito reduzida, mas ainda cobrem boa parte dos Estados de São Paulo, Minas e Goiás.

No Sinclinal Franciscano, descansando em discordância sobre a série Bambuí, sucedem-se, até o tópo do cretáceo, as formações Iguatu, Rio do Peixe, Pirapora (triássicas) e Urucuia (cretácea superior).

A bacia do Meio Norte recebeu sedimentos cretáceos após um longo hiato iniciado no permiano. Os sedimentos acumulados são marinhos (série Araripe).

Examinemos, agora, o caso da zona costeira. Os sedimentos mais antigos conhecidos dessa região pertencem ao triássico e apresentam fácies mista (série Estância), vêm depois, sedimentos cretáceos marinhos e continentais (séries Bahia, Sergipe), e finalmente, cenozóicos marinhos (formações Pirabas, Turiçu, Pirapemas, Maria Farinha) e continentais (série Barreiras). Os sedimentos marinhos, mesozóicos e cenozóicos, a miúdo ricamente fossilíferos, dispostos ao longo da costa desde as alturas do Estado de Alagoas até o Pará, atestam que essa faixa oscilou no decorrer dos tempos, tendo suportado várias transgressões marinhas.

Em vista do exposto, deduz-se facilmente que, após o Mesozóico, com exceção da zona costeira, todo o território brasileiro já se mantinha sob regime continental. Convém recordar, porém, que o sinclinal amazônico recebeu alguns sedimentos de águas salobras (formação Pebas).

Referiremos agora, rapidamente, algumas pequenas bacias de sedimentação lacustre estabelecidas no interior do país no fim do Cenozóico.

Em Minas Gerais, temos as bacias de Gandarela e Fonseca, onde houve deposição abundante de restos vegetais. A cidade de São Paulo acha-se edificada sobre sedimentos argilosos acumulados num antigo lago pliocênico. O vale do Paraíba foi sede de outra bacia terciária alongada. Parte dos seus sedimentos são hoje explorados por conter óleo (folhelhos betuminosos de Taubaté); dos outros, alguns são restos de vegetais transformados em linhito. Curitiba correspondente, também, a um antigo lago pliocênico. Em Itaboraí e Resende, Estado do Rio, encontram-se duas outras bacias lacustres terciárias.

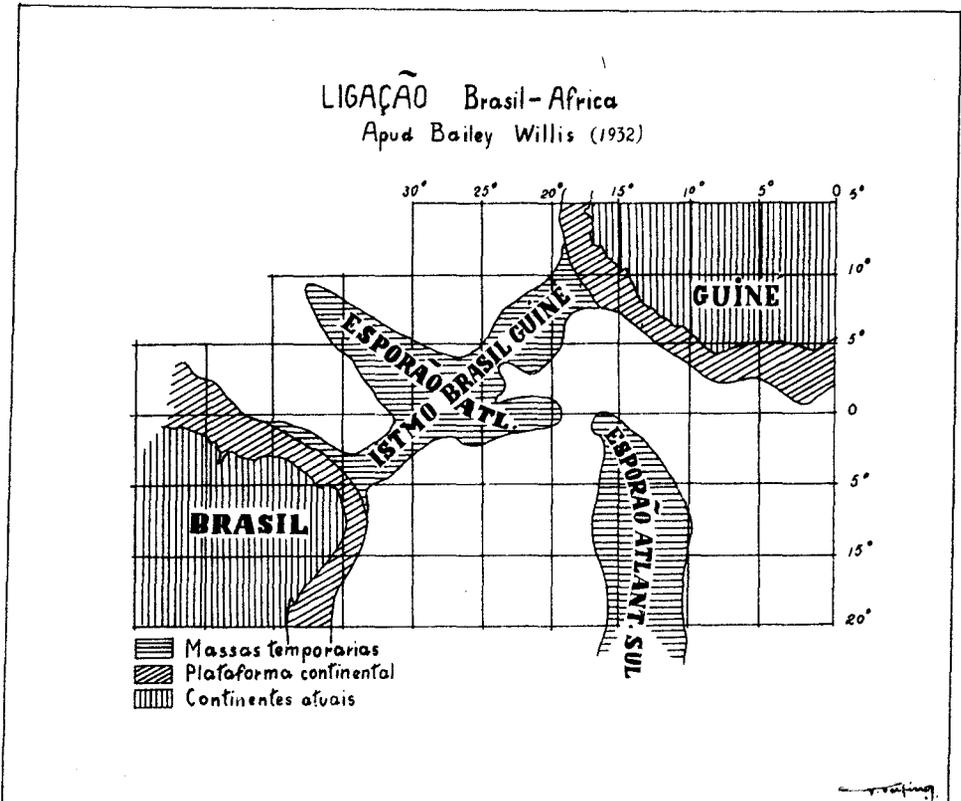
Os terrenos pleistocênicos são em boa parte aluviões depositados pelos rios originados no terciário superior: na vasta depressão matogrossense denominada Baixada Paraguaia acumularam-se os sedimentos quaternários do Pantanal; os rios São Francisco e Amazonas (com seus tributários) depositaram, pela ocasião das cheias, as *vazantes* marginais. São do pleistoceno ainda os *calcários das caatingas* (Bahia) e os depósitos lacustres do Nordeste.

Ao longo do litoral, no decorrer do quaternário, surgiram e se ampliaram várias faixas de terrenos sedimentares. Uma dessas planícies litorâneas encontramos na região do estuário do Amazonas; outra, de não muito menores proporções existe na zona costeira do Rio Grande do Sul. Nas desembocaduras dos rios atlânticos encontramos ainda planícies quaternárias menores. No litoral nordestino aparecem as dunas como nota característica; no litoral do sul, as *restingas*; em ambos, as *praias* ou lençóis de areia de formação recente. Desde o Maranhão até o arquipélago dos Abrolhos acompanham a costa, com algumas interrupções, recifes de corais e de arenito. Os primeiros parecem ter surgido no terciário.

Muitos autores concordam em que a região costeira do Brasil elevou-se após o terciário. Isso explicaria as faixas sedimentares ganhas ao mar nos últimos milênios. Efetivamente, a serra do Mar, por exemplo, acha-se cortada de falhas e pode-se pensar que houve movimento ascensional após o término da revolução andina.

Abordaremos, agora, a título secundário, o caso da conexão mantida entre o Brasil e África em tempos geológicos remotos.

É corrente os autores mencionarem um *Continente de Gondwana*. Devemos aclarar, porém, que vários autores não admitem mais essas vastas áreas de terras sossobradas. Parece inoportuno, entretanto, discutir aqui as razões que conduzem a tal raciocínio. Informaremos, somente, que as antigas conexões



mantidas entre os continentes são por eles julgadas como semelhantes aos istmos atuais. Do tipo do istmo do Panamá por exemplo. Outra concepção que já vai passando para o domínio histórico é a hipótese de Wegener. Embora seja muito sedutora a semelhança entre as configurações dos bordos oriental da América do Sul e ocidental da África vários cientistas modernos põem em dúvida um pretérito desgarramento desses continentes. O que é um fato porém é que os argumentos de ordem paleontológica falam em prol duma ligação entre o Brasil e a África desde o permiano até o cretáceo. No cretáceo rompeu-se tal liame, restabelecendo-se a antiga eventual comunicação entre os trechos Setentrional e Meridional do Atlântico.

Tal é o esboço da evolução geológica do Brasil muito rápido e de caráter provisório. Está baseado, sem dúvida, sobre conhecimentos geológicos que, no decorrer dos anos, serão apurados e acrescidos. Não foi outra a intenção do autor que a de colocar em mãos dos geógrafos brasileiros a exposição que lhe pareceu mais simples para interpretar o panorama geológico do nosso extenso país em face das pesquisas modernas.

---

#### Literatura

- 1) OLIVEIRA, Avelino Inácio de, e LEONARDOS, Oton Henry. — *Geologia do Brasil*. — 2.<sup>a</sup> ed.; Rio de Janeiro, 1943.
- 2) OLIVEIRA, Eusébio Paulo de. — *História da Pesquisa do Petróleo no Brasil*. — Minist. da Agricultura; Rio de Janeiro, 1940.
- 3) PAIVA, Glycon de, e MIRANDA, José. — *Geologia e recursos minerais do meio Norte*. — Serv. Fom. Prod. Min., bol. n. 15; Rio de Janeiro, 1937.
- 4) RÊGO, Luís Flores de Moraes. *As estruturas antigas do Brasil*. — An. Escola Minas, n. 27, ps. 27-85; 1931.

## Seminários de Estudos Geográficos

### ATA DO 1.º SEMINÁRIO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS, REALIZADO EM 24 DE JULHO DE 1945 NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

SEMINÁRIO SOBRE ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL. A IMIGRAÇÃO EUROPEIA E A DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS. OS PROBLEMAS DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PELOS SENHORES JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, ARTUR NEIVA, JOÃO ALBERTO, JORGE ZARUR, GAVIÃO GONZAGA, VIRGÍLIO CORREIA FILHO E FRANCIS RUELLAN

Dando início aos trabalhos, o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares agradeceu aos presentes e lembrou que o Conselho realizara até a presente data 115 tertúlias geográficas, tendo a experiência mostrado a necessidade de se organizarem seminários visando o debate de assuntos de interesse nacional. Em seguida, comunicou que hoje se inauguravam êsses seminários e que seria abordado um problema de grande interesse para o país, o da imigração no Brasil.

Continuando, disse que os aspectos do problema que iam ser examinados eram os três seguintes: 1.º) Regiões brasileiras mais favoráveis à imigração branca; 2.º) Regiões européias de onde poderão provir as melhores e mais adaptáveis correntes imigratórias; 3.º) A imigração dos países latino-americanos para o Brasil.

Antes de iniciar os debates sobre o esquema acima o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares dirigiu as seguintes palavras aos presentes:

“O problema da imigração é um dos problemas básicos do país, apresenta-se sob dois aspectos: 1) a política imigratória e 2) a técnica da imigração, ou o estudo do Homem e da Terra. A primeira deve ser orientada pelo segundo, atendidos os interesses nacionais.

A geografia é a ciência que estuda as regiões; portanto, é fundamentalmente a ciência do Homem e da Terra. Torna-se assim atributo principal do geógrafo fornecer, às autoridades encarregadas de executar a política imigratória, o material informativo sobre o Homem e a Terra.

A imigração é um problema de ajustamento do Homem à Terra, ou melhor, a mudança do Homem de uma região para outra. Em outras palavras, a imigração cientificamente orientada procura localizar, em regiões propícias, as populações provenientes de países onde as condições físicas ou culturais criaram situações de desajustamento.

O geógrafo e o estatístico podem contribuir decisivamente com o seu material científico para a melhor compreensão do problema imigratório, estudando as zonas nacionais mais favoráveis à colonização. Eles também devem investigar a estrutura dos países de imigração, com objetivo de verificar quais as correntes imigratórias que se coadunam melhor com a nossa cultura e se as suas intenções se harmonizam com os interesses nacionais. Portanto, a maior contribuição do geógrafo é apontar, com precisão, pela análise regional, as condições físicas e humanas das zonas geográficas, onde a colonização estrangeira possa ser bem sucedida, tendo em vista as necessidades de redistribuição e equilíbrio da população interna.

No Brasil apresentam-se duas áreas distintas para a colonização: uma, a tropical, e outra a sub-tropical. A primeira oferece condições menos propícia à colonização por elementos europeus e será examinada em outro seminário. A segunda zona menor em área porém de condições físicas favoráveis, desperta no presente o interesse de muitos povos.

Como sabemos, o limite sul matemático dos trópicos ou paralelo de 23°30', não corresponde à realidade climática. A região que poderá ser considerada sub-tropical no Brasil torna-se maior, porque as condições de relevo, direção dos ventos e correntes marinhas modificam os limites teóricos, levando mais para o norte a zona sub-tropical.

Supan achava que toda a área que estivesse abaixo de 20° C poderia ser considerada sub-tropical. Köppen julgava que todas as regiões de clima C, ou mais frias, poderiam ser considerados sub-tropicais, e as regiões tropicais seriam as que tivessem a temperatura média do mês mais frio acima de 20°. Müller e Huntington, recentemente, delinearão os Trópicos pelo isoterma de 20°-C. Esse último critério, que é bastante satisfatório, aumentaria a área sub-tropical brasileira.

De acôrdo com êstes princípios, estariam, em linhas gerais, compreendidas na zona sub-tropical as seguintes áreas brasileiras:

- 1 — Grande-Região Leste (parcialmente)
- 2 — Grande-Região Sul (na totalidade)
- 3 — Grande-Região Centro-Oeste (parcialmente).

Nessas três grandes regiões acham-se 13 regiões naturais de 83, e 75 das 198 zonas brasileiras. É verdade que essas zonas são menores do que as localizadas na faixa tropical e poucas apresentam densidade demográfica inferior a 5 habitantes por quilômetro quadrado.

A área dessas zonas, é de mais ou menos 630 000 quilômetros quadrados, o que representa apenas 9% da área do Brasil e cerca de 30% de toda a zona sub-tropical.

O Brasil tem uma área de 8 1/2 milhões de quilômetros quadrados com cerca de 5 habitantes por quilômetro quadrado, mais na realidade quase 60% desta área tem apenas 0,5 por quilômetro quadrado.

As populações européias podem ser divididas, para fins imigratórios, da seguinte forma:

- 1 — do Norte e
- 2 — do Mediterrâneo.

Do primeiro grupo, os povos que mais imigraram para o Brasil foram principalmente os alemães, poloneses, eslavos e escandinavos. Do segundo, são os que constituíram a maioria de nossa população estrangeira, a saber: os portugueses, italianos e espanhóis. Os quesitos que apresso para debate sobre este tema, o segundo do seminário, são: podemos e devemos intensificar a imigração do primeiro grupo? Haverá grande procura por parte dos nórdicos pelas terras do Brasil? Quanto aos do Mediterrâneo, acho que todos estão de acôrdo em que devam vir no maior número possível, uma vez bem organizada a distribuição de terras e a localização dos imigrantes lado a lado com brasileiros.

Quanto ao terceiro tema, parece-me que é muito importante e delicado. No momento não se nos apresentam maiores dificuldades, aparentemente, mas pergunto: será benéfica a imigração em massa vinda do Kubaro pórtorriquenho? Precisamos ter em conta que a elevada densidade de população em Pôrto Rico constitui um dos graves problemas a serem resolvidos pelos Estados Unidos.

Terminando estas breves palavras de abertura do seminário, do qual participam pessoas ilustres e conhecedoras profundas do problema, desejo dizer que o nosso objetivo em organizá-lo foi ressaltar os aspectos geográficos fundamentais deste grande problema nacional, e orientar parte dos trabalhos da Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho, a fim de poder, dentro das nossas possibilidades, atender às necessidades de informações geográficas tão importantes e básicas neste assunto.

Ao terminar sua oração, o presidente da reunião pôs em debate os temas acima referidos, tendo iniciado a discussão do problema o Sr. Artur Hehl Neiva, da Fundação Brasil Central e do Conselho Nacional de Imigração, o qual mostrou

como o assunto vem sendo encarado por aquêles órgãos. Disse ainda que existem na Suécia cerca de 65 000 estonianos refugiados da guerra que desejam imigrar para o Brasil, já tendo sido este caso submetido ao Conselho Nacional de Imigração.

As classes produtivas pleiteiam certo número de imigrantes agrícolas e certo número de braço de trabalho para as indústrias.

Seguindo-se com a palavra o Sr. ministro João Alberto indagou se o govêrno deseja encarar de frente o problema da imigração ou se deseja apenas favorecer um certo número de companhias de navegação, pois a imigração deve ser orientada pelo Estado e não pelas emprêsas de navegação.

Quando à imigração dos países latino-americanos, para que haja boas relações entre aquêles países, é necessário haver imigração entre êles.

O Dr. Artur Hehl Neiva ajuntou que é indispensável a liberdade nas leis da imigração pois a sua fase desorganizada já passou.

Disse o Sr. ministro João Alberto que o elemento europeu chega ao Brasil geralmente com a intenção de ser proprietário e não assalariado como querem os colonizadores brasileiros. Os terrenos destinados aos colonos apresentam também dificuldades pois quando são de boa qualidade, o transporte é deficiente. O Brasil possui, no entanto, boas áreas para a imigração, como a serra de Maracaju, com cerca de 900 metros de altitude e sem matas; êsse tipo de vegetação dificulta a colonização por exigir um trabalho preliminar. São ainda favoráveis à imigração, a região do Iguacu, com um formidável potencial de energia hidro-elétrica, a região de Palmas no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, sul de Goiás, Planalto de Minas Gerais, etc.

O importante é ligar o problema da imigração ao da terra, da agricultura e da pecuária. Assim, não se deve dirigir colonos em grande número para uma zona de pecuária. É preciso, portanto, que as leis de imigração tenham boa orientação e sejam estudadas com tenacidade.

O Prof. Jorge Zarur lembrou ser necessário delimitar as zonas que devem ter prioridade na imigração.

Explicou o Sr. ministro João Alberto que as linhas de orientação dos imigrantes devem ser as vias de penetração como as ferrovias: Paulista, Noroeste, Sorocabana, Mojiana, etc.

Observou o Prof. Jorge Zarur que há regiões que não mais oferecem possibilidades para uma grande imigração, como certas zonas do Rio Grande do Sul.

Disse o Sr. ministro João Alberto que os imigrantes europeus não devem ser pioneiros mas ocupar zonas já desbravadas, pois têm um potencial de vida elevado. Na Europa 80% dos proprietários rurais dispõem de energia elétrica e os colonos que aqui chegam não podem ser atirados nas áreas longinquoas onde tudo falta; devem ser articulados com as companhias de estradas de ferro e localizados nas suas margens pois essas companhias têm interesse na produção. O homem não pode estar isolado da civilização, deve vir com a família, sendo necessário também incentivar a imigração feminina.

Acrescentou o Prof. Jorge Zarur que é muito importante a questão da propriedade, principalmente do seu tamanho.

O Sr. ministro João Alberto foi de opinião que numa região de mata a propriedade deve ser de 20 a 30 hectares, sendo os lotes sempre pares ou ímpares. Um bom colono trabalha no 1.º ano cerca de 4 hectares plantando milho, arroz, feijão ou mandioca. No 2.º ano, mais dois hectares são trabalhados e no 3.º ano, o primeiro hectare já pode ser transformado em pastagem e depois de algum tempo em plantações para lenha, etc.

Tendo o Prof. Jorge Zarur dito que no Rio Grande do Sul as propriedades estão sendo subdivididas, informou o Dr. Neiva que, pela legislação, depois de um certo limite a terra não pode mais ser subdividida.

O Prof. Jorge Zarur disse pensar que a área do lote, destinado ao colono só pode ser delimitada depois de estudadas as condições físicas do terreno.

Lembrou o Sr. ministro João Alberto que os estudiosos dos problemas da imigração devem se pôr em contactos com a Fundação Getúlio Vargas.

Acrescentou o Prof. Jorge Zarur que o Dr. José Setzer, no seu artigo que o Conselho Nacional de Geografia publicará em breve, chama a atenção para os solos de São Paulo que estão se esgotando, transformando-se as regiões agrícolas em pecuárias. Podendo ele estudar os demais solos do Brasil, seria interessante convidá-lo para a Fundação Getúlio Vargas.

O Dr. Artur Hehl Neiva explicou que a imigração pode ser orientada ao mesmo tempo pelo governo e por particulares. Disse o Sr. ministro João Alberto que a legislação deve ser geral, havendo, entretanto, um órgão especial para cuidar do assunto a fim de evitar o agenciador.

O Sr. Gavião Gonzaga, do Departamento Nacional de Imigração, esclareceu que a legislação vigente prevê a existência de um organismo encarregado de dirigir e orientar a imigração e colonização. O problema da imigração é estadual e não federal.

O Prof. Delgado de Carvalho disse que considerando o ponto de vista geográfico deve-se organizar um mapa de "colonizabilidade" das estradas. A "colonizabilidade" seria medida por um certo número de fatores como o solo (condições de aproveitamento), o climograma, isto é, o clima em função da vegetação, da umidade, etc. As zonas de colonização teriam como pioneiros elementos nacionais.

O Sr. ministro João Alberto aplaudiu a proposta do Prof. Delgado de Carvalho, dizendo ser a mesma bastante interessante.

O Dr. Artur Hehl Neiva explicou que a Fundação Brasil Central estabelece sempre ao longo da linha de penetração, núcleos de colonização de 5 a 10 000 almas, gozando os mesmos das condições de um centro urbano.

É preciso que haja nas regiões de colonização uma certa densidade de povoamento a fim de evitar que elas se tornem centros de pecuária.

Em seguida o presidente convidou o coronel Frederico Rondon a explicar os seus pontos de vista, como entendido na matéria, de vez que preside o Instituto Brasileiro de Colonização. Disse o coronel Rondon ter ouvido com satisfação as várias opiniões, quer dos políticos quer dos geógrafos.

O problema da imigração e colonização apresenta no Brasil dois setores, o da imigração européia e o setor pioneiro da colonização nacional.

Os imigrantes europeus possuem uma tendência espontânea em ocupar a região sub-tropical; esta apresenta ainda bastante espaço disponível e os seus melhores lugares são as zonas marginais das vias de penetração. Geralmente a construção das estradas de comunicação é precedida por pioneiros, foi o que se observou com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a E. F. de Araçatuba, etc.

Quanto à imigração dos países latino-americanos para o Brasil, nota-se uma infiltração nas zonas de limite sem constituir, todavia, uma colonização.

É preciso, no entanto, não esquecer o sertanista brasileiro que é tido geralmente por doente, fraco, mas na realidade ele é apenas um desnutrido. Levando-lhe o que lhe falta, o caboclo se tornará um pioneiro que já vive no sertão.

O Sr. ministro João Alberto chamou a atenção para o fato de estarem todos se referindo ao elemento latino-americano em geral pensando, todavia, no emigrante de Pôrto Rico que no momento não interessa ao Brasil.

O Prof. Zarur lembrou que fôra colega de um pôrto-riquenho que lhe falava sempre, havendo mesmo mais tarde lhe escrito sobre seus compatriotas que desejavam ir colonizar a Amazônia. É o porto-riquenho, do mesmo modo que o caboclo brasileiro, um elemento rural.

Disse o Sr. Gavião Gonzaga que o principal interessado nesse problema é o governo dos Estados Unidos.

Explicou o Prof. Delgado de Carvalho que os países latino-americanos são países de imigração com bastante espaço livre, portanto, os que querem emigrar não devem ser os bons elementos.

O Dr. Artur Hehl Neiva foi de opinião que a imigração do colono branco deve ser a incentivada pois é preciso pensar no tipo brasileiro daqui a 500 anos.

O Dr. Virgílio Correia Filho disse apoiar as idéias do ministro João Alberto sôbre a imigração e colonização, devendo esta ser dirigida, e localizar, sempre que possível, os imigrantes nas margens das ferrovias, como foi feito em terrenos à margem da Noroeste do Brasil, onde êsse núcleo de colonização oficial e outros evoluíram para cidade.

Lembrou o Sr. embaixador Macedo Soares que a Companhia da Estrada de Ferro Paulista iniciou junto à "Caique" um sistema de colonização de grandes fazendas, tendo se verificado um bom aumento da produção. Essa Companhia oferece aos presentes interessados no assunto, uma visita a suas colônias a fim de que os mesmos possam verificar pessoalmente o seu desenvolvimento.

O Sr. ministro João Alberto disse que a Fundação Brasil Central está procurando resolver o problema do transporte, construindo primeiramente a carreteira, depois a estrada de rodagem e finalmente a ferrovia, adicionando ainda os campos de aviação.

A colonização de uma região deve ser feita por núcleos e não ao longo de uma linha pois os colonos necessitam de um mercado para seus produtos bem próximo a êles. É preciso não esquecer o transporte, devendo ainda os núcleos se localizar em terrenos saudáveis.

É êsse o sistema adotado no Roncador, sendo aí o principal tipo de transporte o aéreo por ser o mais rápido e o menos caro, já estando, entretanto, em construção a estrada de ferro.

Êste sistema será também adotado no Triângulo Mineiro, estando em estudo a zona de passagem da estrada de ferro. Serão comprados lotes ao longo da futura ferrovia; sendo os pontos terminais desta transformados em núcleos de colonização que serão os mercados da região; o trem deverá parar apenas nesses pontos terminais para receber os produtos dos colonos da zona.

É necessário encarar o problema da imigração e colonização de forma objetiva para se obter resultados práticos. Seria interessante indagar das companhias ferroviárias o que elas pensam sôbre a localização dos imigrantes nas margens das vias férreas.

O Prof. Jorge Zarur referiu-se à Companhia de Terras Norte do Paraná dizendo ter a mesma boa orientação; aquela Companhia, visando a exportação dos produtos de seus colonos construiu uma estrada de ferro.

O Sr. embaixador Macedo Soares observou que a Companhia de Terras Norte do Paraná e a Companhia Paulista são duas organizações diferentes; a primeira adquiriu grande extensão de terra virgem e está agora subdividindo-a em pequenos lotes; a segunda, está adquirindo lotes de terra.

Falou a seguir o Prof. Francis Ruellan dizendo que muito se interessara pelos debates, e que se achava encantado com a profunda experiência do Sr. ministro João Alberto nas questões de imigração e colonização, tendo êle tratado do assunto com um grande senso geográfico.

É incontestável a grande vantagem de localizar os colonos ao longo das vias férreas, em tórno de centros perfeitamente organizados tanto do ponto de vista administrativo, higiênico, escolar, como do ponto de vista bancário.

Quanto ao problema econômico, é preciso lembrar que o colono necessita produzir não apenas para seu sustento mas que tenha possibilidades de escolher culturas de que possa obter um bom rendimento. O rendimento dos produtos que serão vendidos, está naturalmente em função do preço do transporte.

Os próprios colonos devem, assim, ser conduzidos a escolher os produtos que desejam cultivar não sômente de acôrdo com seus conhecimentos trazidos da nação de origem mas também com as necessidades do mercado consumidor.

Disse o ministro João Alberto ser essa observação bastante justa pois não se deve induzir ninguém a produzir o que não deseja, sobretudo se não vai obter bons rendimentos.

O Sr. Gavião Gonzaga, lembrou que há colonização espontânea e colonização dirigida, devendo o governo orientar a iniciativa particular.

O Sr. ministro João Alberto observou que a imigração deve estar ligada à colonização e ser dirigida.

O Dr. Artur Hehl Neiva recordou que, desde o Ato Adicional, a imigração é uma questão federal e a colonização, estadual.

O Prof. Jorge Zarur lembrou que é preciso ter sempre em vista a vocação do homem. A seguir, disse que a orientação proveniente desse seminário fôra muito útil, e que o Conselho Nacional de Geografia enviara aos Estados Unidos, 11 técnicos para estudar as questões regionais e que quando eles voltassem iriam provavelmente trabalhar com essa mesma orientação.

Encerrando a sessão o Sr. embaixador Macedo Soares elogiou o presente seminário dizendo que o mesmo fôra bastante proveitoso e que em agosto iria haver outro do mesmo gênero, tendo sido também marcado para esse mês a excursão oferecida pela Estrada de Ferro Paulista.

# Noticiário

## Capital Federal

### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

#### Conselho Nacional de Geografia

ENTREVISTA DO ENG. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO SOBRE OS TRABALHOS DA VI ASSEMBLÉIA GERAL DO C.N.G. — O Eng. Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, concedeu, recentemente, à imprensa, desta capital uma entrevista na qual abordou os principais trabalhos realizados pela VI Assembléia Geral daquele Conselho. Disse inicialmente o Eng. Leite de Castro:

"Efetivamente a Assembléia Nacional de Geografia, que devia reunir-se em 1943 e em 1944, sofreu um adiamento devido às dificuldades criadas pela situação do Brasil em guerra.

"A Assembléia teve que examinar um conjunto amplo de problemas acumulados. Não só o fator tempo tornou volumosa a agenda dos trabalhos, como também, e talvez com maior incidência, delicadeza e complexidade, o fator transformação, que tanto caracteriza o momento atual. Transformação social, que se processa no mundo inteiro pelos efeitos da guerra; transformação política, pela qual o nosso país retoma sua tradicional feição democrática, e transformação técnica, resultante das modernas conquistas que vêm proporcionando à Geografia, novos e surpreendentes recursos.

"E a Assembléia cumpriu, fielmente, seu programa, examinando, preliminarmente, as realizações de 1942 a 1944, no setor federal e nos âmbitos das Unidades Federadas, bem como os problemas cujas soluções foram dadas à realidade presente.

Perguntado sobre as questões examinadas e debatidas na Assembléia afirmou:

"Foi verdadeiramente confortador o panorama do conjunto das questões debatidas, pois não foram elas poucas, nem inexpressivas. Basta citar, por exemplo, a revisão do quadro territorial brasileiro, mediante simultâneas e uniformes leis federais, preparo dos novos mapas dos municípios, que na atual divisão sofreram alteração de âmbito territorial, eliminação dos nomes iguais de cidades e vilas, revisão da nomenclatura das estações ferroviárias, concursos anuais de monografias, etc. Isso significa que o Conselho vem preenchendo sua alta finalidade, sobretudo congregando esforços para que se consigam resultados uniformes, que permitam a obtenção de totais nacionais a refletirem aspectos expressivos da nossa Geografia. E' preciso não esquecer que, por ocasião da realização da Assembléia esta recebeu a visita das mais destacadas autoridades, tendo ela reunido os técnicos de maior competência em assuntos geográficos e ouvido a palavra autorizada dos professores Alirio de Matos, Cândido de Melo Leitão, Jorge Zarur e outros".

Sobre as resoluções aprovadas e sobre os planos a serem executados em 1946 disse o Eng. Leite de Castro:

"Foram diversas. Entre elas, posso citar as que se referem ao X, XI e XII Congressos

Brasileiros de Geografia; à IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e à III Reunião Pan-Americana de Consulta. Outros assuntos de relevância foram debatidos e resolvidos pela Assembléia, tais como a volta do Brasil ao seio da União Geográfica Internacional, cujas relações foram interrompidas por motivo da guerra.

— Poderá adiantar-nos algo sobre os planos a serem executados em 1946?

"Sob o ponto de vista administrativo foram importantes as decisões da Assembléia. A previsão das verbas para 1946 oferece certas dificuldades, devido à ampliação dos serviços com a instalação adequada do Serviço de Geografia e Cartografia, instituído em 1944, e consequentemente, o de senofotogrametria, que deve ser um setor à parte, devido ao seu vulto e especialidade. Assim, em 1946, dar-se-á uma verdadeira triplicação. O Conselho passará a ter duas repartições centrais: a Secretaria Geral, de finalidade administrativa e representativa, e o Serviço de Geografia e Cartografia, de fins técnicos e científicos. Foi objeto da Assembléia focalizar a aprovação do quadro regional do Brasil em cinco grandes regiões, 30 regiões, 82 sub-regiões, 198 zonas geográficas, sendo essas formadas por agrupamentos de municípios.

"Muitos e muitos outros assuntos de grande relevância foram tratados, tais como a elaboração de mapas para o recenseamento de 1950, a decisão da publicação do primeiro *Anuário Geográfico do Brasil*, que será editado em 1946, pelo C.N.G. Também a Assembléia teve ensejo de ouvir o Sr. Artur Hehl Neiva a propósito de importante trabalho em que foi focalizada a questão imigratória. A meu ver, uma era nova surgirá no nosso mundo geográfico em crescente vitalização, quando equipes de geógrafos, qualificados e distribuídos pelas cinco grandes regiões do país, se aplicarem nas análises regionais."

☆

HOMENAGEM DOS GEÓGRAFOS E ESTATÍSTICOS AO PROF. WILLIAM REX CRAWFORD — Realizou-se no dia 26 de agosto último, o almoço de homenagem dos estatísticos e geógrafos brasileiros ao Prof. William Rex Crawford, que exerceu, nos últimos anos, o cargo de adido cultural à Embaixada dos Estados Unidos em nosso país. A homenagem que foi patrocinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, teve lugar no Automóvel Clube, dela participando não só os principais dirigentes da entidade e componentes dos seus três Conselhos, como também diretores do Instituto Inter-Americano de Estatística com sede em Washington, da Sociedade Brasileira de Geografia, Sociedade Brasileira de Estatística e Sociedade de Economia Política. O homenageado foi saudado pelo Sr. M. A. Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto e presidente do Instituto Inter-Americano de Estatística.

☆

## Diretório Central

VI ASSEMBLÉIA GERAL DO C.N.G. — No dia 3 de julho passado, realizou o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia a sua reunião ordinária quinzenal, na sede do Conselho, sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Depois de lida a ata da reunião anterior que foi aprovada, passou-se à leitura do expediente.

Na hora das comunicações, o engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário geral, esclareceu particularidades da organização da VI sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho, a instalar-se solamente à noite do mesmo dia 3 de julho, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Passando-se à ordem do dia, foram aprovadas as propostas oferecidas pela Secretaria de nomes de técnicos para preencherem os lugares de consultores técnicos e de membros das Comissões Técnicas Permanentes, as quais, depois de receberem a assinatura dos presentes, irão à Assembléia Geral para deliberação em definitivo.

Em seguida, foi examinado o relatório das atividades do Diretório Central relativas aos anos de 1943 e 1944, elaborado pela Secretaria, tendo o plenário baixado a Resolução n.º 194 aceitando o relatório e o encaminhando à consideração da Assembléia Geral.

Finalmente, foi aprovada uma outra Resolução que recebeu o número 195, com a qual foi aumentado o valor da indenização das despesas de estada e representação a ser paga aos delegados das Unidades Federadas à Assembléia Geral do Conselho.

☆

FALECIMENTO DO GENERAL ALÍRIO DI PRIMIO — CONVENIO CULTURAL ENTRE O PERU E BRASIL — EXPEDIÇÃO SERTANISTA A MESOPOTAMIA DO ARAGUAIA E KINGU — RESOLUÇÕES APROVADAS — Sob a presidência do tenente-coronel Frederico Augusto Rondon, representante do Conselho Nacional de Estatística, realizou o Diretório Central, no dia 3 de agosto último, a sua reunião ordinária relativa à 1.ª quinzena do mês, com a presença da maioria dos seus membros.

Inicialmente, foi aprovada a ata da reunião anterior e, depois, lido o expediente.

Com a palavra, o secretário geral do Conselho, engenheiro Christovam Leite de Castro fez várias comunicações: informou achar-se acaimado o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Conselho, tendo sido designada uma comissão para visitá-lo em nome do Diretório; relembrou o falecimento do general Alirio di Primio, que por muitos anos dirigiu o Serviço Geográfico do Exército, tendo se consignado na ata um voto de sentido pesar do Diretório; comentou o Convênio Cultural entre Peru e Brasil, recentemente assinado, e a sua benéfica influência em favor dos estudos geográficos, tendo se deliberado expressarem-se congratulações às respectivas autoridades; tratou da expedição sertanista que acaba de partir para a mesopotâmia dos rios Araguaia e Kingu, resolvendo o Diretório congratular-se com as autoridades organizadoras e patrocinadoras do importante cometimento.

Na ordem do dia foram aprovadas duas Resoluções propostas pela Secretaria: uma, de n.º 196, elegendo o Dr. Mirtaristides de Toledo Piza, consultor técnico junto ao Diretório Regional do Conselho no Estado do Rio de Janeiro, por proposta deste Diretório; outra, que recebeu o n.º 197, dispondo sobre a compra de material técnico nos Estados Unidos da América,

destinado à instalação do Serviço de Geografia e Cartografia, criado pelo Governo Federal com o Decreto-lei n.º 6828, de 25 de agosto de 1944 como repartição executiva central do Conselho para a execução dos trabalhos técnicos e científicos que sejam da alçada do mesmo Conselho.

☆

DOAÇÃO AO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS DE UMA COLEÇÃO DE MOLDES ANTROPOMÉTRICOS — CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS — INTERCÂMBIO CULTURAL — Realizou-se no dia 20 de agosto último a reunião ordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia relativa à segunda quinzena do mês, sob a presidência do coronel Frederico Augusto Rondon, representante do Conselho Nacional de Estatística.

Inicialmente, depois de lida, foi aprovada a ata da reunião anterior, e em seguida leu-se o expediente.

Na hora das comunicações foram aprovadas as seguintes propostas: do presidente da reunião, consignando votos de pesar pelo naufrágio do navio brasileiro "Ajudante" em águas do Amazonas; do engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho, de pesar pelo falecimento do cientista Alexandre Parko, do Museu Nacional, e de regozijo pela passagem do 25.º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Na ordem do dia, examinaram-se as Resoluções recentemente aprovadas pela Assembléia Geral do Conselho nas quais está o Diretório explicitamente mencionado.

Em seguida o Diretório aprovou duas Resoluções: uma, que recebeu o número 198, fazendo doação ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios de uma coleção de moldes antropométricos em gesso, referentes a índios do Estado de Mato Grosso; outra, sob o n.º 199, aprovando as convenções cartográficas para as folhas das cartas geográficas na escala de 1:500 000.

Finalmente, decidiu o Diretório sobre a vinda ao Brasil dos professores uruguaios de Geografia Juan António Regules e Jorge Chebataroff, de acordo com o convênio de intercâmbio cultural estabelecido com o Instituto Nacional de Investigaciones Geográficas de la Universidad de la República, de Montevideú.

★

## Serviço Nacional de Recenseamento

## Gabinete Técnico

OS ESTRANGEIROS NO DISTRITO FEDERAL — O Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, publicou o seguinte trabalho sobre os estrangeiros no Distrito Federal, da série de análises de resultados do censo demográfico:

SUMÁRIO: 1. Os nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros, no Distrito Federal, segundo o censo de 1940. Comparações com os censos precedentes. Progressiva diminuição da quota dos estrangeiros na população total. — 2. Nacionalidades e naturalidades dos estrangeiros. — 3. Principais grupos — latino, teuto, eslavo, etc. — e subgrupos nacionais. — 4. Representação dos principais subgrupos nos diversos censos. — 5. Composição por sexo dos principais subgrupos. Comparações com o censo de 1920. — 6. Composição por idade da população estrangeira. Comparação com os censos precedentes. "Envelhecimento" dessa população, em comparação com 1920, e sua repercussão nos óbitos, casamentos e nascimentos. — 7. Considerações finais.

1. — Entre os 1 764 141 habitantes, presentes no Distrito Federal em 1.º de setembro de 1940, foram declarados *nacionais de países estrangeiros* 215 670. Este é o número dos "estrangeiros" na significação jurídica da qualificação.

Acrescentando-se aos precedentes os 13 005 presentes que foram declarados *brasileiros naturalizados*, obtêm-se o total de 228 675 *nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros*, ou seja "estrangeiros" na mais ampla significação usual da qualificação, que foi adotada como base das apurações do censo de 1920. (Entretanto, no que diz respeito ao Distrito Federal, esse censo discriminou os brasileiros naturalizados, assim como os discrimina, de maneira geral, o censo de 1940).

Em relação à população total do Distrito Federal, os nacionais de países estrangeiros correspondem à proporção de 12,22%, os brasileiros naturalizados à de 0,74%, e os dois grupos em conjunto à de 12,96%.

É interessante comparar os resultados do censo de 1940 com os dos censos precedentes:

Ano do censo	Nacionais de países estrangeiros *	Brasileiros naturalizados	Total
1872.....	84 279	451	54 730
1890.....	124 119	31 083	155 202
1906.....	195 804		
1920.....	235 300	3 829	239 129
1940.....	215 670	13 005	228 675

\* — As cifras mais elevadas que aparecem em algumas publicações oficiais incluem, além dos nacionais do estrangeiro, as pessoas de nacionalidade não declarada.

Os dados dos dois últimos censos parecem fidedignos e são comparáveis entre si.

No censo de 1906 foram discriminados os *nacionais de países estrangeiros*, enquanto os naturalizados foram incluídos, na apuração, com os brasileiros natos, formando o grupo dos de nacionalidade brasileira.

No censo de 1890, o critério geral de discriminação dos estrangeiros foi o da *naturalidade*. O número de 155 202 representa o total dos habitantes naturais de países estrangeiros; o de 31 083 representa os (entre os precedentes), "que adotaram a nacionalidade brasileira". (Acêrca d'êste assunto, da nacionalidade, houve certa confusão no censo de 1890, em consequência dos acontecimentos sociais e políticos de 1888 e 1889. Entretanto, os resultados para o Distrito Federal parecem próximos da verdade, em contraste com a maior parte dos resultados para os Estados.\*

O censo de 1872 discrimina os *nacionais de países estrangeiros* e os brasileiros adotivos (240) e brasileiros naturalizados (211); êstes dois últimos grupos figuram reunidos no qua-

\* Basta notar que o total dos nacionais de países estrangeiros recenseados no Brasil foi apenas de 351 545 (em comparação com 388 459 em 1872 e 1 256 806 em 1900).

dro acima. O número total de 84 279 nacionais de países estrangeiros concorda, como ordem de grandeza, com o de 78 676 dado pelo censo realizado no então Município Neutro em 1870.\*\*

Deve-se notar que em 1870 e 1872 entre os naturais de países estrangeiros estavam incluídos muitos escravos, ou antigos escravos, que representavam uma imigração *sui generis*. Em 1872 havia entre os estrangeiros 18 065 africanos, dos quais 10 973 escravos; mais 6 africanos figuravam entre os naturalizados. Ainda em 1890 encontram-se 5 402 *naturais* da África, entre os quais 5 106 que "adotaram a nacionalidade brasileira", evidentemente todos ou quase todos antigos escravos. No censo seguinte, de 1906, os sobreviventes dessa categoria não aparecem entre os estrangeiros, em consequência da limitação desta classe aos *nacionais* de países estrangeiros; no censo de 1920 aparecem em número muito reduzido\*\*\* e no de 1940 em número desprezível.

Conforme os diversos censos, os nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros constituíam as seguintes quotas da população total:

30,81% em 1872
29,70% em 1890
24,75% em 1906 ****
20,65% em 1920
12,96% em 1940

É clara a tendência para a diminuição da quota dos estrangeiros na população do Distrito Federal. Nos últimos 20 anos a diminuição foi tão rápida, que não somente a quota mas o número absoluto dos estrangeiros diminuiu sensivelmente, como consta dos dados já referidos.

Entre os 239 129 nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros presentes em 1920, apenas 3 829, ou seja 1,60%, eram naturalizados brasileiros; entre os 228 675 presentes em 1940, os naturalizados são 13 005, ou seja, 5,69%. É mais digno de nota êste aumento da proporção dos naturalizados, em vista das notáveis dificuldades e despesas inerentes ao processo legal de naturalização.

2. — Na apuração do censo de 1940 os nacionais de países estrangeiros foram classificados seja segundo a nacionalidade seja segundo a naturalidade. Os brasileiros naturalizados foram classificados segundo a naturalidade, que por via de regra coincide com a nacionalidade anterior à naturalização.

Os resultados dessas classificações estão expostos na tabela I.

\*\* Em geral o censo de 1870 parece ter dado resultados um pouco inferiores à realidade.

\*\*\* O total dos estrangeiros naturais da África conforme o censo de 1920 é de 352, dos quais 25 declarados centenários.

\*\*\*\* Cálculo aproximativo, sendo suposto de 200 000 o total dos nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros.

TABELA I  
DISTRITO FEDERAL

Nacionais de países estrangeiros segundo a nacionalidade e segundo a naturalidade, e brasileiros naturalizados segundo a naturalidade, em 1.º de setembro de 1940

CONTINENTES E PAÍSES	Estrangeiros nacionais de cada país e soma por continentes	Estrangeiros naturais de cada país e continente	Brasileiros naturalizados naturais de cada país e continente
<b>América do Norte</b> .....	<b>1 897</b>	<b>1 692</b>	<b>63</b>
Canadá — Labrador — Terra Nova.....	53	55	4
Estados Unidos — Alasca.....	1 589	1 338	46
México.....	55	67	5
Nicarágua — Costa Rica — Guatemala — Honduras — São Salvador.....	28	24	1
Panamá.....	13	6	—
Cuba.....	91	86	3
Haití.....	5	—	—
São Domingos.....	9	8	—
Pôrto Rico.....	10	28	—
América Britânica Setentrional e Central... Amér. Din., Franc. e Holand., Set. e Central	39 5	71 9	3 1
<b>América do Sul</b> .....	<b>2 801</b>	<b>3 884</b>	<b>370</b>
Colômbia.....	50	42	1
Venezuela.....	84	43	4
Equador.....	5	6	1
Peru.....	148	141	10
Bolívia.....	74	82	5
Chile.....	120	122	7
Brasil.....	—	1 105	156
Paraguai.....	253	248	18
Argentina.....	1 444	1 451	108
Uruguai.....	577	584	58
América Britânica Meridional.....	39	52	1
América Francesa e Holanda Meridional... Ásia.....	7 7 394	8 7 531	1 456
Rússia Asiática (U.R.S.S.).....	107	84	12
Turquia.....	489	567	63
Síria — Líbano — Palestina — Iraque — Arábia.....	6 021	6 066	338
Irã (Pérsia).....	3	2	—
China — Mandchúria — Mongólia.....	218	231	7
Japão — Coreia.....	526	519	28
Ásia Britânica.....	15	29	1
Ásia Francesa.....	—	1	1
Ásia Holandesa.....	5	11	—
Ásia Portuguesa.....	4	6	—
Ásia (outros países).....	6	15	6
<b>Oceânia</b> .....	<b>14</b>	<b>23</b>	<b>—</b>
Austrália.....	14	20	—
Nova Zelândia.....	—	2	—
Oceânia (outros países).....	—	1	—

TABELA I  
DISTRITO FEDERAL

Nacionais de países estrangeiros segundo a nacionalidade e segundo a naturalidade, e brasileiros naturalizados segundo a naturalidade, em 1.º de setembro de 1940

CONTINENTES E PAÍSES	Estrangeiros nacionais de cada país e soma por continentes	Estrangeiros naturais de cada país e continente	Brasileiros naturalizados naturais de cada país e continente
<b>Europa</b> .....	<b>203 123</b>	<b>201 921</b>	<b>12 036</b>
Islândia .....	—	2	1
Irlanda (Estado livre) .....	24	48	—
Inglaterra e Gales, Escócia, Irlanda do Norte, etc. ....	1 623	1 387	73
Noruega .....	70	70	2
Suécia .....	114	122	7
Finlândia .....	39	41	6
Rússia (U.R.S.S.) .....	2 355	2 533	417
França .....	2 583	2 506	218
Bélgica — Luxemburgo .....	400	423	44
Holanda .....	264	240	26
Alemanha — Dantzig .....	8 273	8 136	710
Dinamarca .....	131	128	17
Lituânia — Mêmel .....	402	401	26
Estônia — Letônia .....	275	258	18
Polônia .....	6 262	6 075	307
Suíça .....	699	694	58
Áustria .....	1 202	1 434	211
Checoslováquia .....	379	328	27
Hungria .....	816	892	96
Rumânia .....	1 995	1 921	231
Portugal .....	146 940	146 092	7 716
Espanha — Andorra .....	11 459	11 512	755
Itália — Vaticano — São Marino .....	16 439	16 309	1 022
Iugoslávia — Montenegro — Sérvia .....	204	205	5
Albânia .....	1	1	—
Bulgária .....	29	19	3
Grécia .....	145	144	40
<b>África</b> .....	<b>260</b>	<b>371</b>	<b>51</b>
Egito .....	110	135	11
Congo Belga .....	2	4	—
África Britânica .....	5	17	4
África Espanhola .....	12	15	2
África Francesa .....	38	56	8
África Italiana .....	13	14	1
África Portuguesa .....	18	49	21
África (outros países) .....	62	81	4
<b>Apátridas</b> .....	<b>41</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Nacionalidade ou naturalidade ignorada</b> .....	<b>140</b>	<b>248</b>	<b>29</b>
<b>TOTAL GERAL</b> .....	<b>215 670</b>	<b>215 670</b>	<b>13 005</b>

As classificações dos nacionais de países estrangeiros segundo a nacionalidade e segundo a naturalidade não diferem muito entre si. Entretanto a segunda revela que um número não desprezível de estrangeiros (1 105) é natural do Brasil. Os números dos nacionais da Inglaterra e dos Estados Unidos excedem os dos naturais dos mesmos países, seja em consequência das naturalizações concedidas a estrangeiros, seja em virtude da nacionalidade metropolitana mantida pelos nascidos nas colônias. Análoga diferença nota-se para a Alemanha, talvez em virtude de declarações de nacionalidade alemã feitas por austríacos; com efeito, o número dos que se declararam nacionais da Austria é sensivelmente inferior ao dos naturais do mesmo país.\* O excedente do número dos nacionais da Polónia sobre o dos naturais do mesmo país provavelmente reflete a declaração de naturalidade russa, austríaca ou alemã feita por alguns dos imigrados mais antigos (o número dos naturais da Rússia excede o dos nacionais desse país).

3. — Um ligeiro exame da tabela I basta para mostrar que entre os subgrupos \*\* estrangeiros o português ocupa uma posição de absoluto predomínio, com 146 940 nacionais de Portugal (68,13% do total dos nacionais de países estrangeiros) e 7 716 naturalizados brasileiros (59,33% do total dos naturalizados).

Dos demais subgrupos de nacionais de países estrangeiros, apenas dois excedem o número de 10 000 componentes, a saber o italiano, com 16 439 (7,62% do total), mais 1 022 naturalizados (7,87% do respectivo total), e o espanhol, com 11 459 (5,32% do total), mais 755 naturalizados (5,81% do respectivo total).

\* É possível entretanto, que alguns austríacos tenham declarado nacionalidade e naturalidade alemã, contrariamente às instruções censitárias.

\*\* Subgrupos nacionais de grupos com característicos comuns; como subgrupo português do grupo latino.

Os outros subgrupos com mais de 5 000 componentes são: o alemão, com 8 273 nacionais, mais 710 naturalizados; o polonês, com 6 262 nacionais, mais 307 naturalizados; e o sírio-libanês, com 6 021 nacionais e 338 naturalizados.

Seguem-se, com cifras menores, os subgrupos francês, russo, rumeno e outros.

Em lugar de repetir os dados da tabela, parece conveniente resumir-los por grupos, embora o critério de formação destes não possa ser rigoroso. Elementos culturais, étnicos, geográficos e históricos contribuem para o nosso agrupamento, que inclui tanto os nacionais como os ex-nacionais de países estrangeiros (naturalizados brasileiros).

O grupo latino é preponderante, abrangendo 82,03% dos nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros; o grupo parente latino-americano aparece com a modesta quota de 1,39%.

A quota de 5,00% do grupo teuto é constituída por 4,55% pelos alemães e austríacos; os demais elementos (suíços, holandeses) estão em parte sob a influência da cultura latina, mas devem ser atribuídos a este grupo por razões étnicas.

Um pouco menor, 4,14%, é a importância do grupo eslavo, que aumentaria apenas para 4,42% se fossem incluídos no grupo os checoslovacos, iugoslavos e búlgaros, que preferimos atribuir ao grupo balcânico cuja quota total é de 1,74%.

O grupo árabe-turco aparece com 3,02%, predominando nele os sírios-libaneses.

Os grupos anglo-americano e ânglico, em conjunto, com 1,53%; o escandinavo-báltico com 0,48%.

É diminuta a quota do grupo nipo-chinês, 0,34%.

A característica dominante é constituída pela grande preponderância do grupo latino. Excluindo-se os latinos, os latino-americanos e os naturalizados naturais do Brasil, os nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros reduzem-se a 37 756, ou seja apenas 2,14% da população do Distrito Federal.

TABELA II

## DISTRITO FEDERAL

Agrupamento dos nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros, presentes em 1.º de setembro de 1940

GRUPO	NÚMERO DOS PRESENTES		PAÍSES INCLUÍDOS NO GRUPO
	Absoluto	Por 100 000 estrangeiros*	
Latino.....	187 576	82 027	Portugal, Itália, Espanha, França, Bélgica.
Teuto.....	11 443	5 004	Alemanha, Áustria, Suíça, Holanda
Eslavo.....	9 460	4 137	União Soviética, Polónia
Árabe-turco.....	6 914	3 024	Síria, Líbano, etc. Turquia, Irã
Balcânico.....	3 971	1 736	Rumânia, Hungria, Checoslováquia, Iugoslávia, Grécia, Bulgária, Albânia
Latino-americano.....	3 187	1 394	Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, Chile, Cuba, Venezuela, Bolívia, México, Colômbia, as 6 repúblicas da América Central, Porto Rico, São Domingos, Equador, Haiti

— Nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros.

TABELA II

## DISTRITO FEDERAL

Agrupamento dos nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros, presentes em 1.º de setembro de 1940

GRUPO	NÚMERO DOS PRESENTES		PAÍSES INCLUÍDOS NO GRUPO
	Absoluto	Por 100 000 estrangeiros*	
Anglo-americano.....	1 774	776	Estados Unidos, Canadá, América Britânica
Ânglico.....	1 720	752	Reino Unido, Irlanda (Estado Livre)
Escandinavo-báltico.....	1 108	484	Lituânia, Estônia, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia
Nipo-chinês.....	779	341	Japão, China
Outros.....	377	165	Todos os não discriminados acima.
Não especificados.....	366	160	País não declarado, apátridas, estrangeiros naturalizados naturais do Brasil
<b>TOTAL.....</b>	<b>228 675</b>	<b>100 000</b>	

\* Nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros.

4. — A comparação com os censos precedentes mostra que, entre a população estrangeira do Distrito Federal, foi sempre preponderante o subgrupo português. Entretanto, o número dos portugueses em 1940 é menor do que em 1820 e a sua proporção na população total caiu de 20,37% em 1890 para 8,77% em 1940.

Também os demais subgrupos latinos diminuíram em números absolutos e perderam ainda mais em importância relativa, de 1920 a 1940. Nos últimos 50 anos (de 1890 a 1940) a proporção dos italianos diminuiu de 3,40% para 0,99% da população total; a dos espanhóis, de 2,06% para 0,69% e a dos franceses de 0,76% para 0,16%.

O subgrupo sírio-libanês, muito pequeno em 1890, adquiriu depois certa importância; em 1920 constituía 0,53% da população total; em 1940, embora um pouco aumentado em cifra absoluta, acha-se diminuído para 0,39% em cifra relativa.

O subgrupo russo é mais numeroso em 1940 do que em 1920, mas a sua proporção na população total diminuiu de 0,17% para 0,16%, excedendo, todavia, o nível de 1890 (0,06%).

O subgrupo polonês, não discriminado na apuração do censo de 1920, é de certo mais numeroso em 1940 do que naquela época. Constituiu 0,37% da população total.

Ainda mais aumentou a proporção do subgrupo alemão, que depois de ter caído de 0,34% em 1890 para 0,25% em 1920, duplicou, subindo para 0,51% em 1940. Nos mesmos intervalos a proporção do subgrupo austríaco variou de 0,23% para 0,07% e 0,08%.

Não fôra discriminado nos censos precedentes o subgrupo rumeno, então pouco importante, que em 1940 corresponde a 0,13% da população total.

O subgrupo britânico perde importância; a sua proporção desce de 0,36% da população total em 1890 para 0,10 em 1940.

Pouco menor é a importância dos subgrupos estadunidense, com proporções crescentes, e argentino, com proporção decrescente nos últimos 20 anos.

5. — A composição por sexo da população estrangeira do Distrito Federal foi-se modificando, no curso dos últimos 50 anos.

Entre os nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros contavam-se 2 417 homens por 1 000 mulheres em 1890, 1 847 em 1920 e 1 544 em 1940. O desequilíbrio entre os dois sexos, embora ainda notável, é muito menor em 1940 do que em 1890.\*

\* Excluindo-se os presumíveis antigos escravos (2 344 homens e 2 762 mulheres, que no quadro acima figuram entre os brasileiros naturalizados), ficam, em 1890, os seguintes números: homens 107 435, mulheres 42 661, correspondentes às proporções de 71,58% e 28,42%, ou, em outra forma, à proporção de 2 518 homens por 1 000 mulheres.

Em 1872, entre os nacionais de países estrangeiros havia 62 881 homens e 21 398 mulheres, entre os brasileiros adotivos e naturalizados, 389 homens e 62 mulheres. Em conjunto as proporções dos sexos eram de 74,67% de homens e 25,33% de mulheres, ou seja 2 948 homens por 1 000 mulheres. Excluindo-se os africanos (10 273 homens e 7 798 mulheres), acentua-se o desequilíbrio dos sexos, ficando 52 997 homens e 13 662 mulheres, ou seja respectivamente 79,50% e 20,50%, ou ainda 3 878 homens por 1 000 mulheres. Apesar da imperfeita comparabilidade dos dados, é claro que em 1872 o desequilíbrio dos sexos entre os estrangeiros era ainda maior do que em 1890.

ANO DO CENSO	Sexo	Nacionais de países estrangeiros	Brasileiros naturalizados	TOTAL	
				Cifras absolutas	Percentagens
1890.....	H	88 661	21 118	109 779	70,73%
	M	35 458	9 965	45 423	29,27%
1920.....	H	152 042	3 088	155 130	64,87%
	M	83 258	741	83 999	35,13%
1940.....	H	128 130	10 662	138 792	60,69%
	M	87 540	2 343	89 883	39,31%

TABELA III

## DISTRITO FEDERAL

Nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros, segundo a nacionalidade ou naturalidade,\* em 1872, 1890, 1920 e 1940

NACIONALIDADE OU NATURALIDADE	NÚMEROS ABSOLUTOS				PROPORÇÕES POR 1 MILHÃO DE HABITANTES			
	1872	1890	1920	1940	1872	1890	1920	1940
Portugueses.....	56 091	106 461	172 338	154 656	203 988	203 694	148 840	87 666
Italianos.....	1 744	17 789	21 929	17 461	6 342	34 036	18 939	9 898
Espanhóis.....	1 452	10 750	18 221	12 214	5 281	20 568	15 737	6 923
Alemães.....	1 472	1 769	2 885	8 983	5 353	3 385	2 492	5 092
Sírios, libaneses, turcos, etc....	...	314	6 121	6 911	...	601	5 286	3 917
Poloneses.....	...	...	...	6 569	...	...	...	3 724
Russos.....	14	324	1 989	2 891	51	620	1 718	1 638
Franceses.....	2 895	3 962	3 538	2 801	10 528	7 581	3 056	1 588
Rumenos.....	...	...	...	2 226	...	...	...	1 262
Inglêses.....	967	1 867	2 057	1 696	3 517	3 572	1 777	961
Estadunidenses....	213	259	1 066	1 635	775	496	921	927
Argentinos.....	105	496	1 551	1 552	382	949	1 339	880
Austriacos.....	73	1 211	836	1 413	265	2 317	722	801
Outros.....	** 19 704	*** 10 000	6 598	7 667	71 658	19 133	5 698	4 347
<b>TOTAL.....</b>	<b>84 730</b>	<b>155 202</b>	<b>239 129</b>	<b>228 675</b>	<b>308 140</b>	<b>296 952</b>	<b>206 527</b>	<b>129 624</b>

\* — Nacionalidade dos nacionais e naturalidade dos ex-nacionais de países estrangeiros. Os países estão dispostos na ordem da importância da sua representação em 1940.

\*\* — Dos 19 704 "outros" a grande maioria (18 071) é constituída por africanos, escravos ou antigos escravos, dos quais 18 065 de nacionalidade estrangeira e 6 naturalizados.

\*\*\* — É puramente accidental a soma redonda de 10 000, este grupo de "outros" sendo discriminado conforme critérios nossos, diversos dos adotados na apuração do censo de 1890. Entre os 10 000, encontram-se 5 402 africanos, 5 106 dos quais "adotaram a nacionalidade brasileira" (antigos escravos, como já foi advertido no texto).

Entre os principais subgrupos nacionais de estrangeiros, o português é o único com proporção masculina superior à média, sendo composto quase por dois terços de homens. Aproxima-se da média o subgrupo sírio-libanês.

Mostram moderada prevalência masculina os italianos, estadunidenses, espanhóis, alemães, rumenos e austríacos.

Entre os russos, ingleses e poloneses o excedente masculino é muito pequeno.

Prevalece fortemente o sexo feminino entre os argentinos e os franceses.

A predominância masculina nas correntes imigratórias é fenômeno tão conhecido e de óbvias causas, que não vale a pena insistir no assunto. A exceção acima observada para os franceses e os argentinos depende da constituição especial das pequenas correntes imigratórias procedentes destes países.\*

TABELA IV  
DISTRITO FEDERAL

Nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros, segundo a nacionalidade ou naturalidade\*\* e o sexo, em 1.º de setembro de 1940

NACIONALIDADE OU NATURALIDADE*	NÚMEROS ABSOLUTOS		PERCENTAGENS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugueses.....	99 670	54 986	64,45	35,55
Italianos.....	9 745	7 716	55,81	44,19
Espanhóis.....	6 494	5 720	53,17	46,83
Alemães.....	4 759	4 224	52,98	47,02
Sírios, libaneses, turcos.....	4 150	2 761	60,05	39,95
Poloneses.....	3 299	3 270	50,22	49,78
Russos.....	1 458	1 433	50,43	49,57
Franceses.....	861	1 940	30,74	69,26
Rumenos.....	1 151	1 075	51,71	48,29
Inglêses.....	852	844	50,24	49,76
Estadunidenses.....	804	741	54,68	45,32
Argentinos.....	630	922	40,59	59,41
Austríacos.....	726	687	51,38	48,62
Outros.....	4 103	3 564	53,52	46,48
<b>TOTAL.....</b>	<b>138 792</b>	<b>89 883</b>	<b>60,69</b>	<b>39,31</b>

\* — A predominância feminina é característica também de outros menores subgrupos latino-americanos (uruguaios, 221 homens e 414 mulheres; paraguaios, 92 homens e 179 mulheres), em parte em consequência dos casamentos, não raros, de brasileiros com mulheres dessas nacionalidades.

Observara-se a mesma peculiaridade em 1920, com 674 homens e 877 mulheres entre os argentinos, 220 homens e 304 mulheres entre os uruguaios, 86 homens e 207 mulheres entre os paraguaios.

Entre os franceses, em 1920 a predominância feminina já era notável, embora um pouco menor do que em 1940, contando-se 1 249 homens (35,30%) contra 2 289 mulheres (64,70%).

\*\* — Nacionalidade dos nacionais e naturalidade dos ex-nacionais de países estrangeiros.

A diminuição da quota masculina, nos últimos 20 anos, é fenómeno comum aos princi-

pais subgrupos nacionais, como mostra a seguinte comparação.

NACIONALIDADE OU NATURALIDADE	PERCENTAGEM DOS HOMENS	
	1920	1940
Portugueses.....	68,24	64,45
Italianos.....	58,27	55,81
Espanhóis.....	58,22	53,17
Alemães.....	55,49	52,98
Srios, libaneses, turcos.....	65,64	60,05

Entre os portugueses o número dos homens diminuiu de 117 604 em 1920 para 99 670 em 1940, enquanto o das mulheres aumentou de 54 734 para 54 986: contraste singular e revelador da progressiva fixação dos imigrados no país.

Além dos subgrupos acima especificados, os dos ingleses e dos estadunidenses mostram também diminuições da quota masculina (respectivamente, de 56,34% para 50,24%, e de 61,63% para 54,68%). Os russos em 1920 apresentavam uma quota masculina de apenas 45,05%; em 1940 essa quota sobe para 50,43%; embora em sentido inverso às precedentes, também esta variação tende para um maior equilíbrio dos sexos.

6. — A composição por idade da população estrangeira do Distrito Federal modificou-se de maneira radical nos últimos 20 anos.

Reservando-se para outro estudo uma análise pormenorizada da composição por idade da população do Distrito Federal em relação à nacionalidade, expõe-se na tabela V uma comparação sumária, que basta para pôr em evidência as principais variações ocorridas no referido período.\*

O fenómeno fundamental que se manifesta é o do "envelhecimento" da população estrangeira, insufficientemente renovada pelas novas imigrações. Os grupos de idade além do 40.º aniversário, que em 1920 constituíam pouco mais de um terço dessa população (36,05%), em 1940 constituem mais da metade (55,48%); o grupo das idades mais vigorosas, entre o 20.º e o 40.º aniversário, vê diminuir a sua quota de 52,25% para 37,58%; diminui também, de 14,41% para 11,70%, a quota do grupo das idades da infância e da adolescência.

### TABELA V

#### DISTRITO FEDERAL

Distribuição, por grandes grupos de idade, dos nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros, em 1906,\*\* 1920 e 1940

IDADE ANOS COMPLETOS	NÚMEROS ABSOLUTOS			PERCENTAGENS		
	1906**	1920	1940	1906**	1920	1940
0 a 19.....	28 016	27 896	15 819	14,41	11,70	6,94
20 a 39.....	101 164	124 625	85 640	52,04	52,25	37,58
40 a 59.....	54 621	68 908	96 534	28,10	28,89	42,36
60 a 79.....	9 780	15 942	27 978	5,03	6,68	12,28
80 e mais.....	822	1 133	1 912	0,42	0,48	0,84
<b>TOTAL***</b> .....	<b>194 403</b>	<b>238 504</b>	<b>227 883</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

\* — A tabela dá também a distribuição por idade dos nacionais de países estrangeiros em 1906. Falta essa apuração no censo de 1890. No censo de 1872 os dados da distribuição por idade são afetados por erros muito graves, de modo que não parece conveniente tomá-los como referência para comparações.

\*\* — Em 1906 só nacionais de países estrangeiros.

\*\*\* — Exclui-se os estrangeiros de idade ignorada (1491 em 1906; 625 em 1920 e 792 em 1940).

Em cifras absolutas, de 1920 a 1940 diminuiu de 152 521 para 101 459 o número dos estrangeiros de 0 a 39 anos e aumentou de 85 983 para 126 424 o dos de 40 anos e mais.

A composição por idade da população estrangeira em 1906 era pouco diferente da de 1920, como consta das percentagens da tabela V. Torna-se evidente, logo, que os últimos 20 anos marcaram uma modificação notável nessa composição, que se mantivera relativamente estável nos períodos de mais intensa imigração.

O envelhecimento da população estrangeira reflete-se nos dados do seu movimento natural.

Os óbitos de estrangeiros foram 3 591 em 1920; subiram para 4 073 em 1940; a taxa de mortalidade aumentou de 15,02 para 17,81 por 1 000, em contraste com a tendência dominante para a diminuição.

O número dos estrangeiros que contraíram casamento diminuiu de 4 488 em 1920 (2 587 homens e 1 901 mulheres) para 2 559 em 1940 (1 668 homens e 891 mulheres); a respectiva frequência caiu de 18,77 para 11,19 por 1 000.

O número dos homens estrangeiros que tiveram filhos nascidos vivos foi de 7 535 em 1920, de 4 751 em 1939;\* a respectiva frequência diminuiu de 48,57 para 34,23 por 1 000.

O número das mulheres estrangeiras que tiveram filhos nascidos vivos foi de 5 734 em 1920, de 2 584 em 1939;\* a respectiva frequência diminuiu de 68,26 para 28,75 por 1 000.

7. — Resumem-se aqui as principais observações sugeridas pela precedente análise dos resultados do censo de 1940 em comparação com os anteriores.

A população estrangeira do Rio de Janeiro está em franca diminuição. A afluência de imigrantes nos 20 anos decorridos entre os dois últimos censos não foi suficiente para compensar as perdas causadas pelos óbitos e as emigrações, de modo que o número dos estrangeiros diminuiu de mais de 10 000 nesse período. É provável que a diminuição se tenha acelerado nos 40 meses decorridos depois do censo de 1940, em consequência da queda da imigração exterior.

Entre os estrangeiros tende a aumentar o quota dos naturalizados; entretanto essa quota é ainda baixa.

Tem absoluta preponderância, entre os estrangeiros, o subgrupo latino, com mais de

\* Não foram publicados dados para o ano de 1940 acerca da nacionalidade dos pais dos nascidos vivos.

oito décimos do número total; neste grupo predomina fortemente, por sua vez, o subgrupo português.

Embora no conjunto dos estrangeiros o sexo masculino ainda exceda de muito o feminino, é evidente, através do tempo, a tendência para a diminuição do desequilíbrio entre os dois sexos.

A insuficiente renovação dos estrangeiros pela imigração reflete-se na sua composição por idade, em que aumentou muito, nos últimos 20 anos, a quota dos grupos de idades maduras e avançadas.

Este envelhecimento da população estrangeira, por sua vez, repercute nos fenômenos do movimento demográfico, elevando a mortalidade e diminuindo a nupcialidade e a fecundidade.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1943.

Giorgio Mortara  
Consultor Técnico

★

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Departamento Nacional da Produção Mineral  
Divisão de Águas

**CURSOS D'ÁGUA CONSIDERADOS PÚBLICOS** — A Divisão de Águas do D.N.P.M. do Ministério da Agricultura considerou públicos de uso comum do domínio do Estado de Pernambuco e Federal a parte marítima, as águas do curso d'água denominado "Sirinhaém" em toda a sua extensão, as quais nascem no município de Bezerros, percorrem os de Bonito, Água Preta, Gameleira, Rio Formoso e Sirinhaém e limitam os municípios de Amaraji com Bonito de Palmares e o município de Água Preta com o de Ribeirão, todos pertencentes ao referido Estado.

Tratando-se de curso d'água de grande porte estas conclusões se apolaram no art. 6.º do decreto-lei acima citado, no art. 3.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, e nos incisos I e II do art. 29 combinado com o art. 15, ambos do Código de Águas.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1.º) — O curso d'água foi determinado partindo de jusante para montante;

2.º) — Nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

A identificação do curso d'água foi feita segundo os mapas municipais organizados em observância ao Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.

★

## Instituições particulares

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

**ENTREVISTA DO TITULAR DA PRIMEIRA REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA DA AUSTRÁLIA NO BRASIL — OS COSTUMES E CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS DA AUSTRÁLIA** — O ministro Lewis Richard Macgregor, titular da primeira representação diplomática da Austrália no Brasil, concedeu recentemente na A.B.I., presente o Sr. Herbert Moses, que atuou como intérprete, uma entrevista coletiva à imprensa.

Depois de palavras amistosas referentes ao Rio e suas belezas, contou o ministro Macgregor que esteve em Petrópolis e Teresópolis, comentando:

— "Visitei o Museu Imperial que já conhecia através de leituras, e devo afirmar que é ele um monumento interessante e importante para a História do Brasil".

Disse, em seguida:

"A Austrália está resolvida, de acordo com a Carta Mundial, a dar emprego a todas as pessoas. Nesse sentido, um dos fatores mais importantes é fomentar o comércio internacional. Um dos fins da Missão Diplomática Australiana no Brasil é, realmente, dar maior impulso às relações comerciais entre os dois países. Presentemente, desconhecemos, intuitivamente, os nossos recursos naturais e esperamos encontrar meios de nos ajudarmos tam-

bém mutuamente nesse sentido. Após a guerra haverá a reorganização de todas as linhas mercantis e comerciais do mundo. Antigamente, tínhamos comunicações com o Velho Mundo através do cabo da Boa Esperança e, se olharmos para o mapa, veremos que o desvio dos transportes até o porto do Rio de Janeiro não afastará muito os navios de sua rota para o Velho Mundo. Se collocarmos o Rio de Janeiro como ponto de chegada ou de procedência, poderíamos desenvolver nossas relações comerciais de tal forma que, dentro de poucos anos teríamos contacto marítimo direto.

Quanto ao transporte aéreo, esclareceu:

— Penso que só a troca de correspondência poderá ser feita pela aviação. O custo, a não ser do material absolutamente necessário, seria tão grande, que não comportaria o transporte aéreo de carga. Com o fim da guerra haverá transformação da situação para melhor, com o barateamento do transporte aéreo, mas acredito que mesmo assim o transporte de cargas entre o Brasil e a Austrália só poderá ser feito por via marítima.

**INTERCAMBIO COMERCIAL** — Interrogado sobre os artigos que podem constituir um intercâmbio entre os dois países e se o governo australiano está disposto a fomentar a criação de empresas que façam a navegação direta para o Brasil, respondeu o entrevistado:

— "Sem um exame cuidadoso, hesito em indicar esse ou aquele produto. Um dos fins principais da Missão é estudar e verificar in loco essas possibilidades".

O ministro Macgregor, nessa situação da palestra, declarou que a recepção calorosa que teve no Brasil deixou-lhe ótima impressão sobre o êxito desse programa de intercâmbio, sobretudo pelo grande número de pessoas que o tem procurado para felicitar seu governo pelo estabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil. Acrescentou que, neste momento, a Missão Diplomática vai dedicar-se aos trabalhos de observação e de estudo no Brasil e verá da necessidade de estendê-la a outros países sul-americanos, comentando:

— "Quero exprimir aos representantes da imprensa brasileira a satisfação de estar representando a Austrália num país que faz parte das Nações Unidas e agradecer o auxílio de uma Nação Unida a outra que esteve em guerra comum. Apresento, aqui, os cumprimentos a um irmão em armas. Li nos jornais a extraordinária contribuição do Brasil, em homens e material para a guerra e li os feitos dos brasileiros na frente de batalha italiana. Admiro a bravura, a coragem e a vitória obtida pelos soldados brasileiros. Quero lembrar, ainda, com grande satisfação as excelentes relações entre as delegações do Brasil e da Austrália na confecção da Carta Mundial da Conferência de São Francisco, as quais fizeram todo o possível para melhorar aquela Carta, em relação ao que estava em seu texto primitivo.

O ministro Macgregor fala, em seguida, sobre o seu país:

— "A Austrália — declarou — não é exatamente tão grande quanto o Brasil; pouco menor. Como no Brasil, temos climas e produtos diferentes. Venho da parte da Austrália que é semelhante ao Brasil. No Estado de Queensland temos produção de açúcar, ao norte, pastos e frutas de climas temperados, ao sul e minas no interior. Uma parte da costa é regada por chuvas e outra é mais seca. Consequentemente, vindo do norte para o sul do Brasil, sinto-me perfeitamente em casa. A Austrália tem 7 250 000 habitantes, estando atualmente 800 000 homens em serviço de guerra. As nossas perdas em

todos os teatros da luta vão a 80 000 homens, mais de um por cento da população total. Por outro lado, fizemos indústrias de guerra, produzindo aviões, equipamentos de automóvel, pequenos transportes de guerra, munições, etc.. Além do pessoal alistado, grande número de homens e mulheres serviu nas usinas e fábricas e, quando fizemos a estatística dos australianos que participaram na guerra verificaremos que quatro em cinco pessoas em idade militar deram seu esforço para a vitória comum. A nossa contribuição em homens teve consequência econômica, naturalmente, obrigando-nos ao racionamento quanto à comodidade e outras necessidades, sobretudo as de caráter alimentar. Apesar do desafio atual da situação, mantemos ainda o regime de rações para servir às Nações Unidas; isto é, à necessidade das tropas britânicas e norte-americanas na zona do Pacífico e atendemos, também, à população da Grã-Bretanha.

Concluindo, afirmou o entrevistado:

— "No Governo Federal, impera o regime laborista e, de seis Estados que constituem a nação australiana, quatro são laboristas, um laborista agrário e no outro há um governo da Direita. Predomina, assim, no país, o regime laborista. As eleições são realizadas de três em três anos e o Partido Laborista está no poder desde 1941.

★

#### FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

**EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU** — A Expedição Roncador-Xingu, prosseguindo os seus trabalhos pelo interior do Brasil encontra-se a 150 quilômetros das margens do rio das Mortes, ou seja a 450 quilômetros de Aragarças.

No momento, a expedição chefiada pelo coronel Matos Vanique, tendo contornado a serra do Roncador, que fica à sua direita, está no caminho das vertentes da baía do Xingu. O ponto visado, atualmente, é o rio Culuene.

Desta maneira, pode-se dizer que a vertente do Araguaia foi deixada para trás, estando os pioneiros do Brasil Central marchando em direção às vertentes do Xingu.

Como se sabe, Manaus, capital do Amazonas, é o objetivo final da bandeira, que, em seu acampamento atual, se encontra a um oitavo da distância entre aquela capital e Aragarças, na confluência do rio das Garças com o Araguaia.

★

#### SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

**ASSIMILAÇÃO DE IMIGRANTES** — O Sr. Castro Barreto pronunciou, no dia 9 de agosto último, na Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, uma conferência sob o título "Assimilação de Imigrantes", em continuação ao *symposium* sobre "Problemas de População e Imigração no Brasil".

★

#### SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO-DE-JANEIRO

6.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA E DO CONSELHO DIRETOR — ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS — SAUDAÇÃO AO SR. JOSÉ VICENTE TRUJILLO, EMBAIXADOR DO EQUADOR — Realizou-se no dia 8 de agosto último, a 6.ª sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do

Rio-de-Janeiro, sob a presidência do ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior. Iniciados os trabalhos foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. A seguir ingressou na sala de sessões, o Dr. José Vicente Trujillo, embaixador da República do Equador, sendo convidado a tomar lugar na Mesa Diretora dos trabalhos: o ministro J. S. da Fonseca Hermes deu a palavra ao Dr. Arnaldo Claro Santiago, que no impedimento do orador-official Dr. Francisco de Sousa Brasil, saudou os sócios recipiendários Srs: brigadeiro do ar Lúias Augusto Rodrigues, Dr. Guilherme Ellis, Eng.º Artur Cardoso de Abreu, Eng.º Paulo Cabral da Rocha Werneck, Dr. Guilherme Gomes Carneiro, Dr. Paulo Augusto Alves, Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, Eng.º José Carlos Pedro Grande, Eng.º Antônio Hirne Marcolino Fragoço, capitão Arnaldo Santiago Filho, Dr. Clóvis de Macedo Côrtes, Dr. Luis Pedrneiras. Em seguida o ministro J. S. da Fonseca Hermes procedeu à entrega dos respectivos diplomas que conferiram aos recipiendários o título de sócios titulares da Sociedade de Geografia. O Dr. Luis Pedrneiras respondeu a saudação, fazendo uma breve oração na qual aludiu à magnífica visão do ilustre barão do Rio-Branco, por ocasião do tratado provisório de limites com a República do Equador, baseado no acôrdo de 1851, ao mesmo tempo que se congratulava com o embaixador Trujillo pela magnífica solução dada ao litígio de fronteiras entre o Peru e o Equador. O comandante Luis Alves de Oliveira Belo, fez uma saudação ao brigadeiro do

ar Lúias Augusto Rodrigues, congratulando-se com a Sociedade pela entrada de tão ilustre e operoso geógrafo militante. O brigadeiro Lúias Rodrigues agradeceu a saudação, declarando que quanto mais estudava e conhecia o Brasil mais aprendia a amá-lo. O recipiendário Dr. Guilherme Ellis ofereceu à Sociedade uma bellissima medalha comemorativa com a effigie do barão do Rio-Branco datada de 1910 com a inscrição "Labor et scientia — Brasíliæ Integratio". Em continuação o ministro J. S. da Fonseca Hermes, saúda o embaixador José Vicente Trujillo, agradecendo o interesse que o mesmo prestou à Sociedade de Geografia, comparecendo a várias sessões durante sua curta mas profícua permanência entre nós, e deu em seguida a palavra do sócio efetivo Dr. Avelino Pessoa Cavalcante, que fez o discurso official em nome da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro ao ilustre embaixador Trujillo que partia para sua pátria onde ia assumir o posto de ministro das Relações Exteriores. O embaixador Trujillo, agradece em palavras singelas e fluentes a homenagem tributada pela Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, entendendo seus agradecimentos à Sociedade Brasileira de Filosofia, prometendo que em outubro vindouro, durante a Conferência dos Chanceleres no Rio-de-Janeiro, retornaria para fazer uma conferência na sede da Sociedade de Geografia. Sob calorosos aplausos dos presentes o ministro J. S. da Fonseca Hermes agradeceu o comparecimento de todos e deu por encerrada a sessão.

★

## Certames

### II CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E INDÚSTRIA

Promovido pelo Clube de Engenharia, do Rio-de-Janeiro, e com o concurso de associações técnicas e industriais, deverá realizar-se este ano, na capital da República, o II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, como contribuição dos engenheiros brasileiros na reconstrução econômica e social do Brasil. O I Congresso foi realizado no Rio-de-Janeiro, no ano de 1900, também sob os auspícios desse Clube.

Na reunião deste ano serão examinados e debatidos os problemas fundamentais da engenharia e da indústria, tendo em vista estabelecer as condições para o desenvolvimento harmônico da técnica e da economia do Brasil, no sentido do seu progresso social.

A sessão de abertura dos trabalhos do II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria está marcada para o dia 15 de novembro próximo.

O II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria que se reunirá na Capital Federal, entre 15 e 25 de novembro deste ano, será composto das Comissões Técnicas seguintes: Planejamento geral do país — Planejamento econômico e financeiro — Planejamento da energia — Planejamento industrial — Planejamento rural — Planejamento urbano — Planejamento dos transportes e comunicações — Planejamento do ensino técnico e profissional — Planejamento da mão de obra.

São os seguintes os temas a serem discutidos:

Primeira Comissão — Planejamento geral do país. 1) — Contribuição da engenharia para a planificação econômica do país, de forma a

permitir plena cooperação de todas as suas atividades e de promover o mais alto grau de segurança econômica do indivíduo com a máxima garantia para sua liberdade, dentro dos princípios democráticos.

2) — Estudo das conclusões dos Congressos Brasileiros de Economia e Indústria.

3) — Censo das necessidades gerais e capacidade produtora das diferentes regiões econômicas do país; produção e consumo, importação e exportação.

4) — Carta geográfica e organização cadastral do Brasil.

5) — Esferas de ação do Estado e da iniciativa particular na economia planejada.

Segunda comissão — Planejamento econômico e financeiro. 1) — Contribuição da engenharia para maior desenvolvimento do país, para facilitar circulação das riquezas, ampliando e melhorando os sistemas de transportes.

2) — Plano geral de aproveitamento do saldo das dívidas existentes no estrangeiro para o reequipamento das indústrias, do transporte e das atividades minerais e rurais.

3) — Criação de novos institutos de crédito e constituição de carteiras de crédito rural e industrial nos bancos existentes.

4) — Medidas de emergência para combater a inflação. Custo de produção política monetária e política de preços. Obras públicas, reprodutivas e adiáveis.

5) — Legislação tributária; tarifas aduaneiras.

Terceira Comissão — Planejamento da energia. 1) — Contribuição da engenharia para o aproveitamento racional de todas as fontes naturais de energia.

A) — Hulha branca. 1) — Estudo das bacias hidrográficas. 2) — Planificação do aproveitamento racional das águas, tendo em vista seu potencial, navegabilidade e utilização como fontes de abastecimento e irrigação.

B) — Combustíveis sólidos. 1) — Carvão nacional — Extração — Beneficiamento — Transportes — Utilização — Carvão vegetal. 2) — Produtos piro-betuminosos. 3) — Lenha — Reservas florestais — Plano de reforestamento. 4) — Outros combustíveis sólidos.

C) — Combustíveis líquidos. 1) — Petróleo — Plano geral de prospecção de lençóis petrolíferos no Brasil. 2) — Alcool motor — Plano geral para incremento da produção. 3) — Óleos vegetais e minerais. 4) — Transporte de combustíveis líquidos. 5) — Outros combustíveis líquidos.

D) — Combustíveis gasosos. 1) — Plano geral para utilização de combustíveis gasosos industriais ou naturais.

E) — Energia elétrica. 1) — Planificação para suprimento de energia elétrica abundante e a baixo preço às populações, às empresas de transporte, às empresas industriais e para mecanização dos meios de produção. 2) — Planejamento e localização de usinas geradoras hidro e termo-elétricas. 3) — Delimitação das zonas de influência e interligações de sistemas elétricos.

Quarta comissão — Planejamento industrial. 1) — Contribuição da engenharia à planificação industrial — Planejamento das necessidades nacionais — Geografia industrial — Problemas de transportes das matérias primas e produtos manufaturados — Planos de financiamento e operações de crédito. 2) — Padronização dos produtos da indústria. 3) — Pesquisas técnicas e laboratórios.

A — Indústrias extrativas. 1) — Planos de prospecção e carta geológica do Brasil. 2) — Industrialização dos produtos vegetais. 3) — Industrialização dos produtos minerais. 4) — Problema específico da borracha.

B — Indústrias de produtos vegetais e animais. 1) — Produtos de origem animal: lã, seda, etc. 2) — Produtos de origem vegetal: celulose, madeira, resinas, óleos, etc. 3) — Produtos alimentícios.

C) — Indústrias de base. 1) — Metalurgia de primeira fusão: ferro gusa, ferro-ligas, alumínio, magnésio, níquel, chumbo, estanho, etc. Viabilidade e localização das indústrias. 2) — Indústria química: — ácidos (sulfúrico, nítrico e clorídrico). Bases alcalinas (soda cáustica, potassa e amônia). Explosivos, adubos, viabilidade e localização das indústrias. 3) — Outras indústrias de base — Cimento, etc.

D) — Indústrias pesadas. 1) — Indústria de material de transporte — Material ferroviário, automóveis, aviões e navios. Viabilidade e localização das indústrias. 2) — Indústria mecânica: máquinas motrizes e operatrizes — Viabilidade e localização das indústrias.

E) — Indústrias de transformação. 1) — Evolução das indústrias de transformação. 2) — Fontes de novas matérias primas para as indústrias de transformação.

Quinta comissão — Planejamento rural. 1) — Contribuição da engenharia à planificação rural — Planejamento das necessidades nacionais — Localização das indústrias da agro-pecuária. Problemas dos transportes rurais — Planos de financiamento e operações de crédito agrícola.

Engenharia rural — 1) — Saneamento rural. Obras hidráulicas — Irrigação. 2) — Eletrificação rural. 3) — Produção de energia em

pequenas usinas. 4) — Mecanização da lavoura. 5) — Instalações rurais, ensilagens e armazenamento. 6) — Transportes rurais. Extensão das rodovias e ferrovias para novas zonas de colonização. 7) — Defesa e incremento da riqueza florestal. 8) — Conservação do solo — Defesa contra a erosão. Adubação, etc.

9) — Cooperativismo rural.

Sexta comissão — Planejamento urbano.

1) — Contribuição da engenharia para solução dos problemas da habitação, transporte e abastecimento dos centros urbanos.

Engenharia urbana. 1) — Estruturação e remodelação das cidades: Plano diretor, zoneamento, legislação. 2) — Saneamento urbano: água e esgotos, resíduos, necrópoles. 3) — Habitação e construções urbanas. 4) — Circulação e transportes urbanos. 5) — Energia e comunicações urbanas. 6) — Serviços de utilidade pública: concessão, exploração e financiamento. 7) — Evolução das cidades: Elaboração, controle, financiamento, execução dos planos de urbanização.

Sétima comissão — Planejamento dos transportes e comunicações. 1) — Contribuição da engenharia à planificação dos transportes — Plano geral de viação nacional — Transportes de superfície e aéreos — Coordenação dos transportes — Planos de execução das redes de transportes — Financiamento. 2) — Legislação dos meios de transporte e comunicação. 3) — Tributação das áreas marginais das estradas.

A) — Estradas de ferro. 1) — Administração pública ou privada. Entidades autárquicas — Nacionalização das empresas — Uniformidade administrativa. 2) — Problemas do combustível — Planificação da eletrificação, lenha e reforestamento — Carvão nacional — Óleo combustível. 3) — Normas técnicas — Material fixo e rodante. Padronização do material — Oficinas — Traçados — Problemas de conservação — Unidade técnica. 4) — Exploração comercial — Política tarifária — Problemas do tráfego. 5) — Fundo ferroviário de renovação e conservação.

B) — Estradas de rodagem. 1) — Administração rodoviária federal e estadual — Unificação de empresas — Pequenos transportadores. 2) — Problemas do combustível — Gasolina — Alcool motor e gasogênios — Óleo Diesel. 3) — Normas técnicas — Veículos — Padronização do material — Superfícies de rolamento — Problemas de conservação — Unidade técnica. 4) — Exploração comercial — Política tarifária e problemas de trânsito. 5) — Fundo rodoviário de conservação e renovação.

C) — Portos e navegação. 1) — Administração — Entidades autárquicas — Uniformidade administrativa. 2) — Problemas do combustível — Lenha — Óleo — Carvão. 3) — Normas técnicas — Renovação da frota. Regularização de rios. Construção e aparelhamento dos portos — Estaleiros — Unidade técnica. 4) — Exploração comercial — Política tarifária — Problemas do tráfego. 5) — Fundo de conservação e renovação.

Navegação marítima. 1) — Administração — Entidades autárquicas — Unificação de empresas — Uniformidade administrativa. 2) — Problemas do combustível. 3) — Normas técnicas — Renovação da frota — Frota carvoeira e petroleiros — Linhas de navegação — Construção e aparelhamento dos portos — Dragagem — Estaleiros — Unidade técnica. 4) — Exploração comercial — Fretes marítimos e tarifas portuárias — Problemas do tráfego marítimo, de cabotagem e a longo curso. 5) — Fundo de conservação e renovação.

D) — Aeronáutica. 1) — Administração — Unificação das empresas — Uniformidade administrativa. 2) — Problemas do combustível. 3) — Renovação da frota aérea — Estaleiros — Planificação para construção de campos de pouso. 4) — Exploração comercial — Política tarifária — Problemas do tráfego. 5) — Fundo de conservação e renovação.

E) — Comunicações. 1) — Comunicações postais, telegráficas e telefônicas. Ampliação do correio aéreo e da rede telegráfica — Problemas das tarifas. 2) — Radiocomunicações — Plano geral para a extensão da radiotelegrafia e radiotelefonía, nacional e internacional — Problemas das tarifas — Rádio difusão e televisão. 3) — Comunicações telegráficas, telefônicas, radiocomunicações e sinalização nas empresas de transportes.

Oitava comissão — Planejamento do ensino técnico e profissional. 1) — Contribuição da engenharia para elevação do nível intelectual dos profissionais e técnicos a fim de lhes ser assegurada vida e bem estar social, compatíveis com a missão que devem cumprir. 2) — Educação generalizada — Formação moral e cultural. 3) — Financiamento do ensino — Subvenções, pública e particular do ensino — Autarquia das Universidades dos diversos graus — Ensino gratuito — Bolsas de estudos. 4) — Material didático — Livros, publicações. 5) — Estruturação e articulação do ensino técnico e profissional de todos os graus.

A) — Ensino profissional. 1) — Estruturação do ensino profissional. 2) — Estudos das sugestões da II Convenção Nacional de Engenheiros.

(São-Paulo — 1940). 3) — Formação de professores e mestres de serviço. 4) — Seleção profissional. 5) — Artesanato. 6) — Aprendizagem prática e remunerada.

B) — Ensino da engenharia. 1) — Estruturação e reforma do ensino da engenharia. 2) — Estudo das sugestões da III Convenção Nacional de Engenheiros. (Belo-Horizonte — 1942). 3) — Estabelecimentos de Ensino. 4) — Laboratórios e estações experimentais. 5) — Formação de professores. 6) — Ensino extra curricular. 7) — Aprendizagem prática e remunerada. 8) — Definição do campo das diversas especialidades da engenharia. 9) — Revisão das regulamentações da classe e do ensino da engenharia.

Nona comissão — Planejamento da mão de obra. 1) — Contribuição da engenharia para a formação e aperfeiçoamento do fator humano, dentro de um adequado regime de justiça social. 2) — Problemas do pessoal — Direitos e aspirações. 3) — Política imigratória — Colonização e integração do trabalhador alienígena na coletividade nacional — Zoneamento — Legislação. 4) — Mecanização do trabalho. 5) — Aproveitamento das terras que circundam os grandes centros urbanos e industriais. 6) — Educação e higiene das populações rurais e urbanas. 7) — Assistência e previdência social — Plano para construção de habitações populares. 8) — Remuneração do trabalho — Participação nos lucros. 9) — Contratos e remuneração dos técnicos. 10) — Combate ao pauperismo. 11) — Organização do trabalho — Leis trabalhistas e sindicalização.



## Unidades Federadas

### PARANÁ

#### Departamento das Municipalidades

EMPOSSADO O NOVO DIRETOR — Realizou-se no dia 6 de agosto último, no Departamento das Municipalidades, a cerimônia de posse do Sr. Pedro Firman Neto, recém-nomeado, para exercer as altas funções de diretor daquele importante órgão da pública administração.

O ato foi presidido pelo Exmo. Sr. interventor Manuel Ribas, contando com a presença do major Altevir Soares, representante do general Mário Ari Pires, padre Falaz, representante de D. Ático Eusébio da Rocha, major Fernando Flores, secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, Sr. Rosaldo de Melo Leitão, secretário da Fazenda e outras autoridades.



### RIO-GRANDE-DO-SUL

A INAUGURAÇÃO DA PONTE URUGUAIANA — PASO DE LOS LIBRES — A I EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE PECUÁRIA — DECLARAÇÕES DO EMBAIXADOR BATISTA LUZARDO — O embaixador Batista Luzardo, nosso representante diplomático em Buenos Aires, concedeu, recentemente, à imprensa de Porto-Alegre, uma entrevista na qual abordou além de numerosos assuntos, a inauguração da ponte Uruguaiana-Paso de los Libres e a I Exposição Internacional de Pecuária. Sobre as solenidades da inauguração da ponte Internacional Brasil-Argentina, construída entre as cidades de Uruguaiana e Paso de los Libres, disse o embaixador Batista Luzardo:

“Esta solenidade será um dos maiores acontecimentos da vida dos dois grandes e prósperos povos deste Hemisfério. O ato, conforme já fora divulgado, foi marcado para o dia 12 de outubro — dia das Américas. A gigantesca ponte que, de forma positiva, pelas suas poderosas colunas de aço e cimento, unirá ainda mais os dois países, que proporcionarão assim maiores possibilidades para que os seus filhos continuem construindo a sua felicidade e consolidando a grandeza econômica comum, será inaugurada com a presença do general Edelmiro Farrell, presidente da Argentina, e Sr. Getúlio Vargas, presidente do Brasil. Os dois chefes de Estado estarão acompanhados de diversos ministros e altas figuras governamentais”.

“Pelas informações que possuo — prossegue o embaixador J. Batista Luzardo — o governo argentino pretende inaugurar a ponte internacional de Uruguaiana-Paso de los Libres com solenidades e pompa que, terão repercussão continental. Para tanto, aquele governo, não poupará esforços. De uma forma eloquente, divulgará a todos os quadrantes do mundo, da importância deste fato e do quanto significará o encontro general Edelmiro Farrell-Getúlio Vargas para a prosperidade das duas grandes pátrias e as demais nações vizinhas sul-americanas”.

“Desta forma, a progressista Uruguaiana, está escolhida para construir o cenário do grande Livro de Ouro da Política de “boa vizinhança” que está sendo praticada pelo Brasil e Argentina, a fim de ser escrito um dos maiores e talvez mais importantes capítulos da nova política que seguiremos para o futuro. Talvez será a inauguração de um novo e promissor caminho para o futuro do nosso progresso e da

nossa grandeza cultural, econômica e industrial. Uruguiana, portanto, será o cenário para o qual, serão, em breve, deslocadas as atenções de todos os povos da América Latina”.

Comentando a importância da ponte internacional Uruguiana-Paso de los Libres para o desenvolvimento econômico do Sul do Brasil com as cidades do interior da Argentina, do Paraguai e da Bolívia, em certa altura da palestra, disse o embaixador J. Batista Luzardo:

“A projeção da mencionada ponte nas relações econômicas e políticas das repúblicas sul-americanas, especialmente, para uma maior aproximação entre as populações do interior da Argentina, Paraguai e Bolívia com as nossas cidades dos Estados do Sul é de uma importância incalculável. É indescrevível a contribuição que esta realização ciclópica proporcionarà para uma maior vinculação entre os povos deste Hemisfério. Serão milhares os automóveis procedentes de todos os recantos destes países que, em diferentes direções, percorrerão as nossas cidades trazendo e levando o progresso, cultura e, sobretudo, consolidando os laços de amizade já existente”.

“Para Uruguiana e todo o Sul do Brasil abrem-se perspectivas de um progresso simplesmente extraordinário. Grandes casas comerciais, poderosas fábricas, granjas-modéio, serão construídas fundadas e organizadas em Uruguiana. Será um verdadeiro entreposto de intercâmbio comercial com o Paraguai, Bolívia e principais cidades do interior da Argentina da zona do Norte”.

“Além destes detalhes, que reputo de grande importância — prossegue o embaixador J. Batista Luzardo — estão sendo feitos estudos para a possível revisão e ampliação do atual tratado comercial existente entre o Brasil e a Argentina assinado em 1935. Com as atuais necessidades, para um maior intercâmbio entre os dois países exigem uma adaptação às atuais circunstâncias, bem como a preparação do ambiente para o futuro, os técnicos e especialistas, em assuntos de finanças, economia e intercâmbio comercial, estão estudando, e com carinho, as atuais necessidades para a assinatura de um novo e mais atualizado tratado comercial entre as duas Repúblicas. Pode-se dizer que, é muito provável, que o mencionado documento seja assinado em Uruguiana, por ocasião da inauguração da majestosa ponte internacional. O referido tratado, posso assegurar, que será um documento que atenderá aos superiores imperativos de uma ampla consolidação da frente econômica argentino-brasileira”.

Continua o embaixador J. Batista Luzardo: “estão sendo feitos estudos, a fim de que possa ser assinado um acordo aduaneiro entre o Brasil e Argentina, pelo qual, serão abolidas as barreiras alfandegárias atualmente existentes ao longo da linha da fronteira dos dois países. Será procedida, desta forma, à tão almejada união aduaneira, ainda que parcial, vigorando apenas, — segundo consta dos estudos preliminares — para as cidades da fronteira das duas Repúblicas, não havendo alteração quanto à entrada de mercadorias pelos portos, até que seja elaborado um novo tratado, de acordo com o que preconizam as Nações Unidas, a extinção completa das barreiras alfandegárias.

“Embora parcial, já será um grande passo para proporcionar uma nova era de progresso para as populações do interior dos nossos países, especialmente, as que vivem ao longo da linha divisória e respectivas cidades mais para dentro do território de cada nação. É uma medida de grande alcance para uma maior vinculação e progresso das duas Pátrias amigas.

“Além destas realizações — continua S. S. — é preciso não esquecer que a 1.<sup>a</sup> Exposição

Internacional de Pecuária que será inaugurada a 12 de outubro, em Uruguiana, logo após as solenidades relativas à ponte internacional, será outro acontecimento de remarcada projeção continental. Centenas de *cabafieros* uruguaios, argentinos e brasileiros far-se-ão representar condignamente nesta grande parada de trabalho dos povos amigos deste recanto do Novo Mundo. Será uma das mais lindas realizações, no setor rural, de quanto temos feito até hoje. Será um novo e brilhante capítulo que escreveremos em nossa história comum de povos que sabem se admirar e respeitar.

“Por essa ocasião, segundo me consta — continua o embaixador J. Batista Luzardo — os ruralistas uruguaios, argentinos e brasileiros examinarão os mais palpantes problemas que interessam às suas atividades e que reclamam sua defesa comum, a exemplo do que costumam fazer os comerciantes e industrialistas quando debatem assunto que diz respeito com suas atividades e imprimem rumos que mais se adequarem aos superiores imperativos dos povos. Logo os ruralistas sul-americanos podem e devem realizar periodicamente os seus congressos e traçar os rumos que mais se entrarem dentro da situação do comércio internacional de carnes.

“Portanto, será o início para a formação de uma verdadeira consciência ruralista sul-americana. Igualmente, neste dia será dado um grande passo para a instituição de um intercâmbio mais intenso entre os ruralistas do Prata com os seus colegas do Brasil. E neste sentido temos e devemos trabalhar com todo o entusiasmo. Temos que acabar com a política de portas fechadas.

Proseguindo diz o embaixador J. Batista Luzardo — “que, tanto as solenidades da inauguração da monumental ponte internacional — verdadeiro orgulho do gênio empreendedor dos povos das duas grandes pátrias — como a abertura da 1.<sup>a</sup> Exposição Internacional de Pecuária, a realizarem-se no dia 12 de outubro vindouro, em Uruguiana, constituirão o maior acontecimento da história da política da “boa vizinhança” das Repúblicas deste Continente.

“Os governos das duas nações, como os dirigentes das mais diversas classes sociais e econômicas, estão trabalhando ativamente, neste sentido, para que o encontro Farrell-Getúlio Vargas alcance projeção continental.

“Por outro lado, das conversações que mantive com o coronel Ernesto Dorneles, interventor federal, e diversos secretários de Estado e outras personalidades da administração pública, ficou combinado que os trabalhos e preparativos para o grande dia, sejam ativados ao máximo possível, a fim, de que, tudo seja realizado como desejamos. De toda parte, obtive promessa formal que, tudo seria facilitado para que, tanto o monumental parque da Sociedade Agrícola e Pastoral como as obras complementares de outros setores, sejam concluídas com a devida antecedência. Portanto, tudo está correndo admiravelmente bem.

“Por outro lado, de Buenos Aires, continuarei mantendo ligação permanente com o capitão Dr. Bayard Lucas de Lima — jovem e inteligente governador municipal — prestando-lhe as informações das combinações que fomos fazendo com o governo da nobre pátria argentina, a fim de que possa ir, gradualmente, ativando a marcha dos preparativos para o maior dia dos povos sul-americanos: 12 de outubro, data em que serão inauguradas duas iniciativas de invulgar projeção. Desta forma, o capitão Bayard Lucas de Lima estará ao par de todas as iniciativas governamentais e com aquela capacidade e inteligência que tanto o caracteriza, em companhia de outros valores

que o apóiam e com êle trabalham, darão o mais cabal desempenho.

"Da mesma forma também tenho feito combinações com o *cabañero* Hermes Pinto, presidente da Sociedade Agrícola e Pastoral, para que os trabalhos que estão sendo realizados no seu setor de atividade, sejam os mais completos. Pelo que tenho visto e pelas informações colhidas, levo as melhores impressões, certo de que, no dia aprazado, a 1.ª Exposição Internacional de Pecuária, de Uruguiana, será igual à de Palermo. Para tanto, conto igualmente com a colaboração de todos os ruralistas daquela terra e do Rio Grande do Sul inteiro.

"Por sua vez, a União dos Criadores do Rio Grande do Sul, presidida pelo *cabañero* Gaspar Carvalho, ciente da responsabilidade que pesa sobre os seus ombros, está desenvolvendo um trabalho admirável, estabelecendo ligação com todos os seus associados do Estado, como com os seus colegas do Uruguai e Argentina, convidando-os para que compareçam ao maior certame internacional da história do ruralismo riograndense. Pela marcha dos trabalhos, confio que, a grande parada de outubro, será uma das mais empolgantes demonstrações do que podem realizar os povos amigos, deste continente, para a prosperidade coletiva.

"E, nesta marcha, neste entusiasmo edificante, nesta boa vontade que anima a todos os homens que desejam ver a nossa pátria cada vez maior e mais bela, continuam os trabalhos e atividades preparatórias para as grandes solenidades que terão efeito em Uruguiana, no dia 12 de outubro vindouro. E Uruguiana — aquela histórica "Rainha do Uruguai" — festivamente receberá os milhares de forasteiros que acorrerão ao seu seio e, o povo fidalgo, daquele recanto do nosso torrão gaúcho, honrando as suas tradições de cavalheirismo, de braços abertos, hospedará a todos aqueles que se propuserem confraternizar com êle e trabalhar pela sempre crescente prosperidade econômica das pátrias livres deste Hemisfério e consolidando, para a eternidade, a nossa felicidade comum" — conclui o embaixador J. Batista Luzardo.

★

## SÃO-PAULO

## Instituto Histórico e Geográfico

7.ª SESSÃO ORDINÁRIA — Realizou-se no dia 5 de julho passado, a sétima sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sob a presidência do Sr. A. P. Aguiar Whitaker.

Iniciando os trabalhos, o Sr. presidente comunica que se encontra na ante-sala o sócio recentemente eleito, Sr. Antônio Barreto Amaral, motivo por que nomeia uma comissão composta dos Srs. Amador Florence, Sá Carvalho e Campos Aguirra, para introduzi-lo no recinto, o que foi feito sob palmas dos presentes. O sócio recipiendário foi saudado pelo Sr. presidente, que se refere ao trabalho inédito apresentado como credencial para seu ingresso no Instituto, sobre a fundação de São Paulo, o qual mereceu francos elogios da Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios.

Ainda com a palavra, o Sr. presidente forma que se encontram presentes à sessão ilustres visitantes do Estado de Santa Catarina, o vice-diretor da Biblioteca Pública de Florianópolis, Sr. Hermes Guedes da Fonseca e senhora, e o diretor da secção industrial da Penitenciária do Estado de Santa Catarina, Sr. Ubaldo Bricighelli.

Por proposta aprovada do Sr. Amador Florence foi dispensada a leitura da ata da sessão extraordinária de 25 de junho.

Com a palavra o Sr. Bueno de Azevedo Filho, lê um trabalho sobre a vida do almirante Boiteux, um dos mais antigos sócios do Instituto e recentemente falecido, pedindo que constasse da ata um voto de pesar e que, como de praxe, fosse oficiado à família do morto nesse sentido. Esse trabalho é precedido de uma relação dos mais antigos sócios vivos do Instituto, discriminados por classes, fundadores, efetivos, honorários e correspondentes, com especificação dos respectivos nomes e a data de sua admissão para o sodalício.

Ainda com a palavra, o Sr. Bueno de Azevedo Filho pede um voto de simpatia da casa em relação com a iniciativa do sócio correspondente, professor Paul Rivet, de Paris, que acaba de fundar naquela capital o "Instituto dos Estudos Superiores do Brasil", o que demonstra com eloquência o seu entusiasmo para as coisas de nossa terra. Com a palavra o Sr. presidente, declara que julga desnecessário consultar a casa a respeito das duas propostas que acabavam de ser apresentadas, estendendo-se na apreciação do merecimento do Sr. professor Paul Rivet, que já pronunciara uma notável conferência no nosso Instituto, a respeito da origem do homem americano, que para S. S. não é de uma só procedência, mas que veio principalmente da Ásia, pelo sul do oceano indico, há uns seis milhões, quando a zona glacial era de menor extensão.

Pelo Sr. Bueno de Azevedo Filho foram entregues à Mesa alguns volumes de publicações do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, oferecidos pelo Sr. João Lélis Vieira, diretor desse Departamento.

O Sr. Aguiar Whitaker pede um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sílvio Portugal, ocorrido no dia 18 de junho, esclarecendo S. S. que o elogio oficial desse eminente consócio seria feito na sessão magna de 5 de novembro, conforme disposições estatutárias.

Na segunda parte dos trabalhos, em sessão secreta, foram discutidas e aprovadas várias propostas para sócios efetivos.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra, foi encerrada a sessão.

★

8.ª SESSÃO ORDINÁRIA — IMPRESSÕES DE UMA VIAGEM AOS ESTADOS UNIDOS — Realizou-se no dia 6 de agosto próximo passado a oitava sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sob a presidência do Sr. A. P. de Aguiar Whitaker.

Foram empossados os sócios eleitos, Srs. Renato Silveira Mendes e Ari Nogueira França. O Sr. presidente saudou os novos sócios, expressando a satisfação do Instituto pelo que é de esperar da cultura técnica de ambos. Em seu nome e no de Sr. Ari Nogueira França, falou o Sr. Renato Silveira Mendes, agradecendo a recepção.

Por proposta do Sr. Igor Dolgorukij, foi dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

Com a palavra o Sr. presidente, comunica que a convite do Instituto o general João Pereira de Oliveira fará, no dia 16, uma conferência sobre *Matias Aires Ramos da Silva de Eça*, e o Dr. Alcindo Sodré, no dia 20 sobre *A Viagem de Dom Pedro II ao Rio Grande do Sul*. Com a palavra o Sr. Alfredo Gomes, declara que se encontra autorizado a comunicar que por motivos de natureza militar não poderá o Sr. general João Pereira de Oliveira vir a São Paulo no dia anunciado, razão por que deseja que a sua conferência fique adiada *sine die*.

Depois da discussão regulamentar das propostas para novos sócios, foram eleitos os Srs. José Ribeiro de Araújo Filho, João Dornas Filho, coronel Herculano Teixeira de Assunção e Alcindo de Azevedo Sodré, sendo o primeiro para a categoria de sócio efetivo e os demais para a de sócios correspondentes.

A seguir, a professora D. Francisca Rodrigues ocupa a tribuna para fazer uma dissertação livre a respeito de suas impressões sobre os Estados Unidos da América do Norte, onde esteve recentemente em viagem de estudos. Chama a atenção dos consócios para a ignorância relativa em que vivemos a respeito da grande nação amiga, fantasiando perigos inexistentes, de conquistas territoriais e quejandas invencionices que não encontram o menor fundamento nos atos positivos da política fraternal de seus dirigentes. Depois de referir-se à demorada visita que fez à Biblioteca de Boston — a capital cultural dos Estados Unidos — onde lhe foi dado manusear raridades bibliográficas relativas à primeira viagem de descobrimento do rio Amazonas, por Pedro Teixeira, demora-se a conferencista na descrição do que observou no vale do Tennessee, em uma escola rural modelo norteada por princípios dignos de serem imitados, e que preenche a sua finalidade ministrando instrução variada a trinta mil alunos, em uma cidadezinha que não contará mais de dois mil habitantes. Era a escola que eu procurava, insiste a conferencista, por maneira incisiva, que bem resume o seu entusiasmo para os assuntos referentes à pedagogia, finalidade precípua de sua excursão por aquelas plagas. Em Filadélfia o problema do negro americano lhe mereceu atenção especial, pelo contraste que essa importante questão racial oferece com o que se passa entre nós, onde a absorção gradual do elemento negro se processa sem atritos de ordem moral e social, e, sobre-

tudo, em perfeita comunhão de esforços para a consecução dos ideais da pátria. Depois de referir-se rapidamente à vida política dos Estados Unidos, que, a não ser na seriedade da apuração dos votos, não difere essencialmente da nossa, com seus cabos eleitorais, a cabala, os processos mais ou menos escusos de angariar votos, insiste a conferencista na gentileza do povo americano e no interesse sincero que lhe foi dado observar por tudo o que se refere ao Brasil.

A seguir o Sr. presidente, exaltou o merecimento da palestra da professora D. Francisca Rodrigues.

O Sr. Amador Florence, depois de fazer ver que da palestra da professora D. Francisca Rodrigues ressalta a preocupação máxima dos dirigentes da grande nação amiga, de formar os seus cidadãos, passa a tratar dos expedicionários brasileiros que acabavam de regressar do teatro da guerra sugerindo que o Instituto tomasse a iniciativa de pedir ao Ministério da Guerra a relação dos nomes de todos os soldados do Estado de São Paulo que tomaram parte na campanha, para que fôsse conservado nas páginas da *Revista*, como homenagem aos nossos bravos. O Sr. Alfredo Gomes observa que o pedido deve ser dirigido ao Sr. general comandante da 2.ª Região Militar, de São Paulo, a quem compete dirigir-se ao comandante do 6.º R. I., de Caçapava, constituído pelos gloriosos soldados que acabavam de regressar do campo de luta. Com a palavra o Sr. presidente, declara julgar desnecessário pôr em discussão a proposta do Sr. Amador Florence, acrescentando que a Mesa iria estudar a maneira mais eficiente de dar-lhe cabal cumprimento.

Nada mais havendo a ser tratado, e por ninguém mais haver feito uso da palavra, foi encerrada a sessão.

★

## Municípios

### ARARAQUARA (São-Paulo)

128.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — Comemorou-se festivamente no dia 22 de agosto último o 128.º aniversário de fundação da cidade de Araraquara. Do programa das comemorações, organizado pelo prefeito municipal, Sr. Camilo Gavião de Sousa Neves, e com a adesão de numerosas associações, constou a inauguração de vários melhoramentos entregues à população local.

★

### BRUSQUE (Santa-Catarina)

80.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — Comemorou-se, com grande festividades, no dia 6 de agosto último, o 80.º aniversário da fundação do município de Brusque.

★

### GOIANIA (Goiás)

EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA AO ARAGUAIA — Encontra-se, presentemente, em Goiânia, a expedição científica, patrocinada pelo Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, e que deverá seguir com destino à mesopotâmia Araguaia-Xingu, com o objetivo de efetuar o levantamento topográfico dessa zona do país. A referida expedição, que é chefiada

pelo general José Vieira da Rosa, deverá também entrar em contacto com doze tribos de índios não civilizados.

Todo o material a ser usado já se encontra na cidade goiana, de Anápolis e o ponto de partida da expedição será Leopoldina, local onde iniciará a descida desse rio, até a Barra do Tapirapé onde procederá ao levantamento do Araguaia e seus inúmeros lagos até as cabeceiras do Roncador. Concluído esse trabalho, o divisor das águas Liberdade-Tapirapé, efetuando também se possível, o levantamento do Tapirapé até as cabeceiras.

Serão percorridos cerca de 500 quilômetros, do noroeste de Mato Grosso, próximo à fronteira com o Pará, em zonas completamente desconhecidas do homem. A expedição leva médico, astrônomo, botânico, geólogo, zoólogo-taxidermista, cinematografista, fotógrafo, rádio-telegrafista, além de outros auxiliares.

★

### MARIANA (Minas-Gerais)

BI-CENTENÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — Comemorou-se com grandes festividades nos dias 15 e 16 de agosto último o bi-centenário de fundação da cidade de Mariana, um dos primeiros núcleos de população de Minas Gerais. Do programa das comemorações constou uma sessão solene, presidida pelo Sr. Sal-

vador Ferrari, prefeito municipal, de inauguração simbólica de diversas obras, que assinaram a passagem do ano jubilar.

★

#### NITERÓI (Rio-de-Janeiro)

##### Escola Técnica de Comércio Martim Afonso

**INAUGURAÇÃO DA SALA DE GEOGRAFIA** — Na Escola Técnica de Comércio Martim Afonso, foi inaugurada no dia 27 de agosto último, a Sala de Geografia, por iniciativa dos alunos da 1.<sup>a</sup> série do Curso Comercial Básico, sob a regência do professor José Inácio de Araújo, que usou da palavra para oferecer a festa da qual foi promotor, à Diretoria da Escola.

A seguir usaram da palavra os alunos José da Silva Campos e Aléio José Ribeiro que em nome dos seus colegas, fizeram entrega do material geográfico ao diretor da Escola, Sr. Floridoaldo Cabral.

★

#### PÓRTO-VELHO (Território do Guaporé)

**VISITA DO EMBAIXADOR ADOLF BERLE JÚNIOR** — O embaixador norte-americano no Brasil, Sr. Adolf Berle Júnior, esteve, no dia 3 de agosto último, em visita a Pôrto Velho, capital do Território do Guaporé, tendo sido recebido pelo governador Aloísio Ferreira e demais autoridades do Território.

Logo após o almoço, o ilustre visitante percorreu as oficinas da ferrovia Madeira-Mamoré, sendo-lhe mostrado o novo equipamento ferroviário adquirido nos Estados Unidos, depois da entrada daquele país na guerra e os armazéns recém-construídos. Em seguida excursionou, pela rodovia, até a estação experimental do Instituto Agrônomico do Norte, onde examinou as recentes culturas de seringueiras. As 17 horas passou em revista 870 escolares formados no vasto campo de aterrissagem de Calari tendo, logo após, em companhia da embaixatriz e respectiva comitiva, assistido ao desfile das tropas federais ali sediadas, juntamente com a Guarda Territorial. Depois do desfile do último trator, no conjunto de quinze máquinas possantes, destinadas a abrir estradas no inte-

rior, o embaixador Berle Júnior felicitou o governador Aloísio Ferreira pelo brilhantismo do espetáculo que não esperava assistir em tão longínquo sertão. Agradecendo as referências elogiosas o governador Aloísio Ferreira disse: Estas máquinas motorizadas que acabam de desfilar, vieram dos Estados Unidos, e estão trabalhando pela mais rápida vitória dos nossos irmãos americanos, na luta contra o inimigo comum e depois regressarão para as suas tarefas de paz".

A Embaixatriz Berle Júnior visitou o hospital São José, intelrando-se dos vários problemas de saúde pública e abastecimento d'água, sendo informada pelos médicos Rubens Brito, diretor de Saúde, e Aragão Oliver, diretor local do S.E.S.P.S., sobre a situação da campanha anti-malária e de assistência à infância. A noite, em sua residência, o governador ofereceu um jantar íntimo aos visitantes. O embaixador Berle e sua comitiva, acompanhados do governador do Território, seguiram, em auto-motriz, pela ferrovia Madeira-Mamoré, para a cidade de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, de onde regressou ao Rio, via Mato Grosso.

★

#### RECIFE (Pernambuco)

##### Standard Oil Company

**EXPOSIÇÃO DE MAPAS DA ZONA DE GUERRA DO PACÍFICO** — Por iniciativa da gerência da Standard Oil Company, em Recife, acham-se expostos no salão de espera do Art-Palácio, andar térreo do edifício da Singer e hall do Grande Hotel, mapas da zona de guerra do Pacífico, confeccionados nos Estados Unidos por um grupo de pesquisadores e cartógrafos, que levaram 10 meses na execução dessa tarefa.

Trata-se de um serviço litográfico, a 6 cores, no qual está incluído certo número de novas características, entre as quais o "sombreado plástico" de topografia, recentemente desenvolvido.

Entre vários pormenores, de interesse, encontra-se o túnel, em construção, entre as ilhas japonesas de Kyushu e Coreia, fundamento das predições do Eixo sobre uma estrada de ferro entre Tóquio e Berlim.

Nos referidos mapas estão mencionados 10 000 nomes de lugares.

★

## Exterior

#### Estados Unidos da América

**OBSERVAÇÕES SOBRE O RECENTE ECLIPSE SOLAR** — O recente eclipse total do sol, o primeiro visível na América do Norte, durante treze anos, teve a duração de 34 segundos em lugares no noroeste do Canadá e nos Estados Unidos, em ideais condições meteorológicas que permitiram aos cientistas tirar perfeitas fotografias. Esperam eles que o estudo dessas fotos há de proporcionar valiosos acréscimos ao conhecimento humano do fenômeno solar.

Expedições procedentes de Havard, Princeton, Instituto Franklin de Filadélfia, bem como de outras instituições, viajaram até lugares si-

tuados na província de Saskatchewan, no Canadá, e no Estado de Montana, e estabeleceram observatórios a fim de estudar e fotografar o transitório acontecimento inter-planetário. Na maior parte da Rússia, os cientistas soviéticos procuraram a sombra da lua em aviões de elevada altitude, vendo dessa maneira a duração do eclipse de 10 a 20 segundos a mais do que as pessoas na Terra.

Também a Força Aérea Canadense colheu uma série de fotografias tiradas em diferentes altitudes. Astrônomos noruegueses, suecos, dinamarqueses, finlandeses, franceses e de outros países também estudaram o eclipse solar tanto da Terra como com o emprego de aviões.

**O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.**

## Relatórios de instituições de geografia

### e ciências afins

# Relatório dos Representantes Estaduais, Apresentados à VI Assembléia Geral do C.N.G.

#### ESTADO DE ALAGOAS

O presidente do Diretório Regional de Geografia do Estado de Alagoas, Sr. Alvaro Correia Pais, apresentou à VI Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, realizada nesta capital no período de 3 a 25 de julho passado, o seguinte relatório das atividades geográficas daquele Estado: E' com justificado prazer que vos trago o relato acérca das atividades geográficas de Alagoas, ao mesmo tempo em que vos transmito as nossas mais calorosas saudações pelo ensejo desta reunião. Lamento que pouco tenha a vos dizer com referência aos serviços em nosso Estado. Muito pouco temos feito, e a rigor ainda não começamos a fazer tudo o que é reclamado no sentido de integrar o Diretório Regional de Alagoas no ritmo de eficiência e de fecundas realizações que assinala a vida dos demais órgãos congêneres.

#### *Organização do serviço*

Já pela pequenez dos recursos financeiros, já pela deficiência de elemento humano, não era possível a Alagoas organizar um serviço geográfico em condições amplas. Daí, e em face dos nossos entendimentos com a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, havermos incluído, na reforma dos serviços estatísticos alagoanos, que nos coube encaminhar e realizar, o plano de atividades geográficas como parte integrante do programa do Departamento Estadual de Estatística.

De fato, a reforma advinda com o Decreto-lei estadual n.º 2 791, de 16 de outubro de 1942, criou, no D.E.E., a Secção de Estatística Fisiográfica, dando-lhe, entre outras incumbências, a de realização de trabalhos geográficos.

Estas atribuições foram mais especificadamente fixadas no regimento da repartição, aprovado pelo Decreto estadual n.º 97, de 25 de novembro de 1942. Aí se determinaram os encargos cometidos à Secção de Estatística Fisiográfica, inclusive a questão de delimitação, de certo a mais importante, no caso particular de Alagoas, em face da duvidosa faixa de fronteira com o Estado de Pernambuco.

Infelizmente, não foi possível, desde logo, à S.E.F. realizar a tarefa que lhe ficou atribuída. Tivemos, por circunstâncias diversas, de restringir as atividades previstas, e em consequência não pode ela dar integral desempenho à sua finalidade. De certo, tal fará em futuro não remoto.

#### *Limites com Pernambuco*

Cuidou, entretanto, da parte de limites intermunicipais, para cuja fixação, porém, seria mister começar pelo mais importante que era a descrição da linha divisora com Pernambuco. Graças à boa vontade do vizinho Estado do Norte, e ao interesse que ao assunto tributou o Sr. Interventor Federal, tenente-coronel Ismar de Góis Monteiro, tornou-se viável a tarefa. A 23 de julho de 1942 foi assinado, em Maceió, um convênio preliminar entre os dois Estados.

O Convênio fixou uma linha baseada no que foi possível colher em mapas existentes, principalmente os da I.F.O.C.S. Esta linha ficaria sujeita a levantamento topográfico, ressaltados os direitos, nos casos em que a mesma viesse a prejudicar a um ou outro Estado, à jurisdição sobre cidades, vilas ou povoados atingidos. No momento estão sendo ultimados os trabalhos deste levantamento, e afigura-se-me que, no corrente ano, já possa ser assinado o convênio definitivo.

Muito concorreu para o bom êxito da tarefa a colaboração do Conselho Nacional de Geografia, cuja Secretaria Geral enviou um dos seus técnicos, além de nos haver proporcionado recursos materiais satisfatórios. O trabalho realizado permitiu não só um melhor conhecimento geográfico da região, senão também o levantamento de grande parte do rio Moxotó e do rio Persinunga, além do de outros rios menores.

Cumpru, todavia, lamentar não pudesse ter sido levada a efeito, ao lado do levantamento topográfico da região, a campanha, das coordenadas das principais localidades não só da área abrangida, como também do Estado. Para isto contávamos com a eficiente colaboração do Dr. Paulo Moreira de Sousa, que já tem dado à geografia brasileira mostras de seu alto valor e de sua indiscutida competência. Motivos diversos impediram fôsse executado o plano de coordenadas previsto, o que teria trazido o mais integral êxito aos trabalhos.

#### *Reorganização do D.R.*

Até aí a parte mais importante do que há a registrar, no setor da geografia em Alagoas. Outras coisas cumpre ainda apontar, se bem que não se revistam de igual importância. São idéias ou projetos, ou apenas, começados, ou simplesmente idealizados.

Refiro-me inicialmente à reorganização do Diretório Regional do Conselho em Alagoas. O respectivo Decreto-lei n.º 2954 foi assinado em 14 de agosto do ano passado, e visou completar a obra de reforma dos serviços estatísticos e geográficos no Estado. Em anexo faço transcrever este documento, que, aliás, tive o prazer de remeter a todos os Diretórios Regionais.

Com o novo diploma legal a presidência do Diretório Regional passou à alçada do diretor geral do Departamento Estadual de Estatística, o que completava o preceito fixado na reorganização dos serviços estatísticos, ao dar a esta repartição a incumbência de trabalhos geográficos. Era nosso propósito, com tal medida, dedicarmos melhores esforços à vitalização do D.R., de maneira a executar as tarefas que lhe competem.

Infelizmente, sobreveio tal acúmulo de serviços no setor estatístico, que não nos foi possível realizar estes desejos. Acresce que, na época, tiveram de afastar-se do D.E.E. dois dos seus mais graduados funcionários, chefes de Secções Técnicas — um por ter vindo realizar um Curso de Estatística no Rio, outro por ter sido requisitado pelo I.B.G.E. Isto reclamou da direção do D.E.E. maior desdobramento de atividades e mais vigilância aos serviços, impedindo fôsse executado o plano de trabalho previsto, a cargo do D.R.

#### *Tábuas Itinerárias*

Outra tarefa que me permito registrar é a revisão das *Tábuas Itinerárias* do Estado, começada em fins do ano passado. Essa revisão foi planejada dentro de determinada orientação, visando, de um lado, atender ao estudo particularizado de cada Município, e de outro lado enquadrar-se nas normas técnicas recomendadas. A primeira edição das *Tábuas Itinerárias* do Estado esgotou-se inteiramente, sendo os últimos exemplares fornecidos, em 1942 e 1943, às Forças Armadas do País aquarteladas em Alagoas ou Pernambuco.

Infelizmente, o trabalho não chegou a termo. Mal o desenvolvíamos, já estudados alguns Municípios e outros concluídos, deixou a repartição o funcionário ao qual fora o mesmo entregue; não lhe tendo sido dado substituído não foi possível à S.E.F. prosseguir o serviço projetado. A revisão da parte referente a alguns Municípios já está concluída.

#### *Dicionário Toponímico*

Outro cometimento que projetamos, e dei a mim mesmo o encargo de efetuar-lo, foi o da elaboração de um pequeno dicionário geográfico de Alagoas. Visávamos, apenas, e preliminarmente, reunir todos os nomes de localidades, serras, montes, rios, lagoas, riachos, etc., do Estado, através da coleta em livros, publicações ou quaisquer outros trabalhos sobre Alagoas.

#### *Divisão Territorial*

Cumprindo determinação legal, realizou-se no Estado, a 1.º de janeiro de 1944, a celebração do "Dia do Município", com a instituição do novo quadro territorial para o quinquênio então começado. Os trabalhos de revisão do quadro administrativo de Alagoas estêve a cargo da Comissão Revisora da Divisão Territorial, presidida pelo diretor do Departamento das Municipalidades, Dr. Barreto Falção, e acrescida do diretor do Departamento de Estatística, como representante da Junta Executiva Regional, e do Dr. Valdemar Uchoa, diretor da Diretoria de Viação, então secretário do D.R.G., que o representou.

Nenhuma alteração territorial sofreu o Estado. Mantiveram-se no mesmo número do quinquênio anterior os Municípios e Distritos. Alteraram-se nomes de algumas cidades e vilas, por existirem em outros Estados, topônimos idênticos, com prevalecimento nos termos do fixado na legislação sobre a espécie.

#### *Divisão regional*

A questão da divisão regional do Estado mereceu ainda nossa atenção particular, em vista do projeto levado à Assembléa de Goiânia. Os estudos a que nos dedicamos, as observações colhidas, os elementos que serviram de base às observações realizadas, nos indicaram existir sobreja razão para manter a divisão em quatro regiões: Marítima, da Mata, Sanfranciscana e Sertaneja. Esta divisão de regiões naturais é a que melhor atende às condições peculiares do Estado.

#### *Conclusão*

Com estas rápidas informações, quero lamentar não tenha dado ao setor geográfico de Alagoas o máximo interesse possível, e principalmente maior dedicação. Isto permite-me, ao ultimar este relato, solicitar-vos minhas desculpas, não só pelo pouco que fiz, ou pelo nada feito, senão também pelo precioso tempo que vos roubei.

Alvaro Correia Pais.

☆

#### ANEXO AO RELATÓRIO

##### *Reorganiza o Diretório Regional de Geografia e dá outras providências.*

O Interventor Federal no Estado de Alagoas, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, em Alagoas, instituído pelo Decreto n.º 2362, de 25 de abril de 1938, é, no Estado, o órgão deliberativo incumbido de coordenar e orientar os serviços geográficos regionais, de acôrdo com as normas traçadas pelos órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 2.º — Compete ao Diretório Regional:

a) cumprir e fazer cumprir as deliberações tomadas pelos órgãos competentes do Conselho Nacional de Geografia;

b) promover as medidas necessárias à coordenação e ao desenvolvimento dos serviços geográficos estaduais e municipais;

c) sugerir ao Departamento Estadual de Estatística as medidas julgadas convenientes ao aperfeiçoamento e ampliação das atividades da Secção de Estatística Fisiográfica;

d) deliberar ou solicitar a execução de inquéritos ou pesquisas de natureza geográfica;

e) propor às autoridades competentes as sugestões consideradas aconselháveis ou a adoção das medidas indispensáveis à realização de sua finalidade;

f) supervisionar tecnicamente os trabalhos da Secção de Estatística Fisiográfica;

g) resolver automaticamente as matérias que digam respeito à sua economia interna e à do sistema geográfico regional.

Art. 3.º — Compõem o Diretório Regional como seus membros:

a) como presidente nato, o diretor geral do Departamento Estadual de Estatística;

b) como secretário nato e suplente do presidente, o chefe da Seção de Estatística Fisiográfica do Departamento Estadual de Estatística;

c) o diretor geral do Departamento das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo, ou quem o represente;

d) o diretor da Diretoria de Viação e Obras Públicas, ou quem o represente;

e) um professor de Geografia do Colégio Estadual de Alagoas, designado livremente pelo chefe do Governo do Estado;

f) o diretor de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Maceió;

g) um delegado do Instituto Histórico de Alagoas;

h) três pessoas de notórios conhecimentos em matéria geográfica, designados pelo chefe do Governo do Estado mediante indicação do presidente do Diretório Regional e escolhido dentre os consultores técnicos do D.R.

Art. 4.º — O Diretório Regional será assistido por um corpo de seis consultores técnicos, escolhidos na forma estabelecida pela Resolução n.º 12, de 17 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, atendendo cada um às seguintes secções:

a) Fisiografia e Regiões Naturais;

b) Documentação Geográfica, Levantamentos e Cartografia;

c) Geografia Histórica e Geografia Política;

d) Biogeografia e Geografia da Produção;

e) Geografia dos Transportes e Comunicações;

f) Geografia Social, Turismo e Excursionismo.

Art. 5.º — As funções de membro do Diretório e de consultor técnico não são remuneradas, sendo considerados títulos de relevante benemerência pública os serviços pelos mesmos prestados.

Art. 6.º — O Diretório Regional providenciará para que, em cada Município do Estado, seja constituído o respectivo Diretório Municipal, observados os princípios estatuídos no regulamento do Conselho Nacional de Geografia, quanto à sua constituição e finalidade.

Art. 7.º — O Diretório Regional reger-se-á pelo regulamento aprovado pela Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, reunindo-se sempre que convocado pelo presidente ou a pedido de, pelo menos, três dos seus membros.

Art. 8.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maceió, 14 de agosto de 1944, 56.º da República. — *Ismar de Góts Monteiro*. — *Ari Pitombo*. — *Esperidião L. de Farias Júnior*.

★

#### ESTADO DO AMAZONAS

O Prof. Agnelo Bittencourt, secretário do Diretório Regional de Geografia do Estado do Amazonas, apresentou ao Eng. Christovam Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, o seguinte relatório das atividades geográficas daquele Estado, que foi lido por ocasião da VI Assembléa Geral do C.N.G., realizada no Rio de Janeiro, no período de 3 a 25 de julho passado:

Manaus, 4 de junho de 1945.

Exmo. Sr. Secretário Geral:

Rio.

Em meu último relatório, datado de 16 de junho de 1944, tive a honra de expor a V. Excia. as atividades deste órgão do Conselho Nacional de Geografia relativas ao período de 16 de junho de 1942 a 31 de dezembro de 1943.

Agora, ainda no cumprimento de um preceito regulamentar, volto à sua presença, expondo-lhe o relato dos trabalhos deste Diretório abrangidos no ano de 1944.

E' agradável patentear a boa vontade, a inteligência e o zelo com que os meus companheiros de função desempenharam seus encargos, na solicitude de suas presenças às nossas reuniões, sem outro interesse senão o de bem servir a causa pública, fato êsse que se firmou, desde a instalação deste Colégio em 26 de outubro de 1937.

#### Componentes do Diretório

No período em aprêço, constituíram êste Diretório os seguintes membros:

Dr. Rui Araújo — Presidente

Prof. Agnelo Bittencourt — Secretário

Dr. Admar Cardoso Thury — Membro

Prof. Júlio B. Uchoa — Membro

Dr. Raul Antony — Membro

Dr. Temístocles Gadelha — Membro

Dr. Moacir Paixão e Silva — Membro

Dr. Manuel Dias Barroso — Membro

Os dois últimos foram nomeados a 2 de agosto, nas vagas dos saudosos Drs. Antônio de M. Granjeiro e Lourival Muniz, tendo assumido suas funções em sessão de 4 de outubro, visto não se ter reunido o Diretório em setembro.

Houve as seguintes alterações na Presidência: assumiu-a o senhor Raimundo Nicolau da Silva, na qualidade de secretário interino do Estado, de 4 de abril a 15 de junho, por haver partido para o Rio de Janeiro o secretário efetivo, Dr. Rui Araújo. Pelo mesmo motivo, o senhor Raimundo Nicolau da Silva, voltou à Presidência do Diretório, de 22 de novembro a 3 de março de 1945.

#### Diretórios Municipais

Estes órgãos do sistema, de que o I.B.G.E. é o centro por excelência, ainda não funcionam regularmente. Parece não terem compreendido sua utilíssima finalidade, no estudo das respectivas regiões. Em nenhum outro Estado do Brasil, a campanha geográfica e cartográfica seria mais urgente e preciosa do que aqui. Se, cada Diretório Municipal, anualmente diligenciasse na feitura de uma determinada monografia, de acidentes ou de fatos geográficos do seu vasto e ignorado território, prestaria à ciência uma contribuição valiosa. Seria isso um serviço implícito no dever de brasilidade. Dia virá, após persistente propaganda, em que os nossos patriotas da hinterlândia, mais livres de sua vida material e adstrita dos negócios, possam cooperar conosco, nos inquéritos e nos traçados de uma rota mais franca ao progresso coletivo.

Entre as obrigações implícitas, nas atividades dos nossos Diretórios Regionais, está certamente essa propaganda que levará a cada homem do interior, mesmo aos de medíocre cultura, o estímulo de observar e escrever, no propósito de fornecer pequenos favos à grande colmeia de pensamentos geográficos.

Serviram de presidentes dos Diretórios Municipais as seguintes pessoas, em 1944:

Barcelos — Ricardo F. das Neves  
 Barreirinha — Vicente Correia Lima  
 Benjamin Constant — Nelson Noronha  
 Boca do Acre — Atilio Cândido Néri  
 Borba — Francisco Fiúsa Lima  
 Canutama — Teófilo Narciso de Mesquita  
 Coari — Cap. Alexandre Montoril  
 Carauari — Alfredo Marques da Silveira  
 Codajás — Amir Rodrigues da Fonseca  
 Fonte Boa — Francisco Barnabé Gomes  
 Humaitá — Dr. Osmar Rodrigues Bento  
 Itaquatiara — Perseverando da Trindade  
 Garcia  
 Itapiranga — Osório da Fonseca  
 Elrunepé — Almeron Caminha Monteiro  
 Manacapuru — Dr. Enoch Reis  
 Manaus — Dr. Francisco do Couto Vale  
 Manicoré — João Teives Dias Pinto  
 Maués — Raimundo de Albuquerque  
 Parintins — Cap. José Pereira de Sousa  
 Tefé — Lupercino Sá Nogueira  
 São Paulo de Olivença — Dr. Alcides Câmara  
 Uaupés — Rodolfo Lopes Gonçalves  
 Urucará — João Martins da Rocha  
 Urucurituba — Teodoro Monteiro dos Santos

#### Secretaria do Diretório

Não tem funcionários esta Secretaria. Seus serviços são todos feitos gratuitamente por mim. Apenas uma gratificação de Cr\$ 40,00 mensais a um dactilógrafo, que ajuda a efetuar cópias da correspondência.

Todo o arquivo está encadernado, em volumes anuais de modo a facilitar as pesquisas de documentos.

A Secretaria dispõe de uma pequena biblioteca de opúsculos de obras que lhe são oferecidos, inclusive mapas geográficos de interesse nacional e regional. Duas estantes de madeira, uma máquina "Royal", dois "arquivos" de aço, dois pequenos fichários constituem o nosso aparelhamento burocrático.

Os demais objetos, que guarnecem a sala da Secretaria, pertencem ao Instituto Geográfico e Histórico, em cujo prédio se acha instalado.

#### Monografias Municipais

A Resolução que instituiu o Concurso Anual de Monografias Municipais ainda não logrou seu êxito no Amazonas, apesar da campanha posta em prática, por meio de editais e apelos pessoais. Reunindo as cinco que pude conseguir, compreendidas as do concurso anterior, foi uma premiada, a que tem por título *O rio Coari*.

Creio que a falta se deu nos outros Estados. Não é porém, motivo de desânimo, pois os trabalhos, que apareceram, são um prenúncio de que outros e muitos virão a seu tempo.

#### X Congresso Brasileiro de Geografia

O Diretório agasalhou e patrocinou a Delegacia deste Congresso, tendo trabalhado pelo seu êxito. A propaganda que desenvolveu, para que se inscrevesse o maior número de pessoas idôneas e obtivéssemos teses adequadas, cumpriu o seu objetivo. Até o dia do encerramento da inscrição, registraram-se 145 adesistas, compreendidos o Estado e todas as suas Prefeituras Municipais. Jamais, em Congressos anteriores, se obteve ao menos a quinta parte daquele número. Cinco trabalhos (teses e estudos) foram apresentados, tendo um deles alcançado medalha de prata, e outro, de bronze. Valha regis-

trar que o Amazonas não passou despercebido na apuração dos valores da sua contribuição, quando se sabe que, das 156 monografias apresentadas de todos os pontos do país, somente 10 lograram galardão de recompensas.

Deduzidas todas as despesas, com a publicação de impressos de propaganda, houve um saldo de Cr\$ 7 780,00 em favor da Comissão Organizadora, quantia essa enviada à respectiva Tesouraria, no Rio de Janeiro.

Realizando-se o Congresso, naquela capital, de 7 a 16 de setembro de 1944, tomaram parte nele, como representantes do Amazonas, o autor destas linhas e os senhores doutores Júlio Benevides Uchoa, José Luís de Araújo Neto e Valério Caldas Magalhães.

Em plenário, a representação amazonense foi distinguida com importantes comissões, e leuvida pelo seu zelo e trabalhos.

Tudo isso resultou dos esforços empregados pelo Diretório Regional de Geografia, em considerar a Resolução n.º 114, de 3-7-942, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia realizada em Goiânia, nesse ano.

#### Sessões do Diretório

Durante o exercício de 1944, o Diretório se reuniu 7 vezes, nos meses de janeiro, fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. Nos demais, não foi possível fazê-lo, por motivo de acúmulo de afazeres de seus membros na vida pública. Todos os papéis recebidos, como a correspondência expedida, são apresentados e lidos em sessão. Das ocorrências mais importantes, fazem-se comunicações imediatas ao Conselho Nacional de Geografia. Tais sessões têm lugar no salão do Expediente da Secretaria Geral do Estado, no Palácio Rio Branco, local mais acessível aos vogais do Diretório, do que no Instituto Geográfico e Histórico, que é a sua sede.

#### Resoluções

Poucas foram as Resoluções do Diretório, no período em apreço. Apenas quatro, cujas cópias acompanham o presente.

#### Divisão Territorial do Estado

O Governo da Interventoria, por força de dispositivo do Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, nomeou uma comissão composta dos seguintes membros, para rever o quadro da Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Estado, para o quinquênio de 1944-1948: Agnelo Bittencourt, pelo Diretório Regional de Geografia; Prof. Júlio Benevides Uchoa, pela Junta Regional de Estatística; e Dr. Amadeu Botelho, pela Diretoria do Departamento das Municipalidades.

Para levar a bom termo esse empreendimento, a Comissão enfrentou grandes dificuldades, todas resultantes da falta de um mapa geográfico do Estado, no qual fiquem os numerosos acidentes do solo, sobretudo para a fixação das linhas lideiras de distritos e sub-distritos. A revisão procurou corrigir os traços duvidosos ou as omissões da divisão de 1939-1943, ao mesmo tempo que atendeu os efeitos do Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios Nacionais. Por esse decreto, passaram ao Domínio da União os municípios amazonenses de Boa Vista e Pôrto Velho, sendo mutilados grandemente os que lhe ficaram adjacentes. Tão vultosa foi a penetração no Município de Lábrea abrangendo sua sede, que teve de ser riscada do cômputo do quadro municipal do Estado.

As atividades da Comissão concluíram-se dentro do prazo legal. O quadro, que elaborou, passou pelos trâmites regulamentares, até ser aprovado, pelo senhor Presidente da República, sendo pôsto em execução, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1186, de 31 de dezembro de 1943, execução assinalada nas importantes cerimônias que se realizaram, no Paço Municipal, como em todas as sedes das Prefeituras do Estado, no Dia do Município.

#### Conclusão

Aqui se acha, senhor secretário geral, o registro das principais atividades do Diretório Regional no Amazonas, em 1944. Tem êle diante de si um grande acervo de problemas a resolver, nesta terra, em que a geografia, ainda incipiente, tudo espera do homem, que a habita, do muito da sua inteligência, cultura e civismo, para que, então, possam resplandecer, neste rincão da Pátria, os altos propósitos do Conselho Nacional de Geografia.

*Agnelo Bittencourt.*

★

### DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA NO AMAZONAS

#### Resolução n.º 45

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Amazonas, em sessão ordinária de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23 do respectivo Regulamento,

Considerando que a Comissão nomeada, pelo Exmo. Sr. Interventor Federal, para rever o Quadro da Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Estado, para o quinquênio de 1944-1948, terminou o seu trabalho dentro do prazo estipulado em lei, vencendo todas as dificuldades que a falta de elementos cartográficos determinou;

Considerando que o Decreto-lei estadual n.º 1186, de 31 de dezembro próximo passado aprovou êsse trabalho, depois do controle e parecer favorável do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando que a cooperação dêste Diretório, na confecção do referido Quadro, que será de grande relevância na vida administrativa e judiciária do Estado,

Resolve:

Artigo único — Congratular-se com a Interventoria Federal pelo motivo a revisão do Quadro da Divisão Territorial do Estado, para o quinquênio de 1944-1948.

Diretório Regional de Geografia, em Manaus, 3 de janeiro de 1944. — *Rui Araújo*, presidente; *Agnelo Bittencourt*, secretário.

★

#### Resolução n.º 46

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Amazonas, usando, em sessão de hoje, da faculdade que lhe confere o art. 23 do respectivo Regulamento,

Considerando que os prefeitos municipais do Estado, numa elogiável atitude cívica, muito se esforçaram pelo brilhantismo das solenidades do "Dia do Município", promovendo festas que traduziram a significação patriótica do

ato de adoção do novo Quadro da Divisão Territorial do Brasil para o quinquênio de 1944-1948,

Resolve:

Artigo único — Consignar um voto de louvor aos senhores prefeitos municipais, pelas diligências que empregaram, no enaltecimento e brilho das solenidades do "Dia do Município".

Diretório Regional de Geografia no Amazonas, em Manaus, 11 de fevereiro de 1944. — *Rui Araújo*, presidente; *Agnelo Bittencourt*, secretário.

★

#### Resolução n.º 47

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Amazonas, usando, em sessão de hoje, da faculdade que lhe confere o art. 23 do respectivo Regulamento;

Considerando o valioso auxílio de mil cruzeiros que foi dado a êste Diretório, pelo senhor Dr. Álvaro Maia, Interventor Federal neste Estado, para despesas de expediente, encadernação de documentos, correspondência aérea e outros;

Resolve:

Artigo único — Consignar, nos seus trabalhos de hoje, ao senhor Dr. Álvaro Maia, Interventor Federal, um voto de agradecimentos, não somente pelo auxílio de mil cruzeiros que lhe acaba de dar, como ainda pelo prestígio que vem prestando à atuação dêste Diretório.

Diretório Regional de Geografia do Amazonas, em Manaus, 3 de abril de 1944. — *Rui Araújo*, presidente; *Agnelo Bittencourt*, secretário.

★

#### Resolução n.º 48

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Amazonas, em sessão de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23 do respectivo Regulamento.

Considerando o convite que lhe fez aquêlê Conselho, para cooperar à Exposição Cartográfica, que vai ser realizada, no Rio-de-Janeiro, de 15 do corrente a 3 de setembro próximo, por ocasião da "Segunda Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia";

Considerando que a angústia de tempo não mais permitirá que se extraiam cópias de mapas interessantes, que existem no Arquivo dêste Diretório;

Resolve:

Artigo único — Não comparecer à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, a se efetuar, no corrente mês, no Rio-de-Janeiro, pelo motivo acima consignado, mas formula sinceros votos pelo brilhante êxito do certame;

Diretório Regional de Geografia do Amazonas, em Manaus, 3 de agosto de 1944. — *Rui Araújo*, presidente; *Agnelo Bittencourt*, secretário.

## Bibliografia

### LIVROS

A. JUSTINIANO DE SANT'ANA — *Algumas notas sobre Jeremoabo* — 1944 — Imprensa da Livraria Regina Ltda — Aracaju — s/d.

U'a monografia de principiante, é verdade, mas que demonstra o grande interesse de um autor por sua terra, é esta que o Sr. Justiniano de Sant'Ana escreveu sobre o município de Jeremoabo, Estado da Bahia. Compõe-se esse trabalho de 105 páginas de apreciações à margem de aspectos da pecuária, da agricultura e das riquezas naturais, cujas estatísticas o autor considera autênticas. Há uma "Resenha Histórica" e outros capítulos que despertam curiosidade. É um pequeno estudo que inspira simpatia, pelo que representa de esforço num provinciano que se entrega desde cedo às pesquisas de caráter econômico, que já se mostra preocupado com o destino de seu município, pobre, naturalmente, como quase todos os municípios do norte do Brasil. O trabalho insere, em encarte, um cartograma de Jeremoabo.

P. A.

★

HILDEBRANDO DE ARAÚJO GÓIS — *A Baixada de Sepetiba* — (Departamento Nacional de Obras de Saneamento. — Relatório de 1942). — Imprensa Nacional s/d — Rio de Janeiro.

Com a publicação recente desse volume de tão simpática apresentação, que é o Relatório de 1942 do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o engenheiro Hildebrando de Araújo Góis reafirma a posição de destaque que há muito conquistou entre nós como profissional e orientador que

é dos gigantescos trabalhos de recuperação da grande área de terras abrangida pela Baixada Fluminense onde, o D. N. O. S. sob sua direção realiza magnífica tarefa técnica conseguindo transformar a paisagem geográfica local através de eficiente obra de saneamento.

A *Baixada de Sepetiba* é o título do Relatório que acaba de aparecer. No prefácio o seu autor reporta-se ao que de notável significou o saneamento da Baixada Fluminense, pois o saneamento da grande planície era um "velho problema que o Império legou à República sem solucioná-lo".

Explicando que entre as quatro regiões em que subdivide a vasta planura fluminense, a Baixada de Sepetiba é a menor, o engenheiro Araújo Góis passa a explicar a natureza de trabalhos executados na sua área que não ultrapassa de 1 800 quilômetros quadrados. São do técnico as seguintes informações: "As linhas gerais do grande plano, elaborado para o saneamento da Baixada de Sepetiba, já se acham definitivamente realizadas. No presente volume, não só se define a sua concepção técnica, como se explica, também, minuciosamente, a sua execução prática.

Devido ao alto rendimento da aparelhagem aplicada, acham-se concluídos, após vários anos de intensivo labor, 270 quilômetros de canais, 620 quilômetros de valetas, 50 quilômetros de diques, tendo sido movimentados para mais de onze milhões e quinhentos mil metros cúbicos de terra. Mil e quatrocentos quilômetros de cursos d'água já se acham completamente desobstruídos. 15 pontes de cimento armado, 90 pontes de madeira, somando perto de 2 000 metros de vão, completam o enorme balanço das obras realizadas.

A planície alagada cobre-se, aos poucos, de uma rede inextricável de enxaguamento. Estende-se pelos vales a ampla tessitura dos canais de drenagem. Conformam-se, na trama das valetas, as caudais erradias. Por toda parte, as águas encontram caminho fácil para escoar. Desafogam-se lezírias e banhados, enxugam-se lameiros, dissecam-se paludes, extinguem-se aguachais. Vastas áreas empantanadas transmudam-se em ricas pastagens e campos lavrados. A falta de umidade, fenece a flora característica dos brejais. Abandonadas pelas águas, descobrem-se varjarias imensas. Após a drenagem, melhoram, visivelmente, as condições hídricas da região. O solo valoriza-se, as lavouras reanimam-se, recriam pastarias.

A continuação sistemática do gigantesco plano de obras, que ora se realiza, trará, em breve, com o esplêndido ressurgimento da terra, a redenção triunfal da campanha desolada dos mangues e dos brejais”.

O Relatório sobre a Baixada de Sepetiba, apresenta uma considerável fonte de informação para os estudiosos da geografia que pretenderem um melhor conhecimento de curiosos aspectos daquela rica região do Estado do Rio. Fotografias magníficas ilustram o volume; mapas e gráficos atestam o que de carinho, de dedicação e de estudo mereceu, por parte do Sr. Hildebrando de Araújo Góis, a realização desse excelente relatório.

P. A.

## Contribuição

### bibliográfica especializada

# Chile

## Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia

### Quillota

Levantamiento fotogramétrico — 1943  
1:5 000 — Côres das convenções.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,735 x 0,550 — Plano Mosaico.

Quillota — Quillota y Valparaiso —  
4116 — 1943.

1:100 000 — Côres das convenções —  
0,620 x 0,320 — Reimpresión fotolito-  
grafica.

Quinta Normal — Dpto. de Santiago —  
378 228.

1933 — Côres das convenções.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,430 x 0,430 — Fotolitografia.  
Levantamiento aerofotogramétrico.

Bahia Coquimbo — 50

Depto. de Navegación y Hydrografia —  
1925 — 1938 — Côres das con-  
venções.  
0,440 x 0,625 — Fotolitografia.

Bahía y Puerto de Corral — 80

1:20 000 — 1940 — 43.  
Depto. de Navegación y Hydrografia —  
Côres das convenções.  
0,670 x 0,460.  
Fotolitografia.

Cahuil — Departamento de Santa Cruz  
— 2 610 — 1925.

1:25 000 — Instituto Geográfico Mili-  
tar de Chile.  
0,430 x 0,430 — Levantamento regular  
— Fotolitografia.  
Côres das convenções.

Calletas en la Isla Guapo — 150 —  
1929 — 44

1:10 000 — 1:20 000.

Departamiento de Navegación y Hidro-  
grafia — 0,430 x 0,360.

Côres das convenções.

Cta. Samuely y Cta. Rica — 1:10 000.

Cta. Sheep — 1:20 000.

Fotolitografia.

Canal Smyth — Cutler a Fairway

1:75 000 — XXXI.

1942 —

Côres das convenções.

Departamiento de Navegación y Hidro-  
grafia.

0,810 x 0,570.

Fotolitografia.

Cartas publicadas à escala 1:100 000.

1:1 000 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

0,610 x 0,400.

Côres das convenções.

Impresso.

Chile — Seno Ultima Esperanza y Ca-  
nales Adjacentes.

1:150 000 — XXX — 1929-41

Departamiento de Navegación y Hidro-  
grafia.

0,615 x 0,700 — Côres das convenções.

Fotolitografia.

Chañihue — Depto. Geográfico Mili-  
tar de Chile — XLVII — 188.

1:25 000 — 1932.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

Côres das convenções.

0,435 x 0,433.

Carta de Estado Mayor — Fotolito-  
grafia.

Conchali — Departamento de Santiago  
— 386 232 — 1932.

1:10 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

0,430 x 0,430.

Levantamiento aerofotogramétrico —  
Fotolitografia.

Estero Relincavi — 109.

1:100 000.

Departamento de Navegación y Hidro-  
grafia — 1926-33-43.

Côres das convenções.

0,605 x 0,465.

Fotolitografia.

Estreito de Magallanes — F.

1:500 000.

Depto. de Navegación y Hydrografia.

1,055 x 0,575 — Côres das convenções.

Fotolitografia.

Estuario y Canal Baker — XXIII — A  
— 1904-43.

1:200 000.

Departamento de Navegación y Hidro-  
grafia.

0,485 x 0,690 — Côres das convenções

Fotolitografia.

Gráfico del polígono de nivelación n.º  
1 de la Red n.º 4.

Falcahuano — Concepción — Bulnes —

Chillan — Parral — Canquenes —

Quirihue — Tome — Concepción.

1:250 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

0,505 x 0,630 — Côres das convenções.

Gráfico de los sectores de triangula-  
ciones secundarias.

1:1 000 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

Côres das convenções.

0,530 x ?

Impresso.

Gráfico de situación de Cartas.

1:1 000 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile —

Côres das convenções.

0,610 x 0,400 — Impresso.

Iquique.

1:10 000 — 20 — 1921-43.

Departamento de Navegación y Hidro-  
grafia.

0,660 x 0,465.

Fotolitografia.

Levantamento topográfico.

1:1 000 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile —  
1939-1942.

Côres das convenções.

0,610 x 0,400 — Impresso.

Levantamentos topográficos a diferen-  
tes escalas.

1:3 000 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

Côres das convenções.

0,735 x 0,500.

Impresso.

Lineas de nivelación de precisión del  
polígono n.º 1 de la Red. n.º 4.

1:250 000 — 1939.

Côres das convenções.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

0,460 x 0,630.

Impresso.

Reniveladas com motivo del terremoto  
de 24-1-1939.

Slallanquen — Melipilla, San Antonio  
y Cachapoal.

2916 — 1943 — Côres das convenções.

1:100 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

0,520 x 0,320 — Fotolitografia.

Llay — Llay — Quillota San Felipe —  
Valparaiso Santiago.

4119 — 1943.

1:100 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

Côres das convenções.

0,620 x 0,320 — Reimpressão — Foto-  
litografia.

Lo Salinas.

Departamento de Milipilla — 3019.

1:25 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile

— Côres das convenções.

0,435 x 0,430.

Fotolitografia.

Macul — Departamento de Santiago.

374 236.

1933.

1:10 000

Instituto Geográfico Militar de Chile.

Côres das convenções.

0,430 x 0,430.

Levantamiento aerofotogramétrico.

Fotografia.

Malloco.

1:100 000 — 3519 — 1935.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

0,620 x 0,320 — Côres das convenções.

Reimpressão — Fotolitografia.

- Matuanza.  
San Antonio y Santa Cruz — 2910 — 1943.  
1:100 000.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
Côres das convenções.  
0,620 x 0,320 — Reimpressão.
- Melipilla.  
Valparaiso San Antonio — Santiago Melipillas — 3516.  
1:100 000.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
Côres das convenções.  
0,620 x 0,320.  
Reimpressão — Fotolitografia.
- Navidad  
Departamentos de Melipilla y Santa Cruz — XL — 191 — 1931.  
1:25 000.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,435 x 0,430 — Côres das convenções.  
Carta de Estado Mayor — Fotolitografia.
- Puertos en la Isla Chiloe — 110.  
1:40 000 — 1:25 000 — 1:20 000.  
1929-43.  
Departamento de Navegación y Hidrografia.  
0,555 x 0,610 — Côres das convenções  
Pto. Quemchi — 1:40 000.  
Caleta Ayacara — 1:25 000.  
Pto. Elvira, Pto. Doca — 1:25 000.  
Fotolitografia.
- Puertos en el Seno Skyring — 328.  
1:5 000 — 1:20 000 — 1:10 000.  
1908-43.  
Departamento de Navegación y Hidrografia — Côres das convenções.  
0,370 x 0,505.  
Cta. Mina Elena — 1:5 000.  
Pto. Williams, Pto. Altamirano — ....  
1:20 000.  
Cta. Las Minas 1:10 000 — Fotolitografia.
- Puerto Montty y Tenglo — 107.  
1:15 000.  
Departamento de Navegación y Hidrografia — 1931-43.  
0,505 x 0,660 — Côres das convenções.  
Fotolitografia.
- Rancagua — Maipo — Rancagua — Caupolicán — 2922.  
1:100 000 — 1943.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,620 x 0,320 — Côres das convenções — Fotolitografia.
- Rapel — San Antonio — Melipilla y Santa Cruz — 2913.  
1:100 000 — 1938.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,620 x 0,320 — Fotolitografia.
- Red n.º 1 — Nivelación de precisión — Polígonos y líneas de nivelación de la ciudad de Santiago.  
1:20 000 — Côres das convenções.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,480 x 0,63.  
Impresso.
- Red n.º 2 — Planchetas: San Antonio y San Antonio Naltagua. Retriangulación secundaria — 1:100 000.  
1940 — Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,235 x 0,290 — 1 côr.  
Impresso.
- Red n.º 3 — Nivelación de precisión — Polígono: Lileares — San Javier — Yerbos Buenas — Linares.  
Línea: Parral — Lineares — 1941.  
1:250 000.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
— Côres das convenções.  
0,303 x 0,200.  
Impressão.
- Red n.º 3 — Gráfico de compensación del sector "Mataquito Curepto".  
1:100 000 — 1939-1940.  
Instituto Geográfico Militar de Chile. — 1 côr.  
0,460 x 0,400.  
Impressão.
- Red 3 e 4 — Red de ampliación de la base Niqueu — Cruz Alta.  
1:200 000 — 1935.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
1 côr.  
0,260 x 0,200.  
Impressão:
- Red n.º 4  
Sector Concepción — Aranco — Cañete.  
1:250 000 — 1941-1942.  
Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,590 x 0,310 — 1 côr.  
Impresso — Triangulación para la restitución fotogramétrica.
- Río Valdivia  
1:15 000 — 81.  
Departamento de Navegación y Hidrografia — 1942.  
0,520 x 0,750 — Côres das convenções.  
Fotolitografia.

Salto del Gyanaco.

1:25 000 — 3015.

Instituto Geográfico Militar de Chile —  
1923.

0,430 x 0,435.

Côres das convenções — Levantamento  
regular — Fotolitografia.

San Antonio.

Valparaiso — San Antonio — 2513.

1943 — 1:100 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,620 x 0,320.

Côres das convenções.

Reimpressão — Fotolitografia.

San Felipe — San Felipe — Lon Andes  
— Santiago — 4122.

1:100 000.

Instituto Geográfico Militar de Chile —  
Côres das convenções.

0,620 x 0,320 — Reimpressão — Foto-  
litografia.

San Manuel — Departamento de Me-  
lipilla — XLV — 189.

1:25 000 — 1930.

Instituto Geográfico Militar de Chile —  
Côres das convenções.

0,435 x 0,435.

Carta de Estado Mayor — Fotolito-  
grafia.

Santiago — 1:100 000 — 3522.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

Côres das convenções — 0,620 x 0,320 —  
Reimpressão.

Signos concencionales y abreviaturas  
usados por el Departamento de Na-  
vegación y Hydrografia — 1.

Depto. de Navegación y Hydrografia —  
1929 — 1932.

0,630 x 0,430.

Reimpressão.

Trabajos en el terreno — 1940-42.

Sector Concepción — Aranco — Cañete.  
1:500 000 — 1 côr.

Instituto Geográfico Militar de Chile.  
0,365 x 0,235.

Impresso.

Ucúquer — Departamento de Melipilla  
y Santa Cruz.

1:25 000 — XLII — 192.

1931.

Instituto Geográfico Militar de Chile.

Côres das convenções.

0,435 x 0,435.

Carta de Estado Mayor.  
Fotolitografia.

## Retrospecto geográfico

### e cartográfico

# Revista Brasileira de Geografia

Índice dos trabalhos publicados nos números correspondentes  
aos anos I a V — [1939-1943]

— V —

- Campanhas das coordenadas das sedes municipais*, matéria redacional, n.º 3, pág. 489, ano II.
- Campanha de coordenadas geográficas*, matéria redacional, n.º 2, pág. 268, ano II.
- Campanha de levantamento de coordenadas geográficas (Uma)*, matéria redacional, n.º 3, pág. 130, ano I.
- Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo*, matéria redacional, n.º 1, pág. 181 e n.º 2, pág. 413, n.º 4, pág. 885, ano IV.
- Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo*, matéria redacional, n.º 2, pág. 444 e n.º 3, pág. 709, ano III.
- Carta Geográfica do Brasil*, matéria redacional, n.º 3, pág. 133, ano I.
- Carteira de Intercâmbio e Publicidade*, do S. G. E. F., matéria redacional, n.º 1, pág. 184, ano IV.
- Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de Uruguai*, matéria redacional, n.º 2, pág. 285, ano V.
- Centro de Estudos do S. G. E. F.*, matéria redacional, n.º 1, pág. 105, ano II.
- Centro de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica*, matéria redacional, n.º 3, pág. 134, ano I.
- Cinco novos Territórios Federais (Os)* — Matéria redacional, n.º 3, pág. 509, ano V.
- Círculo de Estudos Municipais*, matéria redacional, n.º 3, pág. 668, ano IV.
- Clube de Engenharia*, matéria redacional, com ilustrações, n.º 2, pág. 309, ano V.
- Coletânea de efemérides geográficas brasileiras*, matéria redacional, n.º 1, pág. 99, ano II.
- Comissão de Uniformização da Cartografia Brasileira*, matéria redacional, n.º 4, pág. 124, ano I.
- Comissão da Carta do Estado do Rio-de-Janeiro*, matéria redacional, n.º 1, pág. 105, ano II.
- Comparação de Barímetro "Invar"*, matéria redacional, n.º 4, pág. 887, ano III.
- Concurso de monografias de aspectos municipais*, matéria redacional, n.º 1, pág. 144, ano V.
- Concurso de monografias descritivas municipais*, matéria redacional, n.º 4, pág. 889, ano III.
- Conferência do Prof. Delgado de Carvalho, nos Estados Unidos da América do Norte*, matéria redacional, n.º 1, pág. 107, ano II.

- Congressos Brasileiros de Geografia*, matéria redacional, n.º 3, pág. 651, ano III.
- Congresso Científico Americano*, (VIII), matéria redacional, n.º 3, pág. 482, ano II.
- Congresso dos prefeitos mineiros*, matéria redacional, n.º 3, pág. 704, ano III.
- Congresso Luso-Brasileiro de História*, matéria redacional, n.º 1 pág. 183, ano III.
- Conselho Nacional de Geografia na Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal* (O), matéria redacional, n.º 4, pág. 639, ano II.
- Convênio preliminar para fixação de limites entre os Estados de Pernambuco e Alagoas*, matéria redacional, n.º 4, pág. 670, ano V.
- Coordenadas geográficas das sedes municipais levantadas pelo C. N. G.*, matéria redacional, n.º 1, pág. 171; n.º 2, pág. 454; n.º 3, pág. 738; n.º 4, pág. 907, ano III.
- Coordenadas geográficas levantadas pelo C. N. G.*, matéria redacional, n.º 1, pág. 201; n.º 2, pág. 429, ano IV.
- Coronel Claude H. Birdseye*, matéria redacional, n.º 4, pág. 903, ano III.
- Coronel Temístocles Pais de Sousa Brasil*, matéria redacional, n.º 1, pág. 168, ano V.
- Curso de Cartografia do C. N. G.*, destinado aos funcionários das Repartições Estaduais, matéria redacional, n.º 3, pág. 646, ano IV.
- Curso de coordenadas geográficas na capital baiana*, matéria redacional, n.º 4, pág. 903, ano III.
- Curso de férias da Associação Brasileira de Educação*, matéria redacional, n.º 1, pág. 164, ano III.
- Curso de Inverno da Casa do Estudante do Brasil*, matéria redacional, n.º 2, pág. 424, ano IV.

# Leis e Resoluções

## Legislação federal

### Ementário dos decretos-leis publicados no mês de agosto de 1945

- \*\* Decreto-lei n.º 7 367, de 3 de março de 1945 —  
“Altera a classe 6.ª da Nova Tarifa das Alfândegas, mandada executar pelo Decreto-lei n.º 2 878, de 18 de dezembro de 1940”.  
— Publicado no “Diário Oficial” de 13-3-945.  
“Diário Oficial” de 10-8-945. “Diário Oficial” 13-8-945.
- \* Decreto-lei n.º 7 795, de 30 de julho de 1945 —  
“Modifica a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7 637, de 12 de junho de 1945”.  
“Diário Oficial” de 1-8-1945.
- \* Decreto-lei n.º 7 796, de 30 de julho de 1945 —  
“Dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 2 436, de 22 de junho de 1940”.  
“Diário Oficial” de 1-8-1945.
- \* Decreto-lei n.º 7 797, de 30 de julho de 1945 —  
“Dispõe sobre o procedimento fiscal tendente a reprimir a prática ilegal de operações de câmbio”.  
“Diário Oficial” de 1-8-1945.
- \* Decreto-lei n.º 7 798, de 30 de julho de 1945 —  
“Amplia as deduções previstas no art. 37 do Decreto-lei n.º 5 844, de 23 de setembro de 1943, que dispõe sobre o imposto de renda”.  
“Diário Oficial” de 1-8-1945.
- \* Decreto-lei n.º 7 799, de 30 de julho de 1945 —  
“Concede pensão especial a Ercília Fernandes Passos em cumprimento de sentença judiciária”.  
“Diário Oficial” de 1-8-1945.
- \* Decreto-lei n.º 7 800, de 30 de julho de 1945 —  
“Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 58 403 620, 20, para pagamento de contas de transportes efetuados pela Estrada de Ferro Central do Brasil”.  
“Diário Oficial” de 1-8-1945.
- \* — Decretos-leis datados de julho e publicados em agosto.
- \*\* — Reproduzido por ter saído com incorreção, e publicado no “Diário Oficial” de 13-8-945, por ter saído com incorreções a retificação publicada na edição de 10-8-945.
- \* Decreto-lei n.º 7 801, de 30 de julho de 1945 —  
“Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 97 470 000,00, para subscrição de debêntures da Companhia Vale do Rio-Doce S. A., e dá outras providências”.  
“Diário Oficial” de 1-8-1945.
- \* Decreto-lei n.º 7 802, de 30 de julho de 1945 —  
“Torna extensivo ao Exército o Decreto-lei n.º 6 433, de 17 de abril de 1944”.  
“Diário Oficial” de 1-8-1945.
- \* Decreto-lei n.º 7 803, de 30 de julho de 1945 —  
“Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 12 000 000,00”.  
“Diário Oficial” de 1-8-945.
- \* Decreto-lei n.º 7 804, de 31 de julho de 1945 —  
“Transforma e cria cargos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências”.  
“Diário Oficial” de 2-8-945.
- \* Decreto-lei n.º 7 805, de 31 de julho de 1945 —  
“Altera sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Plano de Obras e Equipamentos”.  
“Diário Oficial” de 2-8-945.
- \* Decreto-lei n.º 7 806, de 31 de julho de 1945 —  
“Autoriza a aquisição de imóveis em Belém, Estado do Pará”.  
“Diário Oficial” de 2-8-945.
- \* Decreto-lei n.º 7 807, de 31 de julho de 1945 —  
“Limita as reservas de calcário conchífero da lagoa de Araruama, Estado do Rio-de-Janeiro para a indústria da soda e dá outras providências”.  
“Diário Oficial” de 2-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 808, de 1 de agosto de 1945 —  
“Suprime cargos do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências”.  
“Diário Oficial” de 3-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 809, de 1 de agosto de 1945 —  
“Abre crédito suplementar, sem aumento de despesa”.  
“Diário Oficial” de 3-8-945.

- Decreto-lei n.º 7 810, de 1 de agosto de 1945** —  
"Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 6 144, de 29 de dezembro de 1943, e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 3-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 811, de 1 de agosto de 1945** —  
"Altera a redação do parágrafo do art. 6.º do Decreto-lei n.º 754, de 30 de setembro de 1938, e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 3-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 812, de 1 de agosto de 1945** —  
"Dispõe sobre o desconto de 5 % instituído pelo art. 7.º § 1.º, letra a, do Decreto-lei n.º 3 347".  
"Diário Oficial" de 3-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 813, de 1 de agosto de 1945** —  
"Dá nova redação ao art. 6.º do Decreto-lei n.º 3 448, de 23 de julho de 1941".  
"Diário Oficial" de 3-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 814, de 1 de agosto de 1945** —  
"Dispõe sobre as carreiras de Engenheiro, Engenheiro de Minas e Tecnologista do Ministério da Agricultura e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 3-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 815, de 2 de agosto de 1945** —  
"Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ ..... 5 000 000,00, para auxílio à Fundação Brasil Central".  
"Diário Oficial" de 2-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 816, de 2 de agosto de 1945** —  
"Altera, sem aumento de despesa, o vigente Orçamento Geral da República".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 817, de 2 de agosto de 1945** —  
"Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 200 000,00, à verba que especifica".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 818, de 2 de agosto de 1945** —  
"Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 1 500 000,00, à verba que especifica".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 819, de 2 de agosto de 1945** —  
"Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a vender em concorrência pública o imóvel que menciona".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 820, de 2 de agosto de 1945** —  
"Desmembra da Rede Mineira de Viação e encorpora à Estrada de Ferro Central do Brasil, o trecho ferroviário entre Santa-Rita de Jacutinga e Barra-do-Pirai".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 821, de 2 de agosto de 1945** —  
"Dá nova organização ao Quadro de Cirurgiões Dentistas do Corpo de Saúde da Armada".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 822, de 2 de agosto de 1945** —  
"Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 47 382,20 para pagamento de transporte".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 823, de 2 de agosto de 1945** —  
"Eleva, sem aumento de despesa, o limite fixado pelo Decreto-lei n.º 4 818, de 8 de outubro de 1942".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 824, de 2 de agosto de 1945** —  
"Dispõe sobre a cobrança dos direitos aduaneiros a que se refere o § 2.º art. 1.º do Decreto-lei n.º 6 462, de 2 de maio de 1944".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 825, de 4 de agosto de 1945** —  
"Autoriza o Estado do Rio-de-Janeiro a organizar a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. (E. F. E.), e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 8-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 826, de 4 de agosto de 1945** —  
"Autoriza o Estado do Rio-Grande-do-Sul a assegurar a liquidação das dívidas de rizicultores sul-riograndenses".  
"Diário Oficial" de 7-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 827, de 4 de agosto de 1945** —  
"Dá nova redação ao item I do art. 2.º do Regulamento do Tribunal Marítimo".  
"Diário Oficial" de 7-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 828, de 4 de agosto de 1945** —  
"Cria cargos de Professor no Quadro Único do Funcionalismo Civil do Território do Acre".  
"Diário Oficial" de 7-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 829, de 4 de agosto de 1945** —  
"Suprime cargo em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores".  
"Diário Oficial" de 7-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 830, de 4 de agosto de 1945** —  
"Abre crédito suplementar ao Ministério da Fazenda".  
"Diário Oficial" de 7-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 831, de 4 de agosto de 1945** —  
"Cria a Seccção II do "Diário da Justiça".  
"Diário Oficial" de 4-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 832, de 6 de agosto de 1945** —  
"Dispõe sobre a transferência, para a Colônia Agrícola do Distrito Federal, de presos recolhidos a estabelecimentos penais sediados no Distrito Federal".  
"Diário Oficial" de 8-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 833, de 6 de agosto de 1945** —  
"Encorpora ao patrimônio nacional os bens que menciona, e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 8-8-945.

- Decreto-lei n.º 7 834, de 6 de agosto de 1945 —  
"Dispõe sobre abono de percentagens em casos de pagamento de impostos ou taxas, sem penalidades, por força de aplicação do Decreto-lei n.º 7 576, de 22 de maio de 1945".  
"Diário Oficial" de 8-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 835, de 6 de agosto de 1945 —  
"Determina a majoração das prestações de benefícios concedidos pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, estabelece limites máximos e mínimos para as mesmas, e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 8-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 836, de 6 de agosto de 1945 —  
"Altera o Decreto-lei n.º 4 130, de 26 de fevereiro de 1942".  
"Diário Oficial" de 8-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 837, de 7 de agosto de 1945 —  
"Eleva a Mesa de Rendas Alfandegada do Jaguarão, no Estado do Rio-Grande-do-Sul, à categoria de Alfândega, e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 10-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 838, de 7 de agosto de 1945 —  
"Altera as carreiras de Artífice e Maquinista Marítimo do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 10-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 839, de 7 de agosto de 1945 —  
"Abre crédito suplementar ao Ministério da Educação e Saúde".  
"Diário Oficial" de 10-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 840. Não foi publicado.
- Decreto-lei n.º 7 841, de 8 de agosto de 1945 —  
"Código de Águas Minerais".  
"Diário Oficial" de 20-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 842, de 2 de agosto de 1945 —  
"Concede prazo às cooperativas para se enquadrarem à legislação cooperativista vigente".  
"Diário Oficial" de 10-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 843, de 9 de agosto de 1945 —  
"Dispõe sobre carreiras do Quadro II — extinto — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 11-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 844, de 9 de agosto de 1945 —  
"Altera a carreira de Arquivista do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público".  
"Diário Oficial" de 11-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 845, de 9 de agosto de 1945 —  
"Estabelece providências que facilitem, para fins eleitorais, o registro de nascimento".  
"Diário Oficial" de 11-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 846, de 9 de agosto de 1945 —  
"Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar a "Venerável Ordem Terceira de São-Francisco-da-Penitência" do pagamento do imposto que menciona".  
"Diário Oficial" de 11-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 847, de 9 de agosto de 1945 —  
"Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 9 000 000,00 para despesas com o abastecimento d'água no Distrito Federal".  
"Diário Oficial" de 11-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 848, de 9 de agosto de 1945 —  
"Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00, para a realização de campeonatos internacionais".  
"Diário Oficial" de 11-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 849, de 9 de agosto de 1945 —  
"Fixa as carreiras e cargos isolados da Prefeitura do Distrito Federal".  
"Diário Oficial" de 14-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 850, de 10 de agosto de 1945 —  
"Dispõe sobre o funcionamento dos cursos extraordinários, previstos na Lei Orgânica, do ensino industrial".  
"Diário Oficial" de 13-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 851, de 10 de agosto de 1945 —  
"Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a dispensar, nas condições que menciona, o pagamento de multas de mora relativas aos impostos predial e territorial devidos por brasileiros afastados do Distrito Federal em serviço de guerra".  
"Diário Oficial" de 13-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 852, de 11 de agosto de 1945 —  
"Cria coletorias federais no Território de Iguaçu e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 14-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 853, de 13 de agosto de 1945 —  
"Altera e cria carreiras no Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 854, de 13 de agosto de 1945 —  
"Altera as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário-auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 855, de 13 de agosto de 1945 —  
"Eleva o vencimento do cargo isolado, de provimento efetivo, de tradutor, padrão I, do Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 856, de 13 de agosto de 1945 —  
"Altera carreiras, abre, sem aumento de despesa, crédito suplementar ao Ministério da Fazenda e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.

- Decreto-lei n.º 7 857, de 13 de agosto de 1945** —  
"Cria coletorias federais no Território de Ponta-Porã e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 858, de 13 de agosto de 1945** —  
"Dispõe sobre a remuneração mínima dos que exercem a atividade de Revisor e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 859, de 13 de agosto de 1945** —  
"Suspende a cobrança dos direitos de importação e taxas aduaneiras que incidem sobre o trigo em grão, descascado ou partido, e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 860, de 13 de agosto de 1945** —  
"Aprova as cláusulas do contrato mediante o qual a União transfere à Prefeitura do Distrito Federal os serviços locais de águas e esgotos".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 861, de 13 de agosto de 1945** —  
"Extingue a graduação de Sargento-Ajudante no Quadro Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 862, de 13 de agosto de 1945** —  
"Desapropria, para fins de utilidade pública, um imóvel em São-Gabriel, Estado do Rio-Grande-do-Sul".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 863, de 14 de agosto de 1945** —  
"Cria carreiras na Parte Permanente dos Quadros V e VI — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e Rede de Viação Cearense do Ministério da Viação e Obras Públicas".  
"Diário Oficial" 17-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 864, de 14 de agosto de 1945** —  
"Altera o art. 2.º do Decreto-lei n.º 3 199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país e cria a função gratificada de Secretário do Conselho Nacional de Desportos".  
"Diário Oficial" 17-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 865, de 14 de agosto de 1945** —  
"Altera, sem aumento de despesa, o orçamento especial do Plano de Obras e Equipamento".  
"Diário Oficial" 17-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 866, de 14 de agosto de 1945** —  
"Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 619,30, para pagamento de gratificação de magistério".  
"Diário Oficial" 17-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 867, de 14 de agosto de 1945** —  
"Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1 386,60, para pagamento de gratificação de magistério".  
"Diário Oficial" 17-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 868, de 14 de agosto de 1945** —  
"Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 210 000,00 para atender às despesas com a inauguração da ponte internacional Brasil-Argentina, sobre o rio Uruguai".  
"Diário Oficial" 17-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 869, de 15 de agosto de 1945** —  
"É decretado feriado nacional o dia 15 de agosto de 1945, em regozijo pelo fim da guerra mundial".  
"Diário Oficial" de 16-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 870, de 16 de agosto de 1945** —  
"Concede à Caixa de Crédito Cooperativo, isenção de tributos federais, estaduais e municipais e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 18-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 871, de 16 de agosto de 1945** —  
"Extingue a Mesa de Rendas Alfandegada do Amapá, sediada no Olapoque, a Coletoria Federal de Macapá, e cria uma Mesa de Rendas Alfandegada em Macapá, uma Coletoria Federal em Amapá, um Posto Fiscal em Olapoque e um Posto Fiscal em Montenegro, e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 18-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 872, de 18 de agosto de 1945** —  
"Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8 623 185,20, para pagamento de notas de papel-moeda".  
"Diário Oficial" de 21-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 873, de 20 de agosto de 1945** —  
"Altera sem aumento de despesa, o vigente Plano de Obras e Equipamento do Ministério da Guerra".  
"Diário Oficial" de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 874, de 20 de agosto de 1945** —  
"Altera sem aumento de despesas, o atual orçamento do Ministério de Guerra".  
"Diário Oficial" de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 875, de 20 de agosto de 1945** —  
"Dispõe sobre a execução dos julgados da extinta organização do contencioso administrativo do trabalho".  
"Diário Oficial" de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 876, de 20 de agosto de 1945** —  
"Cria, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o cargo de Consultor Técnico, e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 877, de 20 de agosto de 1945** —  
"Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 369 000,00, à verba que especifica".  
"Diário Oficial" de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 878, de 20 de agosto de 1945** —  
"Aceita a doação, feita à União, de um imóvel de propriedade de José Favarina a sua esposa — D. Antinésca Grechi, no Distrito de Quintana, Município de Pompéia, no Estado de São-Paulo".  
"Diário Oficial" de 23-8-945.

- Decreto-lei n.º 7 879, de 20 de agosto de 1945 —  
 “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 48 000 000,00, para atender à instalação de beneficiamento de carvão nacional e equipamentos, a cargo da Companhia Siderúrgica Nacional”.  
 “Diário Oficial” de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 880, de 20 de agosto de 1945 —  
 “Substitui as tabelas anexas ao Decreto-lei n.º 7 752, de 17 de julho de 1945”.  
 “Diário Oficial” de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 881, de 20 de agosto de 1945 —  
 “Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 7 877, de 18 de setembro de 1944”.  
 “Diário Oficial” de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 882, de 20 de agosto de 1945 —  
 “Eleva gratificação de função no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências”.  
 “Diário Oficial” de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 883, de 20 de agosto de 1945 —  
 “Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 9 030,90, para pagamento de indenização”.  
 “Diário Oficial” de 23-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 884, de 21 de agosto de 1945 —  
 “Isenta do pagamento dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras o gado ovino em pé”.  
 “Diário Oficial” de 24-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 885, de 21 de agosto de 1945 —  
 “Dá nova redação ao § 2.º do art. 97 do Decreto-lei n.º 5 844, de 23 de setembro de 1943”.  
 “Diário Oficial” de 24-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 886, de 21 de agosto de 1945 —  
 “Modifica a taxa cobrada sobre o amianto ou asbesto incluído no art. 569 da Tarifa das Alfândegas”.  
 “Diário Oficial” de 24-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 887, de 21 de agosto de 1945 —  
 “Dispõe sobre a organização do Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências”.  
 “Diário Oficial” de 24-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 888, de 21 de agosto de 1945 —  
 “Cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo e dá outras providências”.  
 “Diário Oficial” de 24-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 889, de 21 de agosto de 1945 —  
 “Admite a sindicalização e manda aplicar a legislação de proteção ao trabalho aos empregados das autarquias industriais e dá outras providências”.  
 “Diário Oficial” de 24-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 890, de 21 de agosto de 1945 —  
 “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 21 000 000,00, para despesas com a construção de trechos ferroviários a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro”.  
 “Diário Oficial” de 24-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 891, de 23 de agosto de 1945 —  
 “Regula o cálculo de pensões especiais oriundas de promoção *post mortem*”.  
 “Diário Oficial” de 25-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 892, de 23 de agosto de 1945 —  
 “Organiza o Serviço de Intendência da Aeronáutica”.  
 “Diário Oficial” de 24-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 893, de 24 de agosto de 1945 —  
 “Altera sedes normais de estacionamento de unidades de Aviação”.  
 “Diário Oficial” de 27-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 894, de 24 de agosto de 1945 —  
 “Dá nova redação aos art. 43, parágrafo único do art. 88 e art. 91 do Decreto-lei n.º 6 365, de 23 de março de 1944 e revoga o art. 87 do citado decreto”.  
 “Diário Oficial” de 27-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 895, de 24 de agosto de 1945 —  
 “Dispõe sobre o custeio das despesas de material e aluguel de casa das Coletorias Federais, e dá outras providências”.  
 “Diário Oficial” de 27-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 896, de 24 de agosto de 1945 —  
 “Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a doar o terreno que menciona”.  
 “Diário Oficial” de 27-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 897, de 24 de agosto de 1945 —  
 “Dispõe sobre a carreira de Dactiloscopista, do Quadro Permanente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”.  
 “Diário Oficial” de 27-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 898, de 24 de agosto de 1945 —  
 “Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 1 401 600,00 à verba que especifica”.  
 “Diário Oficial” de 27-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 899, de 24 de agosto de 1945 —  
 “Altera a carreira de Médico do Trabalho, da Parte Permanente do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.  
 “Diário Oficial” de 27-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 900, de 25 de agosto de 1945 —  
 “Aprova a adesão do Brasil ao acordo sobre os princípios relativos à continuação do controle combinado da Navegação Mercante, firmado em Londres, a 5 de agosto de 1944”.  
 “Diário Oficial” de 27-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 901, de 27 de agosto de 1945 —  
 “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 120 000,00, para a aquisição de um automóvel e dá outras providências”.  
 “Diário Oficial” de 29-8-945.
- Decreto-lei n.º 7 902, de 27 de agosto de 1945 —  
 “Dispõe sobre a aposentadoria de Valdir Sant’Ana”.  
 “Diário Oficial” de 29-8-945.

Decreto-lei n.º 7 903. Ainda não foi publicado.

Decreto-lei n.º 7 904, de 28 de agosto de 1945 —  
"Abre ao Ministério da Justiça e Negócios  
Interiores o crédito suplementar de Cr\$  
5 000 000,00, à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 30-8-945.

Decreto-lei n.º 7 905, de 28 de agosto de 1945 —  
"Cria função gratificada no Quadro Perma-  
nente do Ministério da Educação e Saúde  
e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-8-945.

Decreto-lei n.º 7 906, de 28 de agosto de 1945 —  
"Estende aos militares da Aeronáutica e da  
Marinha a anistia concedida pelo Decreto-  
lei n.º 7 669, de 23 de julho de 1945".

"Diário Oficial" de 30-8-945.

Decreto-lei n.º 7 907, de 28 de agosto de 1945 —  
"Extingue o 1.º Grupo Misto de Aviação  
com sede normal em Natal e cria o 5.º  
Grupo de Bombardeio Médio".

"Diário Oficial" de 30-8-945.

Decreto-lei n.º 7 908, de 29 de agosto de 1945 —  
"Abre ao Ministério da Viação de Obras Pú-  
blicas o crédito especial de Cr\$ 4 726 493,60,  
para aquisição da ponte sobre o rio Grande,  
construída pela Empresa Paulista de Viação  
Limitada, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 31-8-945.

Decreto-lei n.º 7 909, de 29 de agosto de 1945 —  
"Altera, sem aumento de despesa, o Orça-  
mento Geral da República".

"Diário Oficial" de 31-8-945.

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

# Íntegra da legislação de interêsse geográfico

## Decretos-leis

Decreto-lei n.º 7 807, de 31 de julho de 1945

*Limita as reservas de calcáreo conchífero da lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro para a indústria da soda e dá outras providências.*

O Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica limitada na lagoa de Araruama (Município de Cabo Frio, São-Pedro-da-Aldeia e Araruama), do Estado do Rio-de-Janeiro, a área que fôr necessária para se assegurar à Companhia Nacional de Alcalis 10 000 000 de toneladas de material conchífero.

Art. 2.º — A Companhia Nacional de Alcalis providenciará para que seja delimitada a área a que se refere o artigo precedente, dentro do prazo de 10 meses, sob a fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 3.º — A área que restar ficará livre para qualquer interessado, cabendo preferência, por sessenta dias, aos que já requereram autorização de pesquisas ou lavra no referido local.

Art. 4.º — Continuarão de pé, e a cargo da Companhia Nacional de Alcalis, quaisquer indenizações a que façam jus os detentores dos direitos de pesquisas ou lavra, prejudicados pelo Decreto-lei n.º 6 011, de 19 de novembro de 1943.

Art. 5.º — O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 31 de julho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República. —

GETÚLIO VARGAS.  
*Apolônio Sales.*  
*João de Mendonça Lima.*

“Diário Oficial” de 2-8-945.

★

Decreto-lei n.º 7 814, de 1 de agosto de 1945

*Dispõe sobre as carreiras de Engenheiro, Engenheiro de Minas e Tecnologista do Ministério da Agricultura e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam alteradas, na forma das tabelas anexas, que fazem parte integrante

dêste Decreto-lei, as carreiras de Engenheiro, Engenheiro de Minas e Tecnologista, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º — Os cargos de Engenheiro de Minas incluídos na carreira de Tecnologista continuarão exercidos pelos funcionários constantes da relação anexa e cujos títulos serão apostilados pela Divisão do Pessoal do Ministério.

Art. 3.º — O próximo concurso para a carreira de Tecnologista será realizado para o provimento de 11 cargos da classe L e todos os que estiverem vagos nas classes K e J, observada a ordem da classificação.

Art. 4.º — É levada a crédito da conta-corrente do Quadro a importância de Cr\$ 432 000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil cruzeiros), correspondente a 11 cargos da classe J da carreira de Engenheiro e 9 da mesma classe da carreira de Engenheiro de Minas, todos suprimidos por êsse decreto-lei.

Art. 5.º — Fica destacada do saldo da conta-corrente a importância de Cr\$ 422 800,00 (quatrocentos e vinte e dois mil e oitocentos cruzeiros) para atender, no período de 1 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com o provimento dos seguintes cargos:

Carreira de Engenheiro:

5 da classe N  
6 da classe M  
3 da classe L  
1 da classe K

Carreira de Engenheiro de Minas:

4 da classe N  
5 da classe M  
4 da classe L

Carreira de Tecnologista:

2 da classe N  
2 da classe M  
3 da classe L.

Art. 6.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 1 de agosto de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República. —

GETÚLIO VARGAS.  
*Apolônio Sales.*  
*A. de Sousa Costa.*

“Diário Oficial” de 3-8-945.

★

Decreto-lei n.º 7 815, de 2 de agosto de 1945

*Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 5 000 000,00, para auxílio à Fundação Brasil Central.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5 000 000,00), que será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas à Tesouraria do Departamento de Administração do mesmo Ministério, para atender, a título de auxílio, às despesas (Serviços e Encargos) da Fundação Brasil Central, de que trata o Decreto-lei n.º 5 878, de 4 de outubro de 1943.

Parágrafo único — A importância total do crédito será entregue ao Presidente da Fundação Brasil Central, destinando-se às despesas a cargo daquela Fundação no Planalto Central do Brasil.

Art. 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
*Agamemnon Magalhães.*  
*A. de Sousa Costa.*

(D.O. — 2-8-945).

★

Decreto-lei n.º 7 841, de 8 de agosto de 1945

*Código de Águas Minerais*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

## CÓDIGO DE AGUAS MINERAIS

### CAPÍTULO I

#### *Disposições preliminares*

Art. 1.º — Águas minerais são aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confiram uma ação medicamentosa.

§ 1.º — A presente lei estabelece nos capítulos VII e VIII os característicos de composição e propriedades para classificação como água mineral pela imediata atribuição de ação medicamentosa.

§ 2.º — Poderão ser, também, classificadas como minerais, águas que, mesmo sem atingirem os limites da classificação estabelecida nos capítulos VII e VIII possuam incontestemente comprovada ação medicamentosa.

§ 3.º — A ação medicamentosa referida no parágrafo anterior das águas que não atinjam os limites da classificação estabelecida nos capítulos VII e VIII, deverá ser comprovada no local, mediante observações repetidas, estatísticas completas, documentos de ordem clínica e de laboratório, a cargo de médicos crenologistas, sujeitas as observações à fiscalização e aprovação da Comissão Permanente de Crenologia definida no art. 2.º desta lei.

Art. 2.º — Para colaborar no fiel cumprimento desta lei, fica criada a Comissão Permanente de Crenologia, diretamente subordinada ao ministro da Agricultura.

§ 1.º — A Comissão Permanente de Crenologia terá a presidência do diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral e se comporá de 4 especialistas no assunto, de livre escolha do Presidente da República; um dos membros será escolhido entre o pessoal do órgão técnico especializado do D.N.P.M.

§ 2.º — O regimento da Comissão Permanente de Crenologia, as atribuições e direitos de seus membros serão fixados posteriormente por portaria do ministro da Agricultura e leis subsequentes.

Art. 3.º — Serão denominadas “águas potáveis de mesa” as águas de composição normal provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que preencham tão somente as condições de potabilidade para a região.

Parágrafo único — O ministro da Agricultura, em portaria, estabelecerá os limites de potabilidade, de acordo com os dados fornecidos pelo D.N.P.M.

Art. 4.º — O aproveitamento comercial das fontes de águas minerais ou de mesa, quer situadas em terrenos de domínio público, quer do domínio particular, far-se-á pelo regime de autorizações sucessivas de pesquisa e lavra instituído pelo Código de Minas, observadas as disposições especiais da presente lei.

Parágrafo único — O aproveitamento comercial das águas de mesa é reservado aos proprietários do solo.

## CAPÍTULO II

### *Da autorização de pesquisa*

Art. 5.º — A pesquisa de água mineral, termal, gasosa, de mesa ou destinada a fins balneários, será regulada pelo disposto no capítulo II do Código de Minas, ressalvadas as disposições especiais desta lei.

Art. 6.º — Por pesquisa de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, entendem-se todos os trabalhos necessários ao conhecimento do valor econômico da fonte e de seu valor terapêutico, quando existente, abrangendo, no mínimo:

I — O estudo geológico da emergência, compreendendo uma área cuja extensão seja suficiente para esclarecer as relações existentes entre as fontes e os acidentes geológicos locais, permitindo formar-se juízo sobre as condições de emergência no sentido de ser fixado criteriosamente o plano racional de captação.

II — O estudo analítico das águas e dos seus gases espontâneos, quando existentes, do ponto de vista de suas características químicas, físico-químicas e bacteriológicas.

Parágrafo único — O estudo das águas constará no mínimo dos seguintes dados:

I — Pressão osmótica e grau crioscópico, condutividade elétrica, concentração iônica de hidrogênio, teor em radônio e torônio da água e dos seus gases espontâneos; temperatura e vazão.

II — Análise química completa da água e dos gases dissolvidos, assim como sua classificação de acordo com as normas adotadas na presente lei.

III — Análise bacteriológica, compreendendo “tests” de suspeição, confirmatório e completo para o grupo coli-aerogêneo, assim como

contagem global em 24 horas a 37° C e em 48 horas a 29° C, executado êste exame de acôrdo com técnica a ser adotada oficialmente; será desde logo considerada poluída e imprópria para o consumo tôda a água que apresentar o grupo coli-aerogêneo presente em 10 ml.

IV — Análise e vazão dos gases espon-tâneos.

Art. 7.º — As análises químicas e determi-nações dos demais dados a que se refere o artigo precedente serão repetidas em análises comple-tas ou de elementos característicos no mínimo, duas vêzes num ano, ou tantas vêzes quantas o D.N.P.M. julgar conveniente, até ficar com-provado possuir a água da fonte uma composi-ção química regularmente definida, antes de se poder considerar satisfatoriamente termina-da a pesquisa autorizada.

### CAPÍTULO III

#### *Da autorização de lavra*

Art. 8.º — A lavra de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários será regulada pelo disposto no Capítulo III do Código de Minas, ressalvadas as disposições especiais da presente lei.

Art. 9.º — Por lavra de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários entendem-se todos os trabalhos e atividades de captação, condu-ção, distribuição e aproveitamento das águas.

Art. 10 — A lavra de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, será solicitada ao ministro da Agricultura em requerimento, no qual, além da observação dos dispositivos do capítulo III do Código de Minas, figure:

I — Certificado de análise química, física, físico-química e bacteriológica da água, firma-do pelo órgão técnico do D.N.P.M. e certidão da aprovação do seu relatório de pesquisa.

II — No caso das águas minerais que não atingirem os limites constantes dos capítulos VII e VIII da presente lei, além dos dados men-cionados na alínea anterior, relação dos traba-lhos submetidos à aprovação da Comissão Per-manente de Crenologia sobre as propriedades terapêuticas da água proveniente da fonte, bem como certidão do parecer favorável desta Co-missão para sua classificação como mineral.

III — Uma planta em duas vias indicando a situação exata das fontes e o esboço geoló-gico dos arredores, com os necessários cortes geológicos, esclarecendo as condições de emer-gência das fontes.

IV — Plantas e desenhos complementares, em duas vias, com memória justificativa dos planos e processos adotados para captação e proteção das fontes, condução e distribuição das águas, além de dados sobre vazão e tempe-ratura das fontes.

V — Plantas e desenhos complementares, em duas vias, relativas ao projeto de instalação para utilização das águas, em tôdas as suas modalidades, incluindo reservatório, maquina-ria, aparelhamento balneário e hidroterápico etc.

Art. 11 — O D.N.P.M. ao processar um pedido de autorização de lavra de fonte, po-derá ouvir, quando julgar conveniente, a Co-missão Permanente de Crenologia.

Art. 12 — As fontes de água mineral, ter-mal ou gasosa, em exploração regular, poderá ser assinalado, por decreto, um perímetro de proteção, sujeito a modificações posteriores se novas circunstâncias o exigirem.

Art. 13 — Nenhuma sondagem ou qualquer outro trabalho subterrâneo poderá ser praticado no perímetro de proteção de uma fonte, sem autorização prévia do D.N.P.M.

§ 1.º — No caso de fossas, cisternas, peque-nas galerias para extração de material e outros fins, fundações de casas e outros trabalhos a céu aberto, o decreto que fixar o perímetro de proteção, imporá aos proprietários a obrigação de obterem, com uma antecedência de 90 dias, uma autorização do D.N.P.M. para tal fim.

§ 2.º — Os trabalhos empreendidos no pe-rímetro de proteção de uma fonte poderão ser interditados pelo D.N.P.M. mediante solicita-ção do concessionário, quando forem julgadas procedentes as alegações.

Art. 14 — O D.N.P.M., a pedido do conces-sionário e após exame pericial realizado por técnicos que designar, poderá determinar a sus-pensão de sondagens ou trabalhos subterrâneos executados fora do perímetro de proteção, des-de que sejam êles julgados susceptíveis de pre-juiciar uma fonte.

Art. 15 — Quando a ocupação de um ter-reno compreendido num perímetro de proteção privar o proprietário de seu uso por período superior a um mês, ou quando, depois dos trabalhos executados, o terreno se tornar im-próprio para o uso ao qual era destinado anteri-ormente, poderá o seu proprietário exigir do concessionário da fonte, pelo terreno ocupado ou desnaturoado, uma indenização que será re-gulada nas formas previstas em lei.

Parágrafo único — As indenizações devidas pelo concessionário da fonte não poderão exceder o montante dos prejuízos materiais que sofrer o proprietário do terreno, assim como o preço dos trabalhos inutilizados, acrescido da importância necessária para o restabelecimento das condições primitivas, acrescentada uma par-cela correspondente aos lucros cessantes.

Art. 16 — A destruição ou a execução dos trabalhos em terrenos de outrem para proteção da fonte só poderá ter início depois da presta-ção de uma caução, cujo montante será fixado pela autoridade competente, mediante arbitra-mento ou acôrdo entre as partes; essa quantia servirá de garantia para o pagamento das indenizações devidas.

Art. 17 — Em caso de oposição do órgão técnico competente do D.N.P.M., o conces-sionário só poderá realizar trabalhos nas fontes, após introduzir em seus projetos as alterações julgadas necessárias.

Parágrafo único — Na falta de decisão do D.N.P.M. por período superior a três meses, o concessionário poderá executar os trabalhos projetados independente de autorização, depois de comunicação àquele Departamento.

Art. 18 — Quando o aproveitamento de uma fonte estiver sendo feito de modo a compro-metê-la, ou estiver em desacôrdo com as con-dições técnicas e higiênicas estabelecidas na presente lei, poderá ela ser interditada, até que sejam restabelecidas condições satisfatórias de exploração.

### CAPÍTULO IV

*Das estâncias que exploram águas minerais e das organizações que exploram águas potáveis de mesa*

Art. 19 — A instalação ou funcionamento de uma estância hidro-mineral, por parte de um titular de lavra de fonte, exige a satisfação dos seguintes requisitos mínimos, a critério do órgão competente do D.N.P.M.:

I — Montagem de instalações crenoterápi-  
cas convenientes, de acôrdo com a natureza  
das águas.

II — Construção ou existência de hotéis ou  
sanatórios com instalações higiênicas con-  
venientes, providas de serviço culinário apto a  
atender às indicações dietéticas.

III — Contrato de médico especialista en-  
carregado da orientação do tratamento e faci-  
lidades gerais de tratamento e assistência mé-  
dico-farmacêuticas.

IV — Existência de laboratório para reali-  
zação de exames bacteriológicos periódicos para  
verificação da pureza das águas em exploração  
ou contrato de tais serviços com organização  
idônea, a juízo do D.N.P.M.

V — Existência de um pôsto meteorológico  
destinado à obtenção das condições climáticas  
locais.

VI — Organização das fichas sanitárias dos  
funcionários das estâncias e dos hotéis, renova-  
das pelo menos cada seis meses.

VII — No caso da água ser entregue engar-  
rafada ao consumo, além dos requisitos espe-  
ciais determinados para cada caso pelo órgão  
competente do D.N.P.M., será no mínimo exigi-  
da, na instalação de engarrafamento, a exis-  
tência de uma máquina engarrafadora auto-  
mática ou semi-automática e de uma máquina  
ou dispositivo destinado à lavagem do vasilha-  
me durante o tempo necessário, com uma  
solução de soda cáustica a 10° Baumé aquecida  
a 60° C ou um outro processo ou dispositivo  
aprovado pelo D.N.P.M., que assegure esterili-  
zação do vasilhame.

Art. 20 — As empresas que exploram água  
potável de mesa ou engarrafem águas minerais,  
serão aplicadas as exigências das alíneas IV,  
VI e VII do artigo precedente.

Art. 21 — As empresas que aproveitam as  
águas minerais para preparo de sais medicinais  
estarão sujeitas a tôdas as exigências gerais  
desta lei e mais às prescrições específicas que  
a Comissão Permanente de Crenologia determi-  
nar para cada caso.

Art. 22 — As estâncias serão classificadas  
pela Comissão Permanente de Crenologia em 3  
grupos, segundo a qualidade de suas instalações.

## CAPÍTULO V

*Da fiscalização das estâncias que exploram  
água mineral e das organizações que exploram  
águas potáveis de mesa ou destinadas a fins  
balneários*

Art. 23 — A fiscalização da exploração, em  
todos os seus aspectos, de águas minerais, ter-  
mais, gasosas e potáveis de mesa, engarrafadas  
ou destinadas a fins balneários, será exercida  
pelo D.N.P.M., através do seu órgão técnico  
especializado.

Art. 24 — As autoridades sanitárias e ad-  
ministrativas federais, estaduais e municipais,  
deverão auxiliar e assistir o D.N.P.M. em tudo  
que for necessário ao fiel cumprimento desta  
lei.

Parágrafo único — O D.N.P.M. comunicará  
às autoridades estaduais e municipais, qual-  
quer decisão que for tomada relativamente ao  
funcionamento de uma fonte situada em sua  
jurisdição.

## CAPÍTULO VI

*Do comércio da água mineral, termal, gasosa,  
de mesa ou destinada a fins balneários*

Art. 25 — Só será permitida a exploração  
comercial de água (mineral, termal, gasosa, po-  
tável de mesa ou destinada a fins balneários)  
quando previamente analisada no D.N.P.M., e  
após expedição do decreto de autorização de  
lavra.

Art. 26 — Não poderão ser exploradas com-  
ercialmente, para quaisquer fins, as fontes  
sujeitas à influência de águas superficiais e por  
consequente suscetíveis de poluição.

Art. 27 — Em cada fonte em exploração  
regular, além da determinação mensal da des-  
carga e de certas propriedades físicas e físico-  
químicas, será exigida a realização de análises  
químicas periódicas, parciais ou completas, e,  
no mínimo, uma análise completa de 3 em 3  
anos, para verificação de sua composição.

Parágrafo único — Em relação às qualida-  
des higiênicas das fontes serão exigidos, no  
mínimo, dois exames bacteriológicos por ano,  
um na estação chuvosa e outro na estiagem,  
podendo, entretanto, a repartição fiscalizadora  
exigir as análises bacteriológicas que julgar  
necessárias para garantir a pureza da água da  
fonte ou da água engarrafada.

Art. 28 — Uma vez classificada a água pelo  
D.N.P.M. será proibido o emprêgo no comércio  
ou na publicidade da água, de qualquer desig-  
nação suscetível de causar confusão ao consu-  
midor, quanto à fonte ou procedência, sob pena  
de interdição.

Art. 29 — Fica criado o rótulo padrão sujei-  
to a aprovação do D.N.P.M., devendo as águas  
engarrafadas indicar no mesmo:

I — Nome da fonte.

II — Natureza da água.

III — Localidade.

IV — Data e número da concessão.

V — Nome do concessionário.

VI — Constantes físico-químicas, composi-  
ção analítica e classificação, segundo o D.N.  
P.M.

VII — Volume do conteúdo.

VIII — Carimbo com ano e mês do engar-  
rafamento.

§ 1.º As águas minerais carbogaseosas natu-  
rais, quando engarrafadas, deverão declarar no  
rótulo, em local visível, "Água mineral carbo-  
gasosa natural".

§ 2.º — É obrigatória a notificação da adi-  
ção de gás carbônico às águas engarrafadas,  
quando este não provenha da fonte; essas águas  
estão sujeitas às seguintes especificações, sem  
prejuízo das outras exigências constantes desta  
lei:

I — As águas minerais deverão declarar no  
rótulo, em local visível, "Água mineral gaseifi-  
cada artificialmente".

II — As águas potáveis de mesa deverão  
declarar no rótulo, em local visível, "Água po-  
tável de mesa gaseificada artificialmente".

§ 3.º — Nenhuma designação relativa às  
características ou propriedades terapêuticas das  
fontes poderá constar dos rótulos, a menos que  
seja autorizada pela Comissão Permanente de  
Crenologia.

Art. 30 — Os recipientes destinados ao  
engarrafamento da água para o consumo deve-  
rão ser de vidro transparente, de paredes inter-  
nas lisas, fundo plano e ângulos internos ar-  
redondados e com fecho inviolável, resistente a  
choques, aprovados pelo D.N.P.M.

Art. 31 — Constituirá motivo para interdição, apreensão do estoque e multa, além de qualquer infração aos dispositivos da presente lei:

I — Expor à venda, ao consumo ou à utilização, água cuja exploração não tenha sido legalmente autorizada por decreto de lavra.

II — Utilizar rótulo com dizeres diversos dos aprovados pelo D.N.P.M.

III — Expor à venda água originária de outra fonte.

IV — Expor à venda ou utilizar água em condições higiênicas impróprias para o consumo.

§ 1.º — Para efeito da interdição, apreensão e multa de que trata o presente artigo, o órgão técnico competente do D.N.P.M. poderá, a seu critério, tomar as seguintes medidas, além de outras previstas na presente lei:

I — Apreensão e inutilização do estoque da água engarrafada.

II — Inabilitação do concessionário para adquirir selos de consumo enquanto durar a interdição.

III — Apreensão de guias e selos de consumo, em poder do interessado no momento da interdição que serão conservados em custódia até a regularização da situação, para abertura da fonte ou interdição definitiva.

§ 2.º — A multa a que se refere este artigo será de Cr\$ 5 000,00, a 20 000,00, sendo o infrator intimado a recolher aos cofres públicos a importância respectiva, que será elevada ao dobro no caso de reincidência, sem prejuízo do cumprimento das demais exigências deste artigo.

Art. 32 — As disposições da presente lei aplicam-se igualmente às águas nacionais utilizadas dentro do país e às que devam ser exportadas.

Art. 33 — As águas minerais de procedência estrangeira só poderão ser expostas ao consumo, após cumprimento, no que lhes fôr aplicável a juízo do D.N.P.M., das disposições sobre comércio das águas minerais nacionais estabelecidas na presente lei.

Art. 34 — As soluções salinas artificiais, quando vendidas em garrafas ou outros vasilhames, deverão trazer sobre o rótulo em lugar bem visível, a denominação "solução salina artificial".

## CAPÍTULO VII

### *Da classificação química das águas minerais*

Art. 35 — As águas minerais serão classificadas, quanto à composição química em:

I — Oligominerais, quando, apesar de não atingirem os limites estabelecidos neste artigo, forem classificadas como minerais pelo disposto nos §§ 2.º e 3.º, do art. 1.º da presente lei.

II — Radíferas, quando contiverem substâncias radioativas dissolvidas que lhes atribuam radioatividade permanente.

III — Alcalino-bicarbonatadas, as que contiverem, por litro, uma quantidade de compostos alcalinos equivalente, no mínimo, a 0,200 g de bicarbonato de sódio.

IV — Alcalino-terrosas as que contiverem, por litro, uma quantidade de compostos alcalino-terrosos equivalente no mínimo a 0,120 g de carbonato de cálcio, distinguindo-se:

a) alcalino-terrosas cálcicas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,048 g de cátion Ca, sob a forma do bicarbonato de cálcio;

b) alcalino-terrosas magnesianas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,030 g de cátion Mg, sob a forma de bicarbonato de magnésio.

V — Sulfatadas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,100 g de anion SO<sub>4</sub>, combinado aos cátions Na, K e Mg.

VI — Sulfurosas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,001 g do anion S.

VII — Nitratadas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,100 g do anion NO<sub>3</sub> de origem mineral.

VIII — Cloretadas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,500 g do ClNa (cloreto de sódio).

IX — Ferruginosas, as que contiverem, por litro, no mínimo 0,005 g do cátion Fe.

X — Radioativas, as que contiverem radônio em dissolução, obedecendo aos seguintes limites:

a) fracamente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, um teor em radônio compreendido entre 5 e 10 unidades Mache, por litro, a 20º C e 760 mm de Hg de pressão;

b) radioativas, as que apresentarem um teor em radônio compreendido entre 10 e 50 unidades Mache por litro, a 20º C e 760 mm de Hg de pressão;

c) fortemente radioativas, as que possuírem um teor em radônio superior a 50 unidades Mache, por litro, a 20º C e 760 mm de Hg de pressão.

XI — Toriáticas, as que possuírem um teor em torônio em dissolução, equivalente em unidades eletrostáticas, a 2 unidades Mache por litro, no mínimo.

XII — Carbogaseosas, as que contiverem, por litro, 200 ml de gás carbônico livre dissolvido, a 20º C e 760 mm de Hg de pressão.

§ 1.º — As águas minerais deverão ser classificadas pelo D.N.P.M. de acordo com o elemento predominante, podendo ter classificação mista as que acusarem na sua composição mais de um elemento digno de nota, bem como as que contiverem íons ou substâncias raras dignas de notas (águas iodadas, arsenidas, litinadas, etc.).

§ 2.º — As águas das classes VII (nitratadas) e VIII (cloretadas) só serão consideradas minerais quando possuírem uma ação medicamentosa definida, comprovada conforme o § 3.º do art. 1.º da presente lei.

## CAPÍTULO VIII

### *Da classificação das fontes de água mineral*

Art. 36 — As fontes de água mineral serão classificadas, além do critério químico, pelo seguinte:

1.º — Quanto aos gases:

I — Fontes radioativas:

a) fracamente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 litro por minuto (1 l.p.m.) com um teor em radônio compreendido entre 5 e 10 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20º C e 760 mm de Hg de pressão;

b) radioativas, as que apresentarem no mínimo, uma vazão gasosa de 1 l.p.m., com um teor compreendido entre 10 e 50 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20° C e 760 mm de Hg de pressão;

c) fortemente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 l.p.m., com teor em radônio superior a 50 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20° C e 760 mm de Hg de pressão.

II — Fontes toriativas as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 l.p.m., com um teor em torônio na emergência equivalente em unidades eletrostáticas a 2 unidades Mache por litro.

III — Fontes sulfurosas as que possuírem na emergência desprendimento definido de gás sulfídrico.

2.º — Quanto à temperatura:

I — Fontes frias, quando sua temperatura for inferior a 25° C.

II — Fontes hipotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 25 e 33° C.

III — Fontes mesotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 33 e 36° C.

IV — Fontes isotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 36 e 38° C.

V — Fontes hipertermiais, quando sua temperatura for superior a 38° C.

## CAPÍTULO IX

### Da tributação

Art. 37 — O conjunto dos tributos que recaírem sobre as fontes e águas minerais está sujeito ao limite máximo de 8% da produção efetiva, calculado de acordo com o art. 68 do Código de Minas.

§ 1.º — As águas potáveis de mesa, gasificadas artificialmente ou não, pagarão sempre, no mínimo, o duplo dos tributos federais devidos pelas águas minerais, não se aplicando às mesmas o limite máximo de 8% previsto no art. 68 do Código de Minas.

§ 2.º — As soluções salinas artificiais recolhidas ao Tesouro Nacional como taxa de produção efetiva, contribuição correspondente a 20% do valor da produção.

## CAPÍTULO X

### Disposições gerais e transitórias

Art. 38 — Logo após a promulgação da presente lei, todas as empresas que explorem água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, deverão realizar novos estudos de suas fontes, os quais deverão estar terminados no prazo máximo de 2 anos.

Parágrafo único — Estes estudos serão realizados segundo os dispositivos da presente lei, pelo órgão técnico competente do D.N.P.M., de acordo com as normas estabelecidas pelo regimento em vigor.

Art. 39 — Todas as empresas que explorem água mineral, termal, gasosa, de mesa ou destinada a fins balneários deverão, dentro do prazo de um ano de vigência desta lei, estar rigidamente enquadradas nos seus dispositivos e nos do Código de Minas.

Art. 40 — O D.N.P.M. deverá proceder, de acordo com os dispositivos desta lei, à classificação de todas as fontes em exploração, no prazo máximo de 2 anos, prorrogável a juízo do ministro da Agricultura.

Parágrafo único — Será mantida a classificação de mineral para as águas em exploração regular diante do Código de Minas e cujos característicos químicos e físico-químicos satisficam aos limites de composição estabelecidos na legislação anterior.

Art. 41 — O Governo expedirá oportunamente uma lei concedendo favores às estâncias hidrominerais.

Parágrafo único — Dentro de seis meses, a partir da publicação desta lei, o D.N.P.M. apresentará ao Governo um ante-projeto regulando o assunto e as normas para classificação das estâncias segundo a qualidade de suas instalações.

Art. 42 — Até que a Comissão Permanente de Crenologia organize um regulamento geral para exploração das estâncias, nenhuma pessoa poderá fazer uso continuado das fontes hidrominerais, ainda mesmo a título de repouso ou de turismo, sem a devida autorização médica.

Art. 43 — Fica proibido o uso endovenoso de água mineral, em natureza, enquanto não ficar provada, em cada caso, a sua inocuidade para os pacientes, a juízo da Comissão Permanente de Crenologia.

Art. 44 — Ao órgão técnico especializado do D.N.P.M. competirá:

I — Além das atribuições já fixadas em lei, manter os laboratórios e gabinetes técnicos e científicos necessários ao estudo das águas minerais sob seu aspecto químico, físico, físico-químico, fármaco-dinâmico e dos demais elementos terapêuticos para orientação científica das suas aplicações clínicas.

II — Fixar, mediante ampla colaboração com os interessados, os métodos de análises químicas e bacteriológicas, tendo em vista a uniformização dos resultados.

III — Promover articulação com os órgãos técnicos e administrativos competentes, no sentido de estabelecer íntima colaboração com os Estados e Municípios, para a coordenação de esforços na organização e execução dos planos de aparelhamento e defesa das estâncias e na fiscalização do comércio de águas.

IV — Propor padrões regionais de potabilidade.

Art. 45 — A requisição do concessionário, ou desde que seja julgada de interesse público, o D.N.P.M. poderá prestar assistência técnica aos trabalhos previstos nos capítulos II e III desta lei, mediante indenização pelas despesas, relativas à assistência prestada ou pagamento de uma importância acordada previamente.

Art. 46 — Dentro de 6 meses a partir da data de sua constituição, a Comissão Permanente de Crenologia proporá ao Governo a regulamentação da presente lei.

Parágrafo único — Os assuntos tratados no art. 29 e seus parágrafos e no art. 30 poderão ser objeto de modificação pela regulamentação a ser expedida oportunamente.

Art. 47 — Fica incluída na classe XI, de que trata o art. 3.º do Código de Minas, a categoria de águas de mesa.

Art. 48 — Esta lei consolida todos os dispositivos legais sobre águas minerais e águas potáveis de mesa.

Art. 49 — Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Art. 50 — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Apolônio Sales.

(D.O. — 20-8-945).

★

Decreto-lei n.º 7 879, de 20 de agosto de 1945

*Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 48 000 000,00, para atender à instalação de beneficiamento de carvão nacional e equipamentos, a cargo da Companhia Siderúrgica Nacional.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, à conta dos recursos de que trata o Decreto-lei n.º 2 667, de 3 de outubro de 1940, o crédito especial de quarenta e oito milhões de cruzeiros (Cr\$ 48 000 000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropria-

ções, Aquisições de Imóveis e Equipamentos), com a aquisição, pela Companhia Siderúrgica Nacional, dos seguintes equipamentos:

	Preço do material no Brasil U\$8
a) Uma estação de lavagem de carvão	737 002,48
b) Um grupo compressor-gerador ..	35 060,51
c) Um grupo turbo-gerador .....	101 418,73
d) Caldeiras para a Usina .....	456 164,25
e) Equipamento carregador de carvão	35 481,25
f) Duzentos vagões de descarga automática, tipo "drop bottom gondola", apropriados ao transporte de carvão .....	1 025 000,00
	<hr/> 2 390 127,24

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
João de Mendonça Lima.  
A. de Sousa Costa.

(D.O. — 23-8-945).

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

## GOIÁS

Decreto-lei n.º 4, de 3 de março de 1945

*Prorroga o prazo para apresentação dos novos mapas municipais*

O Interventor Federal no Estado de Goiás, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1.º — Fica prorrogado até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo a que se refere a alínea "b", § 1.º do art. 2.º, do Decreto-lei n.º 8 305, de 31 de dezembro de 1943, para a entrega por parte das Prefeituras Municipais, dos novos mapas municipais cujos âmbitos territoriais tenham sofrido alteração da nova divisão administrativa do Estado.

Art. 2.º — Os mapas municipais, que obedecerão aos requisitos mínimos estabelecidos

pejo Conselho Nacional de Geografia (Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938), serão enviados ao Diretório Regional do mesmo Conselho, nesta capital, ao qual cabe tomar e promover as medidas adequadas para a observância, no que for aplicável, dos dispositivos referentes ao recebimento, aprovação e exibição dos referidos mapas, de conformidade com a Resolução n.º 60, de 22 de julho de 1939 e de outras instruções complementares que lhe encaminhar o citado Conselho.

Art. 3.º — Este decreto-lei entra em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 3 de março de 1945, 57.º da República. — José Ludovico de Almeida. — Euclides Félix de Sousa.

(D.O. — Goiás 8-3-945).

## Resoluções do Instituto Brasileiro

### de Geografia e Estatística

# Conselho Nacional de Geografia Diretório Central

## Íntegra das Resoluções n.º 191 e 192

Resolução n.º 191, de 18 de maio de 1945

*Baixa instruções para a realização em 1945 do concurso anual de monografias geográficas e dá outras providências*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que somente em março do corrente ano chegou efetivamente a seu termo o concurso de monografias de 1943 instituído pelo Conselho, dado o grande retardamento com que deram entrada na Secretaria as monografias apresentadas, em vista, certamente, das dificuldades atuais das comunicações e transportes no país;

Considerando que tal retardamento não só impossibilitou a realização do concurso relativo a 1944 como ainda repercutiu na organização do concurso de 1945, a exigir simplificações de processamento;

Resolve:

Art. 1.º — Fica homologada a deliberação da Secretaria Geral sobre a não realização do concurso de monografias de aspectos municipais de 1944.

Art. 2.º — O lançamento do concurso de monografias de 1945 será feito apenas nas capitais das Unidades Federadas e, do País, por intermédio dos respectivos Diretórios Regionais e Central do Conselho.

Art. 3.º — Para o concurso de monografias de 1945 os temas serão livres, desde que visem assuntos de Geografia Geral ou Aplicada.

Art. 4.º — As monografias deverão obedecer às seguintes condições:

- a) — serem inéditas;
  - b) — terem cunho acentuadamente geográfico, sendo portanto evitados os trabalhos de caráter unicamente histórico, sociológico, etnográfico ou referentes a outras ciências distintas da Geografia;
  - c) — serem, sempre que necessário, acompanhadas de ilustrações, fotografias, mapas ou desenhos;
  - d) — serem devidamente documentadas, com referências às fontes em que foram colhidas as informações;
  - e) — serem de preferência, dactilografadas.
- Art. 5.º — Será obrigatória a apresentação de duas vias de cada monografia, as quais se destinam respectivamente ao Diretório Regional e ao Diretório Central.

Art. 6.º — Os autores deverão mencionar os cursos e títulos que possuem, os trabalhos que elaboraram, publicados ou não, os cargos e comissões que desempenharam e prestar demais informações referentes às suas personalidades, como contribuição ao cadastro dos geógrafos brasileiros.

Art. 7.º — A realização do concurso de 1945 obedecerá à seguinte seqüência:

- a) — serão enviadas aos Diretórios Regionais as instruções referentes ao concurso, até 31 de agosto;
- b) — os Diretórios Regionais a seguir divulgarão essas instruções, promovendo a sua publicação nos meios escolares, técnicos e culturais, de maior expressão, das respectivas Unidades Federadas;
- c) — as monografias serão recebidas pelos Diretórios Regionais até 30 de novembro;
- d) — os Diretórios Regionais apreciarão as monografias, à proporção que as forem recebendo, e as remeterão, com os respectivos pareceres ao Diretório Central, até 31 de dezembro;
- e) — o Diretório Central, finalmente baixará, até 31 de janeiro de 1946, o julgamento definitivo de todas as monografias apresentadas, dando disso a publicidade conveniente, fazendo as comunicações devidas e distribuindo os prêmios conferidos.

Art. 8.º — No Distrito Federal, onde não há Diretório Regional, caberá ao próprio Diretório Central promover a propaganda do concurso nos meios culturais da Capital da República, e receber até 31 de dezembro as monografias aí apresentadas em duas vias, das quais uma se destinará ao Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 9.º — Serão conferidos 88 prêmios aos concorrentes classificados no concurso, de acordo com a seguinte tabela:

- a) — um 1.º prêmio de Cr\$ 5 000,00;
- b) — dois segundos prêmios de Cr\$ 3 000,00;
- c) — cinco terceiros prêmios de Cr\$ 1 000,00;
- d) — dez quartos prêmios de Cr\$ 500,00;
- e) — vinte quintos prêmios de recebimento de todas as publicações editadas pelo Conselho durante 1945;

f) — cinquenta sextos prêmios de recebimento dos números da *Revista Brasileira de Geografia* e do *Boletim Geográfico* referentes a 1945.

§ 1.º — Concorrerão aos diversos prêmios as monografias que obtiverem notas respectivamente superiores a noventa, oitenta, setenta, sessenta, cinquenta e quarenta, de acordo com o julgamento final a ser aprovado pelo Diretório Central, com base nos pareceres da Secção de Estudos da Secretaria Geral do Conselho.

§ 2.º — As despesas correspondentes correrão por conta da verba própria do orçamento do Conselho.

Art. 10 — O Conselho reserva-se o direito, não só de publicar, como também de apresentar as melhores monografias premiadas, a juízo do Diretório Central, ao XI Congresso Brasileiro de Geografia.

Art. 11 — É vedado aos funcionários do Conselho competirem no concurso.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1945, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 192, de 18 de maio de 1945

#### *Coloca sob os auspícios do Conselho a 2.ª Reunião dos Chefes do Serviço de Meteorologia*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando a importância dos dados meteorológicos para os estudos da Geografia;

Considerando a solicitação formulada pelo Diretor Geral do Serviço de Meteorologia;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia dá o seu apoio à realização da 2.ª Reunião de Consulta que o Serviço de Meteorologia pretende realizar brevemente, destinada aos meteorologistas brasileiros.

Art. 2.º — A Secretaria Geral, mediante entendimentos com o Serviço de Meteorologia,

programará a colaboração do Conselho naquele certame, bem como a possível participação nos seus trabalhos.

Art. 3.º — As despesas decorrentes do art. 2.º desta Resolução correrão por conta da Verba III, sub-consignação 09 "Participação em certames", do orçamento vigente do Conselho.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1945; ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. — *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.